

Portaria nº 134 de 27 de maio de 2026

Altera a Portaria n.º 185 de 14 de julho de 2025, que constituiu a 1ª Comissão de Tecnologia – COTEC e revoga a Portaria nº 50 de 25 de fevereiro de 2026, no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL/RO.

A **SUPERINTENDENTE DE COMPRAS E LICITAÇÕES DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso das atribuições legais e regimentais previstas nos termos do art. 5º, inciso V, do Decreto nº 27.948, de 01 de março de 2023 e do art. 43 da Lei Complementar n.º 965, de 20 de dezembro de 2017;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a eficiência e a continuidade das atividades relativas aos processos de aquisição de bens e serviços de tecnologia da informação e comunicação;

CONSIDERANDO a criação e reformulação periódica das Comissões Permanentes e Especiais, visando atender aos princípios da legalidade, eficiência e transparência na Administração Pública;

CONSIDERANDO a necessidade de reestruturação organizacional das atividades relacionadas à condução de certames no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar os incisos do Art. 1º da Portaria n.º 185 de 14 de julho de 2025, designando os servidores abaixo relacionados para a composição da Comissão de Tecnologia:

I - Agente de contratação:

a) Gabriel Alves da Silva Gama n.º: *****238.

II - Equipe de Apoio:

a) Cristian Ferreira **Cataca** n.º: *****292;

b) Julie Cavalcante Pinheiro n.º: *****309;

§ 1º O servidor indicado no inciso I, alínea a), atuará como **Presidente e Pregoeiro**, sempre que a modalidade de licitação escolhida for pregão eletrônico, conforme previsto no art. 8º, § 5º da Lei Federal n.º 14.133/2021.

§ 2º Fica designado como **pregoeiro substituto** o servidor indicado no inciso II, alínea a), deste artigo, que desempenhará as atividades inerentes ao pregoeiro em suas ausências ou impedimentos legais.

Art. 2º Revogar a Portaria nº 50 de 25 de fevereiro de 2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALVARO HENRIQUE DE LIMA TEIXEIRA
Superintendente Estadual de Compras e Licitações



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

ATA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº xxx/202X/SUPEL_RO			
Origem:	Pregão Eletrônico nº 90498/2025		
Data da Homologação:	xx/xx/xxxx	Processo nº	0015.002712/2025-61
Órgão Participante:	XXXXXX		
Órgão gerenciador:	Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL		

1.
1.1.
- CLÁUSULA I – IDENTIFICAÇÃO DO(S) FORNECEDOR(S) REGISTRADO(S).
A identificação dos detentores está inserida no anexo único desta ata.
2.
2.1.
- CLÁUSULA II – DO OBJETO
O objeto da presente licitação é o Registro de Preços para aquisição de **Computadores Desktop**.
3.
3.1.
- CLÁUSULA III – DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
A validade desta ata de registro de preços será de 1(um) ano, contados a partir da publicação no Diário Oficial do Estado, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, mediante pesquisa de mercado que leve em consideração os parâmetros fixados no art. 51 do Decreto Estadual nº 28.874/2024.
4.
4.1.
4.2.
4.3.
4.4.
- CLÁUSULA IV – DA UTILIZAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE
A adesão ao presente Registro de Preços fica condicionada ao atendimento das determinações do Estado de Rondônia após autorização expressa do órgão gerenciador – Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL.
A adesão fica ainda condicionada às exigências dispostas no art. 124, § 1º ao § 8º do Decreto Estadual nº 28.874/2024, em consonância com o art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
As aquisições ou as contratações adicionais (caronas) não poderão exceder, por órgão ou entidade, 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na ata de registro de preços, ressalvado o disposto no art. 86, § 7º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
O conjunto de solicitações de adesão, independentemente do órgão ou entidade solicitante, não poderá exceder ao limite global de duas vezes o quantitativo registrado.

5. CLÁUSULA V – DA REVISÃO E CANCELAMENTO DO REGISTRO

5.1. Os preços registrados poderão ser revisto em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, observada a instrução processual respectiva, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, conforme disposto no art. 133 do Decreto Estadual nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024.

5.2. Os preços registrados serão mantidos inalterados por todo o período de vigência da Ata de Registro de Preços - ARP, admitida sua revisão para majorar ou minorar os preços registrados em casos excepcionais, nas hipóteses legais e considerando os preços vigentes de mercado.

5.3. A revisão de preços precederá de requerimento: I - do detentor da ata, que deverá fazê-la antes do pedido de fornecimento e, instruindo seu pedido com documentação probatória de majoração de preço do mercado e a oneração de custos; ou II - pelo órgão participante ou órgão interessado, comprovando por meio de pesquisas de preços que há minoração do valor originalmente registrado.

5.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador convocará o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado e, caso este não aceite a redução dos seus preços aos valores praticados pelo mercado será liberado dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas, nos termos do art. 134, § 1º do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

5.5. Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital, nos termos do art. 135, § 2º do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

5.5.1. Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no art. 135, § 2º do Decreto Estadual nº 28.874/2024, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

5.6. Caso comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, poderá ser efetuada a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

5.6.1. O órgão gerenciador, em alternativa à atualização prevista no item 5.6 desta Ata de Registro de Preços, poderá liberar o fornecedor do compromisso sem aplicação de penalidades, convocando, posteriormente, os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

5.6.2. A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

5.7. O cancelamento do preço registrado, em conformidade com o artigo 136 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, poderá ocorrer por fato superveniente decorrente de caso fortuito ou força maior que prejudique o cumprimento da ata, **devidamente comprovados e justificados**, por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor.

5.7.1. O preço registrado, em atenção ao estabelecido pelo art. 136, inc. I a V do Decreto Estadual nº 28.874/2024, também poderá ser cancelado quando o fornecedor descumprir total ou parcialmente as condições previstas na Ata de Registro de Preços, não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, não aceitar reduzir o seu preço registrado na hipótese deste se tornar superior aqueles praticados no mercado ou sofrer sanção prevista na forma do Decreto Estadual nº 28.874/2024 em seu Capítulo VIII.

6. CLÁUSULA VI - DA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA

6.1. Em atenção ao art. 131 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, o cadastro reserva será composto pelos demais licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante

vencedor, a ser incluído na respectiva ata na forma de anexo, respeitada a sequência da classificação do certame.

6.2. O cadastro reserva poderá ser utilizado nas hipóteses previstas no art. 131, § 1º do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

6.3. A apresentação de novas propostas para compor o cadastro de reserva não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

6.4. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada caso o melhor colocado no certame tenha seu registro cancelado ou revogado.

6.5. Para o registro do preço dos demais licitantes será exigida a análise da habilitação.

7. CLÁUSULA VII - DAS SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO DAS DIRETRIZES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital e seus anexos. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

7.2. Quando o fornecedor descumprir total ou parcialmente as condições previstas na Ata de Registro de Preços, não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, não aceitar reduzir o seu preço registrado na hipótese deste se tornar superior aqueles praticados no mercado ou sofrer sanção prevista na forma do Decreto Estadual nº 28.874/2024 em seu Capítulo VII, o preço registrado será cancelado, em conformidade com o artigo 136, inc. I a V do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

8. CLÁUSULA VIII - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

8.1. As condições gerais referentes ao fornecimento, tais como prazo, local de entrega e recebimento do objeto, como também as relativas às penalidades e obrigações da Administração e do fornecedor detentor do registro, encontram-se definidas no Termo de Referência e Edital da licitação, partes integrantes da presente Ata.

8.2. É vedado o aditamento dos quantitativos consignados na Ata de Registro de Preços.

8.3. A detentora do registro fica obrigada a atender todas as ordens de fornecimento efetuadas pelo órgão participante, durante a vigência desta ata.

8.4. Em atenção ao art. 126 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, faz-se necessário a permanente pesquisa de mercado, inclusive, antes da formalização da contratação, para aferição da manutenção da vantajosidade dos preços registrados.

8.5. A violação da integridade da conduta contratual, por meio do rompimento de deveres contratuais ou oriundos de outras normas aplicáveis ao caso, sujeita o contratado à aplicação das penalidades legalmente previstas nos arts. 184 ao 187 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, bem como art. 156 da Lei n. 14.133, de 2021.

9. CLÁUSULA IX - DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento, decorrente do objeto registrado nesta ata será efetuado conforme disposto no Edital e seus anexos.

10. CLÁUSULA X – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

10.2. Fica a empresa detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

10.3. A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão ao Decreto Estadual nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024, à Lei no 14.133, de 1º de abril de 2021 e às normas complementares e às disposições presentes nesta Ata e no Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e, especialmente, aos casos omissos.

10.4. Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais: o Edital de Licitação e seus anexos, bem como, os ANEXOS desta ata que contém os preços registrados e seus respectivos detentores.

11. **CLÁUSULA XI - DO FORO**

11.1. Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata, é competente o Foro da Comarca de Porto Velho/RO, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

ANEXO ÚNICO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CONSUMO ESTIMADO	UNID.	MARCA	PREÇO MERCADO	PREÇO REGISTRADO	DIF. %	DETENTORA

EMPRESA(S) DETENTORA(S):

CNPJ	RAZÃO SOCIAL	ENDEREÇO	CIDADE	REPRESENTANTE	CPF	TELEFONE

Geovanna Pinheiro Alves

Coordenadora do Sistema de Registro de Preços/SUPEL

Adriana Larissa da Silva Mendes Nascimento

Diretora Executiva/SUPEL

Alvaro Henrique de Lima Teixeira

Superintendente Estadual de Compras e Licitações

Elaborado por:



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

ATA

OFÍCIO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE NÃO PARTICIPANTE DA ATA SOLICITANDO ADESÃO COMO INTERESSADO

[UNIDADE CONTRATANTE SOLICITANTE]

OFÍCIO Nº ____/____

[], [DATA DA EMISSÃO]

Prezado Gestor da Ata nº [Nº DA ATA] do(a) [ÓRGÃO GESTOR DA
ATA]

Nos termos do art. 86, §2º, inciso I da Lei 14.133/21, solicito autorização para ADERIR à Ata de Registro de Preços em epígrafe visando adquirir os itens e quantitativos relacionados na tabela abaixo.

Ressalto que o(s) fornecedor(es), detentor(es) do(s) preço(s) registrado(s), já se manifestou(ram) pela aceitação, conforme previsto na Lei 14.133/21.

Nº do item da Ata	Especificação	Quant. Adesão

ASSINATURA DO GESTOR DA UNIDADE SOLICITANTE



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia - IDARON
Divisão de Aquisição e Contratação - IDARON-DIAC

MINUTA DE CONTRATO

ANEXO I - MINUTA DO CONTRATO

CONTRATANTE: FUNDO ESTADUAL DE SANIDADE ANIMAL - FESA, inscrição junto ao CNPJ nº 12.150.848/0001-86, sediado na Rua Padre Chiquinho, nº 913, Bairro Pedrinhas, Porto Velho/RO, CEP 76.801-490, representada neste ato por seu Presidente, **JULIO CESAR ROCHA PERES**.

CONTRATADA: _____, inscrita no CNPJ nº _____,
Endereço _____, Bairro _____ – Cidade _____, neste ato
representado por _____.

Resolvem celebrar o presente **CONTRATO**, proveniente do Processo Administrativo nº 0015.002712/2025-61, decorrente de Pregão Eletrônico nº ____/202____/SUPEL/RO, em observância à previsão legal na Constituição Federal, art. 37, XXI, às disposições da Lei 14.133/21 (NLLC), Decretos Estaduais nº 28.874/24 e 21.875/17, Lei nº 13.709/18, Lei nº 8.078/90 e, no que couber demais legislação correlata, sujeitando-se às normas dos supramencionados diplomas legais, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste **TERMO DE CONTRATO** a aquisição de **Computadores Desktop**, por meio do **Sistema de Registro de Preços**, conforme condições, quantidades, características técnicas e exigências estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I do Pregão Eletrônico nº ____/202____/SUPEL/RO e seus anexos.

1.2. Da Vinculação:

1.2.1. Integram este Contrato os seguintes documentos, independente de transcrição:

- a) O Termo de Referência SEI nº _____;
- b) O Instrumento Convocatório SEI nº _____;
- c) A Proposta da Contratada SEI nº _____;
- d) A Ata de Registro de Preços SEI nº _____;
- e) Mapa de Risco nº ____ Sei nº _____;
- f) Eventuais anexos dos documentos supracitados constante dos autos do Processo Administrativo nº 0015.002712/2025-61.

2. DETALHAMENTO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO:

2.1. Ficam estabelecidas aquelas definidas no item ____ do Edital nº _____.

3. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. O prazo de vigência contratual, contados a partir da última assinatura das partes no respectivo instrumento, será de **60 (sessenta) meses**, na forma da Lei Federal nº 14.133/21.

4. CLÁUSULA TERCEIRA - DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

4.1. O regime de execução contratual, as condições de entrega, local e prazo de entrega, observação e recebimento do objeto constam nos itens _____ do nos item(ns) _____ do Edital N° _____ SEI N° _____.

5. CLÁUSULA QUARTA - DA SUBCONTRATAÇÃO

5.1. As regras da subcontratação do objeto são aquelas do objeto são aquelas estabelecidas no item _____ no item _____ do Edital N° _____ SEI N° _____.

6. CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR, DO REAJUSTE E REVISÃO

6.1. O valor global do presente Contrato é de R\$ _____ (_____)

6.2. Os preços do contrato serão apurados conforme a quantidade solicitada pela COTIC e da Ordem de Fornecimento emitida pela SUPEL, devendo gestão e fiscalização da Contratante manter rígido controle sobre os quantitativos contratados.

6.3. Os valores contratados serão fixos e irrevogáveis pelo período inferior a um ano, à luz do entendimento do art. 154, § 5, do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

6.4. Em obediência ao princípio da anualidade da proposta, em caso de eventual reajuste de preços solicitado pela contratada, e desde que transcorrido o prazo de 12 meses da data da apresentação da proposta.

6.5. Considerando que o reajuste de preços pode ser efetuado mediante a aplicação de índice – reajuste indexação – ou por meio de demonstração analítica de variação dos custos índices aplicar-se-á aos cálculos o índice _____, observando-se o disposto no item _____ do Edital N° _____ sendo o critério de aplicação, aquele que de forma mais vantajosa se adequar às especificidades do objeto, conforme §7º do artigo 25 da Lei nº 14.133/21.

6.6. Ao considerar a possibilidade de revisão contratual (revisão de preços ou recomposição), podendo se dar tanto a favor do contratado quanto da Administração contratante, é imperativo observar a apresentação da documentação relacionada no art. 164 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, de forma expressa.

6.7. Aplicam-se as demais disposições de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato o disposto no item _____ do Edital N° _____ SEI N° _____.

7. CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

7.1. O **pagamento da nota fiscal eletrônica (NF-e)** correspondente ao valor definitivo processado pela administração obedecerá ao preconizado nas normativas legais, e se dará mediante emissão de Ordem Bancária **no prazo de até 15 (quinze) dias úteis** contados do recebimento definitivo, consoante o disposto no art. 190 do Decreto nº 28.874/24, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada.

7.2. A NF-e deverá atender a legislação tributária vigente e ser emitida em única via em favor da **FUNDO ESTADUAL DE SANIDADE ANIMAL - FE SA**, inscrição junto ao CNPJ nº 12.150.848/0001-86, sediado na Rua Padre Chiquinho, nº 913, Bairro Pedrinhas, Porto Velho/RO, CEP 76.801-490, acompanhadas dos respectivos comprovantes e recolhimento dos tributos elencados no item _____ do Edital N° _____ SEI N° _____.

7.3. As demais condições para efetivação do pagamento inclusive quanto aos critérios de atualização financeira, em casos de atraso no pagamento, deverão cumprir o disposto no item _____ do Edital N° _____ SEI N° _____.

8. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, nas obrigações da **CONTRATANTE** também se incluem o disposto no item _____ do Edital N° _____

SEI Nº _____.

9. CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, nas obrigações da **CONTRATADA** também se incluem o disposto no item _____ do Edital Nº _____ SEI Nº _____.

10. CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes do presente processo correrão do seguinte crédito orçamentário:

Unidade Orçamentária: 19014

Programa de trabalho: 20.609.2095.1644

Fonte de recurso: 17590

Elemento de despesa: 4.4.90.52.35

11. CLÁUSULA DÉCIMA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual do objeto contratado.

12. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Se no decorrer da execução do objeto do presente contrato, ficar comprovada a existência de qualquer irregularidade ou ocorrer inadimplemento pelo qual possa ser responsabilizada a Contratada, esta, sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação vigente, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá sofrer as penalidades previstas no item _____ do Edital Nº _____ SEI Nº _____ e na cláusula _____ da Ata de Registro de Preços nº _____ SEI Nº _____.

13. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

13.1. A Contratante será responsável pela gestão e fiscalização do contrato decorrente da licitação, sendo responsável por previamente atestar o recebimento dos bens contratados, sempre observando as definições constantes no item _____ do Termo de Referência SEI nº _____, em conformidade com a legislação que rege a contratação.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – A gestão e fiscalização da execução do contrato consistem na aferição da quantidade, qualidade, tempo e modo da execução da contratação verificando se estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA – A existência e a atuação da gestão e fiscalização pela Contratante em nada restringe a responsabilidade, única, integral e exclusiva da Contratada no que concerne à execução do objeto contratado.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA – As demais especificidades da gestão e fiscalização deverão ser cumpridas conforme disposto no item _____ do Edital Nº _____ SEI Nº _____.

14. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

14.1. O Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei n. 14.133/21, com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízos das sanções aplicáveis, observando as demais disposições contidas no item _____ do Edital Nº _____ SEI Nº _____.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA ALTERAÇÃO

15.1. O presente Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, conforme art. 124 da Lei n. 14.133/2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à Contratante, por meio da Gerência de Compras e Gestão de Contratos IDARON-GECC, providenciar a publicação do resumo deste instrumento, por extrato, no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, no prazo previsto no art. 94, da Lei n. 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. O **CONTRATANTE** poderá realizar acréscimos ou supressões nas quantidades inicialmente previstas, conforme disposto nos artigos 124, 125 e 126, da Lei n. 14.133/21, respeitados os limites de artigo 125 da Lei 14.133/2021 e suas alterações, tendo como base os preços constantes da proposta da Contratada.

17.2. As omissões, dúvidas e casos não previstos neste contrato, serão resolvidos e decididos aplicando as regras contratuais e a Lei n. 14.133/21 e suas alterações.

17.3. O presente CONTRATO não poderá contrariar lei ou jurisprudência consolidada ou contradição entre o Termo de Referência e demais instrumentos vinculados ao contrato. Caso haja dúvidas sobre a aplicação dos seus termos, deverá ser aplicada a interpretação mais favorável à Administração.

17.4. O **CONTRATANTE** obriga-se a manter durante toda a vigência contratual, em compatibilidade por ele assumidas, todas as condições exigidas no item ____ do Edital N° _____ SEI N° _____, na Ata de Registro de Preços n° _____, no Termo de Referência _____ e na Proposta Comercial _____.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

18.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Porto Velho – RO, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. Declaram as partes que este Contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva do acordo entre elas celebrado.

19.2. Para firmeza e como prova do acordado, é lavrado o presente TERMO DE CONTRATO, que depois de lido e achado conforme é assinado pelas partes, dele sendo extraídas as cópias que se fizerem necessárias para sua publicação e execução, devidamente certificadas pela Procuradoria Geral junto à Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril - PGE-IDARON.

Porto Velho/RO, __ de _____ de 202X.

JULIO CESAR ROCHA PERES

Presidente do FESA

Contratante

<Nome do Representante Legal da Contratada>

Representante da Contratada

Contratada



Documento assinado eletronicamente por **Sandra Regina Milani Chagas, Administrador(a)**, em 10/04/2026, às 11:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Camara do Vale Bezerra**, **Coordenador(a)**, em 10/04/2026, às 12:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **JULIO CESAR ROCHA PERES**, **Presidente**, em 10/04/2026, às 12:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **69976519** e o código CRC **68967877**.

Referência: Caso responda este(a) Minuta de Contrato, indicar expressamente o Processo nº 0015.002712/2025-61

SEI nº 69976519



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL
Comissão de Tecnologia - SUPEL-COTEC

INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90498/2025/LEI N.º 14.133/2021

PARA O ITEM ÚNICO APLICA-SE A AMPLA PARTICIPAÇÃO SEM A RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% PARA AS ME/EPP

RESUMO DOS DADOS

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 02/07/2026, às 10h (horário de Brasília), no sítio https://www.gov.br/compras/pt-br	Limite para esclarecimentos e impugnações ao edital: 26/07/2026
---	---

OBJETO:	
Registro de Preços para aquisição de Computadores Desktop.	
FUNDAMENTO:	
Lei federal n.º 14.133, de 01 de Abril de 2021. Decreto estadual nº28.874, de 25 de Janeiro de 2024. dentre outros.	
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 0015.002712/2025-61	
UASG: 925373	
ENDEREÇO ELETRÔNICO : https://www.gov.br/compras/pt-br	
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO	
ORÇAMENTO ANUAL	R \$ 4.472.500,00 (quatro milhões, quatrocentos e setenta e dois mil e quinhentos reais)
VISTORIA	INSTRUMENTO CONTRATUAL
Não se aplica	Ata de Registro de Preços
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	

Requisitos Básicos: 1. Habilitação jurídica: Conforme estabelecido no <u>item 20.2. e subitens do Termo de Referência.</u> 2. Qualificação econômico e financeira: Conforme estabelecido no <u>item 20.5. e subitens do Termo de Referência.</u> 3. Regularidade fiscal, social e trabalhista: Conforme estabelecido no <u>item 20.4. e subitens do Termo de Referência.</u> 4. Qualificação técnica: Conforme estabelecido no <u>item 20.3 e subitens do Termo de Referência.</u>		Requisitos Específicos:
CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP?	RESERVA COTA ME/EPP?	EXIGE AMOSTRA/DEMONSTRAÇÃO?
não	não	não
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	MODO DE DISPUTA	REGISTRO DE PREÇO
Menor Preço por Item	Aberto	sim
TELEFONES PARA CONTATO		E-MAIL PARA CONTATO:
TELEFONE: (69) 3212-9243		supelcotec@gmail.com
OBSERVAÇÕES GERAIS:		
1. Maiores informações e esclarecimentos sobre o certame serão prestados nas dependências da Superintendência Estadual de Licitações, sito a Av. Farquar, 2986, bairro: Pedrinhas, Complexo Rio Madeira, Ed. Pacaás Novos, 2º andar, em Porto Velho/RO - CEP: 76.801-470.		
2. Informamos que devido a atualização do sistema compras.gov.br, para fins de pesquisa da licitação deverá ser inserido o número 90000 antes do número do certame. (EX.: 90001/2024)		

SUMÁRIO

1.
- PREÂMBULO;
2.
- DA FORMALIZAÇÃO E AUTORIZAÇÃO;
3.
- DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES PARTICIPANTES DO REGISTRO DE PREÇOS;
4.
- DO OBJETO;
5.
- DA QUANTIDADE MÍNIMA A SER COTADA;
6.
- DA POSSIBILIDADE DE PREVISÃO DE PREÇOS DIFERENTES;
7.
- DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO;
8.
- DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO;
9.
- DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE;

10. DO REGISTRO DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO;
11. DA FORMULAÇÃO DE LANCES, CONVOCAÇÃO ME/EPP E CRITÉRIO DE DESEMPATE;
12. A FASE DE NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS;
13. DA FASE DE HABILITAÇÃO;
14. DO RECURSO;
15. DA HOMOLOGAÇÃO;
16. DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO;
17. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE;
18. DA RESCISÃO CONTRATUAL;
19. DO REAJUSTE E SUPRESSÃO CONTRATUAL;
20. DO PAGAMENTO;
21. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES;
22. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA;
23. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE;
24. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA;
25. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO;
26. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS;
27. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS;
28. DOS ANEXOS;

1. DO PREÂMBULO

1.1. A SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES , por meio da Portaria n.º 134/2026/GAB/SUPEL, publicada no DOE na data 27 de maio de 2026, torna público que se encontra autorizada a realização da licitação na modalidade de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, sob o n.º 90498/2025/SUPEL/RO, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, com o Método de Disputa: ABERTO, em conformidade com a [Lei Federal nº. 14.133, de 2021](#), [Decreto Estadual nº 28.874/2024](#), a [Lei Complementar nº 123/06](#), e o [Decreto Estadual 21.675/2017](#) e suas alterações, e demais legislações vigentes, tendo como interessado (a) Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia - IDARON.

1.1.1. O instrumento convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis, para conhecimento e retirada, no endereço eletrônico: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

1.1.2. A sessão inaugural deste PREGÃO ELETRÔNICO dar-se-á por meio do sistema eletrônico, na data e horário estabelecidos.

1.1.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e locais estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.

1.1.4. Os horários mencionados neste Edital de Licitação referem-se ao horário oficial de Brasília/DF.

2. DA FORMALIZAÇÃO E AUTORIZAÇÃO

2.1. Esta Licitação encontra-se formalizada e autorizada por meio do Processo Administrativo n.º 0015.002712/2025-61, e destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública e será processada e

julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo de que lhe são correlatos.

2.2. O processo acima mencionado poderá ser consultado por meio do Sistema Eletrônico de Informações-SEI (<https://www.sei.ro.gov.br/sobre>).

3. DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES PARTICIPANTES DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. São participantes deste Sistema de Registro de Preços os seguintes órgãos e/ou entidades:

- Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia - IDARON.

4. DO OBJETO

4.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de **Computadores Desktop**, por meio do **Sistema de Registro de Preços**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I.

4.2. Em caso de divergência existente entre as especificações do objeto descritas no sistema eletrônico – Portal de Compras do Governo Federal, e as especificações constantes no ANEXO I deste Edital – Termo de Referência, prevalecerão as últimas.

4.3. Das especificações técnicas/quantidades do objeto: Ficam aquelas estabelecidas no item 5 e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente, conforme transcrevemos:

(...)

5. das especificações técnicas e quantitativos

5.1. Das Estimativas dos Quantitativos e especificações apresentados na SAMS;

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD
------	---------------	-----	-----

1	<p>1. Processador: Intel com lançamento em 2024 ou superior, tecnologia vPro, no mínimo 14 núcleos físicos, 20 threads, e 24MB de cache.</p> <p>2. Memória RAM: No mínimo 16GB DDR5, com ao menos 1 slot livre para expansão até 64GB.</p> <p>3. Armazenamento: SSD NVMe M.2 PCIe com 256GB ou superior, padrão OPAL 2.0, TLC ou MLC, com velocidade de leitura mínima de 3.300 Mbps e escrita de 2.500 Mbps; 1 slot livre para expansão com SSD ou HDD SATA 3.</p> <p>4. Placa-mãe: deve ser do mesmo fabricante do computador ou construído sob sua especificação exclusiva; compatível com 2 discos NVMe; Chipset Intel Q670 ou equivalente/superior; suporte à tecnologia vPro.</p> <p>5. Conectores mínimos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Traseira: 3 USB 3.2+, 3 saídas de vídeo (HDMI/DisplayPort) com uso simultâneo; - Frontal: 2 USB 3.2+ (incluindo 1 tipo C), 1 P2 áudio combo; - Rede: RJ45 Gigabit Ethernet com suporte a vPro. <p>6. BIOS/UEFI: Desenvolvida pelo mesmo fabricante ou sob sua especificação; Compatível com Intel vPro; Em conformidade com NIST 800-147, com suporte a criptografia, verificação de integridade, proteção contra alterações não autorizadas e recurso de recuperação nativo via internet (sem mídia externa).</p> <p>7. Placa de vídeo: integrada com suporte simultâneo a 3 monitores (sem espelhamento, sem adaptadores externos); pelo menos 1 HDMI e 1 DisplayPort; resolução mínima 1920x1080 a 60Hz.</p> <p>8. Formato e gabinete: Micro Form Factor (MFF), volume máximo 1,5L, em aço ou liga metálica, com sistema Tool Less, alto-falante interno, cor preta ou cinza, uso horizontal ou vertical.</p> <p>9. Fonte: Bivolt automática, tomada padrão NBR 14136.</p> <p>10. Periféricos e acessórios:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Teclado ABNT2 USB, com teclas multimídia, do mesmo fabricante; - Mouse óptico USB (mín. 1000 dpi), do mesmo fabricante; - Mousepad com apoio em gel; - Cabos e acessórios necessários ao funcionamento incluídos. <p>11. Linha corporativa e certificações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Linha corporativa homologada para uso empresarial; <p>11.1 Certificações exigidas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - ISO 9001, ISO 14001; - ENERGY STAR®, EPEAT Silver ou superior; - RoHS, SCCM certificado, RBA Members, TCG Members; - Garantia de disponibilidade de peças por ao menos 5 anos; <p>12. Garantia e suporte técnico: Mínimo de 60 meses on-site; Atendimento realizado pelo fabricante ou assistência autorizada com vínculo formal; Atendimento em Porto Velho/RO obrigatório.</p>	UNID	500
---	---	------	-----

(...)

4.4. Da garantia do objeto: Ficam aquelas estabelecidas no item 5.3 e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente, conforme transcrevemos:

(...)

5.3.Das Garantia dos Equipamentos

5.3.1.Todos os equipamentos deverão possuir **garantia mínima de 60 (sessenta) meses** com atendimento técnico on-site, prestado diretamente pelo fabricante ou por assistência técnica oficialmente autorizada e vinculada contratualmente ao fabricante, com cobertura nacional e atendimento presencial em Porto Velho/RO.

5.3.2.A contratada será integralmente responsável por defeitos causados por atualizações

distribuídas por seus próprios sistemas de suporte, ainda que ocorram após o período regular de garantia, sempre que comprovado que a falha decorreu da execução de procedimento oficial, automático ou manual, autorizado e recomendado pelo fabricante.

5.3.3.Caso a fabricante distribua atualizações que venham a causar a inutilização definitiva do equipamento (*brick*), sem que o usuário tenha feito intervenção inadequada, será considerada responsável por falha técnica originada no projeto, devendo prestar suporte, orientação de correção ou substituição da unidade afetada, mesmo fora do prazo padrão de garantia.

5.3.4.Da Garantia Estendida

5.4.A solicitação de garantia estendida para os equipamentos de tecnologia da informação, que tem sido uma constante em nossos termos de referências, é prática adotada no sentido de preservar a continuidade e o bom andamento das atividades em nossas unidades descentralizadas espalhadas pelo Estado. Nesse sentido esclarecemos que aquisições de computadores desktop, Tablets, notebooks, servidores de processamento e armazenamento de dados, appliances de backup, entre outros, já foram anteriormente licitados pela SUPEL com garantia estendida.

5.5.O referido lapso temporal de garantia se faz necessário, pois é de interesse público que haja pleno e ininterrupto funcionamento dos equipamentos de informática, visto serem ferramentas de trabalho indispensáveis nos dias atuais. Soma-se a isso o fato de que não possuímos condições técnicas, pessoal e peças de reposição para realizar manutenção ou suporte em uma eventual falha nesses equipamentos, sobretudo por se tratar de equipamentos que exigem mão de obra especializada.

5.6.Dessa feita, caso um equipamento apresente problemas com pouco mais de um ano de uso, encontraríamos a seguinte situação: equipamento parado, falta de equipamento para substituição (vez que uma ARP tem validade de um ano), sem garantia (vez que a garantia comum é de 12 meses), nos restando enviar para baixa patrimonial, contratar uma empresa para realizar a manutenção ou adquirir novo equipamento, sendo todas menos viáveis do ponto de vista financeiro, técnico e prático que a garantia estendida.

5.7.Ademais, apresentamos alguns exemplos de pregões cujo objeto requeria garantia estendida (além dos 12 meses), sendo, portanto, prática recorrente entre os entes públicos:

5.8.- Pregão Eletrônico 04/2016 (Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, objeto Computador Desktop);

5.9.- Pregão Eletrônico 44/2016 (Tribunal de Contas de Rondônia, objeto Computador Desktop);

5.10.- Pregão Eletrônico 05/2018 (Ministério do Turismo, objeto computador desktop);

5.11.- Pregão Eletrônico 585/2018 (Procuradoria Geral do Estado – PGERO, objeto Scanner);

5.12.- Pregão Eletrônico 05/2019 (TRT 10ª Região, objeto Scanner);

5.13.- Não obstante, ainda, conforme já mencionado, a IDARON licitou Notebooks, Impressoras de médio porte, servidores de hiperconvergência e roteadores wifi através da SUPEL com as garantias de, no mínimo, 36 meses, conforme pregões: 248/2017, 249/2017, 338/2017, 15/2019, 37/2019, 97/2019.

5.14.- Mais recentemente adquirimos 486 computadores Desktop com garantia total on-site de 60 meses, registramos 150 roteadores wifi com garantia de 36 meses (PE 313/2020), bem como uma solução de backup (PE 567/2020) com garantia de 60 meses, demonstrando, mais uma vez, ser prática comum e vantajosa para a administração pública;

5.15.Isto posto, cientificamos que todos os equipamentos deverão possuir **garantia mínima de 60 (sessenta) meses** com atendimento técnico on-site, prestado diretamente pelo fabricante ou por assistência técnica oficialmente autorizada e vinculada contratualmente ao fabricante, com cobertura nacional e atendimento presencial em Porto Velho/RO.

5.16.Durante todo o período de garantia, o suporte deverá obrigatoriamente incluir:

5.17.- Substituição de quaisquer componentes defeituosos, com destaque para: placa-mãe, fonte de alimentação, memória RAM, teclado e mouse;

5.18.- Atendimento local (em Porto Velho/RO), dentro de prazo máximo de 30 dias, a contar da abertura do chamado;

5.19.- Suporte a atualizações oficiais de BIOS, firmware e drivers, com responsabilidade integral por falhas oriundas de atualizações fornecidas pelo próprio fabricante.

5.20.A contratada será integralmente responsável por defeitos causados por atualizações distribuídas por seus próprios sistemas de suporte, ainda que ocorram após o período regular de garantia, sempre que comprovado que a falha decorreu da execução de procedimento oficial, automático ou manual, autorizado e recomendado pelo fabricante.

5.21.Caso a fabricante distribua atualizações que venham a causar a inutilização definitiva do equipamento (*brick*), sem que o usuário tenha feito intervenção inadequada, será considerada

responsável por falha técnica originada no projeto, devendo prestar suporte, orientação de correção ou substituição da unidade afetada, mesmo fora do prazo padrão de garantia.

5.22.Os equipamentos deverão atender aos dispositivos da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações pertinentes.

5.23.Além disso, o licitante vencedor deverá oferecer serviços de manutenção e assistência técnica dos equipamentos durante o período de garantia. A manutenção deve incluir a substituição de peças defeituosas, quando necessário. A resolução do problema deve respeitar o descrito na Lei. A prestação desses serviços é essencial para garantir a continuidade das atividades nas unidades descentralizadas.

5.24.A solicitação de garantia estendida para os equipamentos de tecnologia da informação, que tem sido uma constante em nossos Termos de Referência, é prática adotada no sentido de preservar a continuidade e o bom andamento das atividades em nossas unidades descentralizadas espalhadas pelo Estado. Nesse sentido, esclarecemos que aquisições de computadores desktop, tablets, notebooks, servidores de processamento e armazenamento de dados, appliances de backup, entre outros, já foram anteriormente licitados pela SUPEL com garantia estendida.

5.25.O lapso temporal de garantia se faz necessário, pois é de interesse público que haja pleno e ininterrupto funcionamento dos equipamentos de informática, visto serem ferramentas de trabalho indispensáveis nos dias atuais. Soma-se a isso o fato de que não possuímos condições técnicas, pessoal, e peças de reposição para realizar manutenção ou suporte em uma eventual falha nesses equipamentos, sobretudo por se tratar de equipamentos que exigem mão de obra especializada.

5.26.Essa exigência visa evitar situações onde, após pouco mais de um ano de uso, os equipamentos possam apresentar falhas e a Administração Pública se veja na situação de ter equipamentos inoperantes sem garantia, sem capacidade técnica para repará-los, e sem equipamento para substituição imediata. A garantia estendida é, portanto, uma medida que visa assegurar a continuidade das operações e a eficiência no uso dos recursos públicos.

(...)

4.5 Das condições contratuais/garantia do contratual: Ficam aquelas estabelecidas no item 34 e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente, conforme transcrevemos:

(...)

34. CONTRATO

34.1.O contrato será regido nos termos do art. 89, in verbis:

Art. 89. Os contratos de que trata esta Lei regular-se-ão pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, e a eles serão aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

§ 1º Todo contrato deverá mencionar os nomes das partes e os de seus representantes, a finalidade, o ato que autorizou sua lavratura, o número do processo da licitação ou da contratação direta e a sujeição dos contratantes às normas desta Lei e às cláusulas contratuais.

§ 2º Os contratos deverão estabelecer com clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, as obrigações e as responsabilidades das partes, em conformidade com os termos do edital de licitação e os da proposta vencedora ou com os termos do ato que autorizou a contratação direta e os da respectiva proposta.

Art. 90. A Administração convocará regularmente o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e nas condições estabelecidas no edital de licitação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei.

§ 1º O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

§ 2º Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

§ 3º Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

§ 4º Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do § 2º deste artigo, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

I - convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

II - adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

§ 5º A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.

§ 6º A regra do § 5º não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do inciso I do § 4º deste artigo.

§ 7º Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento em consequência de rescisão contratual, observados os mesmos critérios estabelecidos nos §§ 2º e 4º deste artigo.

Art. 91. Os contratos e seus aditamentos terão forma escrita e serão juntados ao processo que tiver dado origem à contratação, divulgados e mantidos à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

§ 1º Será admitida a manutenção em sigilo de contratos e de termos aditivos quando imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, nos termos da legislação que regula o acesso à informação.

§ 2º Contratos relativos a direitos reais sobre imóveis serão formalizados por escritura pública lavrada em notas de tabelião, cujo teor deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

§ 3º Será admitida a forma eletrônica na celebração de contratos e de termos aditivos, atendidas as exigências previstas em regulamento.

§ 4º Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

34.2.A contratada deverá assinar o contrato ou dar o recebimento na nota de empenho quando convocada a fazê-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis;

34.3.Justificativa de 60 (sessenta) meses de prazo contratual

Justifica-se que a unidade técnica da IDARON previu que os equipamentos deveriam ter garantia on-site de 60 (sessenta) meses, conforme especificações do item 1 do quadro do subitem 5.1 do TR. Assim, tal exigência de 60 (sessenta) meses de prazo contratual, por tratar-se de obrigações futuras, é vinculativa ao prazo da garantia, porque não há como dissociar um do outro.

34.4.Da eventual extinção

Caso a Pasta responsável pelo contrato opte por rescindir o contrato, na forma do art. 106, III e § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a decisão deverá ser embasada em análise que leve em consideração eventuais prejuízos a serem ressarcidos ao particular (art. art. 146, § 4º, do Decreto Estadual nº 28.874/2024).

(...)

4.6. Do reajuste e supressão contratual: Ficam aquelas estabelecidas no item 35.4.1. e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente, conforme transcrevemos:

(...)

35.4.1. Do reajuste

35.4.1.1.O equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos é direito do contratado, sendo sua manutenção interesse público, conforme redação do *caput* do art. 150 do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

35.4.1.2.Para o reajustamento em sentido estrito aplicável a espécie de contrato de fornecimento, será adotado como referência o **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA** combinado, ou não, a outro índice específico de reajuste que observe o critério da especialidade e da setorialidade para o objeto contratual, conforme disposição do art. 150, § 1º c/c ao art. 156 do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

35.4.1.3.O pedido relacionado ao reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser apresentado pela contratada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do fato gerador de seu direito, a luz da disposição do art. 151 do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

35.4.1.4.Caso o pedido apontado no item anterior seja feito fora do prazo previsto, os efeitos financeiros serão contados a partir da data de recebimento do pedido pela contratante, sendo vedado ao ordenador de despesa conceder efeito retroativo aos efeitos financeiros, conforme disposição do art. 151, § 2º, do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

35.4.1.5.O prazo para resposta ao pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, será de até 15 dias úteis, a contar do recebimento da solicitação.

35.4.1.6.É nula de pleno direito qualquer estipulação de reajuste com periodicidade inferior a 1 (um) ano, a luz do entendimento do art. 154, § 5, do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

35.4.1.7.Os pedidos de reajustamento em sentido estrito, além da documentação específica relativa ao requerimento, deverão ser instruídos com:

I - requerimento expresso do contratado, contados da publicação do índice ajustado contratualmente, no caso de reajuste em sentido estrito, ou da entrada em vigor do acordo, convenção ou dissídio coletivo, no caso de repactuação;

II - análise técnica acerca da correção do requerimento do contratado, inclusive quanto aos cálculos, a ser realizada pela Pasta responsável pelo contrato;

III - documentação comprobatória da disponibilidade de recursos orçamentários previstos para fazer frente à despesa a ser assumida, como pedido de reserva ou documento equivalente, além da declaração da compatibilidade da despesa com a legislação orçamentária;

IV - autorização expressa por parte da autoridade máxima da Agência

35.4.1.8.Sem prejuízo do item anterior, o pedido de reajuste do contrato deverá ser devidamente fundamentado e instruído, com os seguintes documentos:

I - planilha de custos demonstrando a equação inicial do contrato, quando esta já não constar do processo licitatório; e

II - planilha de custos demonstrando a equação atual do contrato, a qual deverá demonstrar a variação do preço, levando em consideração o índice de reajuste pré-fixado no instrumento convocatório e no contrato.

35.4.1.9.Os reajustes a que o contratado fizer jus e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato, conforme disposição do Art. 153 do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

35.4.1.10.Quando, antes da data do reajustamento, já tiver ocorrido a revisão do contrato para a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, esta deverá ser levada em consideração quando da análise técnica acerca do reajuste, de modo a evitar a sobreposição indevida dos institutos, a luz da redação do Art. 154, § 4º, do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

35.4.1.11.Deverão ser excluídos do cálculo do efeito financeiro do reajustamento eventuais parcelas cuja execução ou fornecimento se encontrem atrasadas por culpa do contratado, a luz do entendimento do art. 154, § 5, do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

(...)

4.7. Da fiscalização e acompanhamento do recebimento/execução do objeto: Ficam aquelas estabelecidas no item 13 e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente, conforme transcrevemos:

(...)

13.DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

13.1.A Contratante será responsável pela gestão e fiscalização do contrato, de forma preventiva, rotineira e sistemática, sendo responsável definir os critérios objetivos de avaliação do desempenho da Contratada, bem como os requisitos da remuneração variável, quando for o caso.

13.2.A **Comissão de Recebimentos da IDARON** irá realizar a gestão contratual, cuja função é administrar o contrato até o término de sua vigência, desempenhando as atribuições administrativas que são inerentes ao controle individualizado de cada contrato, devendo cumprir as determinações do art. 20 do Decreto Estadual nº 28.874/24.

13.3.A Administração nomeará **Fiscais do Contrato** com experiência e conhecimento na área relativa ao objeto contratado, conforme previsto nos art. 21 e 22 do Decreto Estadual nº 28.874/24, cujas funções primordiais serão de acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratado, conforme segue:

- **Fiscal Técnico do contrato**, que terá atribuições previstas no art. 23 do Decreto Estadual nº 28.874/24, realizando o recebimento provisório do objeto contratado mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico para formalização da atestação; e

- **Fiscal Administrativo do contrato**, que terá as atribuições conforme previsto no art. 24 do Decreto Estadual nº 28.874/24, realizando o recebimento provisório do objeto contratado mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo para formalização da atestação.

13.4.A fiscalização observará a metodologia da elaboração dos relatórios de acordo com o art. 25 do Decreto Estadual nº 28.874/24, bem as demais exigências previstas no normativo legal à respeito da fiscalização do contrato (capítulo III, seção VIII do Decreto Estadual nº 28.874/24).

13.5.No processamento do pagamento, a Coordenadoria de Administração e Finanças - COAF, rejeitará os fornecimentos que não se demonstrarem em consonância com os ditames legais e contratuais, devolvendo-os para regularização e justificativas e glosando as parcelas irregulares apontadas pela fiscalização técnica, observando ainda os apontamentos da fiscalização administrativa, sem prejuízo da apuração de responsabilidade, caso se identifique dano ao erário.

13.6.A ausência de comunicação por parte da Contratante referente à irregularidades ou falhas, ou qualquer omissão total ou parcial da comissão ou fiscalização do contrato não eximirá a Contratada de sua plena responsabilidade pela execução do objeto contratado, nas condições previstas neste instrumento e no Contrato.

13.7.A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com os arts. 119 e 120 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

13.8.As deficiências e irregularidades que forem constatadas serão comunicadas ao preposto pela fiscalização técnica do contrato:

a) Verbalmente, para os casos rotineiros ou urgentes.

b) Por escrito, para as situações complexas, estipulando-se, quando pertinente, prazo certo para a correção da irregularidade. As comunicações formais serão registradas em Processo Acessório ao Principal devendo ser remetido à Contratada através de e-mail no Sistema SEI. Caso não seja possível, será enviado no e-mail oficial da Unidade Técnica da IDARON e acostado aos autos.

c) Por publicação no Diário Oficial do Estado, no caso de recusa do recebimento da notificação ou insucesso de remessa postal com Aviso de Recebimento, em último caso.

(...)

4.8. Da entrega/recebimento: Ficam aquelas estabelecidas no item 9 a 11 e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente, conforme transcrevemos:

(...)

9. LOCAL DE ENTREGA:

(Base Legal: arts. 6 e 40, § 1º, II da Lei Federal 14.133/21; IN 05/2017/MPOG).

9.1.A entrega dos equipamentos, com os correspondentes Termos ou Certificados de Garantia, emitidos pelo respectivo fabricante ou representante legal, deverão ser entregues no Almoxarifado da Agência IDARON, localizado à BR 364, Km 07, nº 9280 C, Bairro Aeroclube, município de Porto Velho/RO, de segunda à sexta-feira, das 07h:30min às 13h:30min, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, tendo como termo inicial a data da última assinatura no instrumento contratual ou termo de empenho ou equivalente.

9.2.Caso não haja expediente na data marcada para a entrega dos bens, ficará automaticamente adiada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local.

9.3.Se a Contratada tiver comprovadamente dificuldades de entregar os bens, não sofrerá multa, desde que informe oficialmente com antecedência de pelo menos **1 (um) dia útil** antes de esgotado o prazo, apresentando uma justificativa circunstanciada formal, que deverá ser encaminhada à Coordenadoria de Administração e Finanças da IDARON que, por sua vez, tomará a decisão se o prazo será prorrogado ou não.

9.4.No caso de ser autorizada a prorrogação do prazo, e esgotado o novo prazo concedido, a Coordenadoria de Administração e Finanças da IDARON adotará os procedimentos para aplicação das sanções administrativas previstas neste Termo de Referência.

10.PRAZO DE ENTREGA:

(Base Legal: arts. 6 e 40, § 1º, II da Lei Federal 14.133/21; IN 05/2017/MPOG).

10.1.O fornecimento/entrega deverá ser efetuado no **prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos**, na totalidade do objeto contratado, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho ou do

Instrumento de contrato, se for o caso;

10.2.A empresa vencedora deverá comunicar a data e o horário previsto para a entrega à Agência IDARON, no horário do expediente, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência.

11.RECEBIMENTO E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO:

(Base Legal: arts. 6 e 40, § 1º, II da Lei Federal 14.133/21; IN 05/2017/MPOG).

11.1.O objeto será recebido conforme disposto nos arts. 6 e 40, § 1º, II da Lei Federal 14.133/21:

a) **PROVISORIAMENTE**, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com a especificação, mediante aposição de carimbo de recebimento provisório por servidor da GEMPAD no verso da fatura/nota fiscal, no prazo de 03 (três) dias.

b) **DEFINITIVAMENTE**, por **Comissão de Recebimento**, após a verificação da qualidade, quantidade e demais procedimentos para a consequente aceitação, no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

11.2.A Comissão anotará possíveis defeitos nos bens, acessórios e outras imperfeições visíveis, visando constatar a especificação do objeto de acordo com o Termo de Referência e a Proposta do fornecedor.

11.3.O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do fornecimento, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo instrumento contratual.

11.4.Os fornecimentos deverão ser executados rigorosamente dentro das especificações estabelecidas neste instrumento sendo que a inobservância desta condição implicará recusa formal, com a aplicação das penalidades estipuladas.

11.5.Aceitos os fornecimentos, será procedido o atesto na Nota Fiscal, mediante termo circunstanciado, pela **Comissão de Recebimento da Contratante**.

11.6.Não aceitos os fornecimentos, a Contratada será comunicada através da GEMPAD, para que imediatamente substitua aqueles que não estão de acordo com as especificações estabelecidas no Contrato.

(...)

4.9. Do pagamento: Ficam aquelas estabelecidas no item 23 e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente, conforme transcrevemos:

(...)

23.DO FATURAMENTO E PAGAMENTO

23.1.O pagamento para o fornecimento será efetuado de forma INTEGRAL, mediante apresentação de Nota Fiscal Eletrônica, emitida pela Contratada, devidamente atestada pela Administração, observando as disposições do Capítulo X - Pagamento da Lei Federal nº 14.133/21.

23.2.Insta salientar que o pagamento seguirá conforme estipulado no art. 188 do Decreto Estadual nº 28.874/24, nestes termos:

Art. 188. As solicitações de pagamento deverão ser formalizadas pelo contratado por meio de pedido subscrito pelo seu representante legal, indicando o número do contrato administrativo e os dados para pagamento, instruído com os seguintes documentos:

I - nota fiscal, fatura ou documento equivalente que ateste o cumprimento do objeto, indicando o valor e o período da prestação do serviço ou do fornecimento;

II - certidão de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual;

III - certidão de regularidade previdenciária e trabalhista, além dos documentos comprobatórios do cumprimento das respectivas obrigações nos termos do art. 24 deste Decreto, nos casos de contrato de prestação de serviços contínuos com dedicação exclusiva (ou predominante) de mão de obra;

IV - comprovante de cumprimento de obrigações previdenciárias, nos casos de contratos de obra;

V - medição realizada pela fiscalização do contrato, nos casos de obra e serviços de engenharia, e de contratos submetidos ao referido regime de pagamento por medição;

VI - comprovante de atingimento de metas e respectivo impacto percentual no caso de remuneração variável;

VII - comprovante de percentual de economia produzida, nos casos de contratos de eficiência.

§ 1º Os documentos apresentados deverão ser atestados pela fiscalização do contrato que emitirá parecer conclusivo sobre a viabilidade do pagamento diante do cumprimento do objeto e efetiva correspondência com o valor cobrado, devendo ser autuado processo administrativo no qual serão incluídos cópia do contrato e eventuais termos aditivos, cópia

da nota de empenho e mapa de controle de execução contratual.

§ 2º Atestado o cumprimento do objeto do contrato pela fiscalização e a correta instrução do processo, após autorização do ordenador, os autos deverão ser remetidos ao setor responsável pela liquidação da despesa e efetivação do pagamento.

§ 3º Em caso de não cumprimento do inciso II, o contratado deverá ser instado a se manifestar sobre a possibilidade de compensação do crédito com o débito existente, caso em que os autos deverão ser remetidos ao órgão fazendário para as providências cabíveis, com prévia oitiva da Procuradoria - Geral do Estado em caso de débito inscrito em dívida ativa.

§ 4º Em caso de não concordância com a compensação, imediatamente após o pagamento da contraprestação, os autos deverão ser remetidos à Procuradoria-Geral do Estado para adoção das providências cabíveis para recuperação do crédito estadual.

§ 5º Em caso de não cumprimento dos incisos III e IV, o pagamento deverá ser retido até a regularização, observadas as diretrizes fixadas neste Decreto.

23.3. Por conseguinte, a Nota Fiscal Eletrônica deverá ser emitida em favor da:

a) **FUNDO ESTADUAL DE SANIDADE ANIMAL - FESA**

b) CNPJ: **12.150.848/0001-86**

c) Endereço: Rua Padre Chiquinho, nº 913, bairro Pedrinhas, CEP 76.801-490, Porto Velho-RO

e) E-mail: contratos.idaron@gmail.com

23.3.1. No corpo da Nota Fiscal/Fatura deverá conter:

- a) A descrição detalhada do objeto conforme Termo de Contrato, se houver, ou Nota de Empenho;
- b) Valor unitário do objeto conforme Nota de Empenho;
- c) Identificação de Número do Processo e da Nota de empenho; e
- d) Identificação do Banco (código do Sistema de Pagamentos Brasileiro), da Agência Bancária, do Número da Conta Bancária, para fins de pagamento, bem com, das correções fiscais e contábeis, se for o caso.

23.4. O pagamento será efetuado conforme recebimento e atesto dos seguintes documentos:

- a) Nota Fiscal devidamente atestada pela Administração, conforme disposto no art. 140, inciso II, alíneas "a" e "b" da Lei 14.133/2021;
- b) Comprovação da entrega do item com o termo de recebimento assinado pela comissão designada em portaria;

O pagamento decorrente de contratações públicas será feito após a habilitação para pagamento, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, consoante o disposto no art. 190 do Decreto nº 28.874/24.

23.5. No caso das Notas Fiscais apresentarem erros ou dúvidas quanto à exatidão ou documentação, a Administração Pública poderá pagar apenas a parcela incontroversa no prazo fixado para pagamento, ressalvado o direito da empresa de representar para cobrança, as partes controvertidas com devidas justificativas, nestes casos, a Administração Pública terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento, para efetuar análise e pagamento devidamente atestadas pela Administração.

23.6. Na hipótese da Contratada não estar regular perante a Fazenda Estadual, o contratado será instado a se manifestar sobre a possibilidade de compensação do crédito com o débito existente, caso em que os autos serão remetidos ao órgão fazendário para as providências cabíveis, com prévia oitiva da Procuradoria - Geral do Estado em caso de débito inscrito em dívida ativa. Em caso de não concordância com a compensação, imediatamente após o pagamento da contraprestação, os autos serão remetidos à Procuradoria-Geral do Estado para adoção das providências cabíveis para recuperação do crédito estadual.

23.7. Em caso de descumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias, o pagamento será retido até a regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

23.8. Não será efetuado qualquer pagamento, salvo as parcelas incontroversas, à Contratada enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

23.9. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100)$$

$EM = I \times N \times VP$, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

23.10.Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que a Contratada tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data de reapresentação do mesmo. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, a Administração, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-las, com a glosa da parte que considerar indevida.

23.11.Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

23.12.A Administração não pagará nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, seja ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas no órgão.

23.13.Conforme a Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 2.145/2023, e com a Instrução Normativa nº 34/2023/SEFIN-COTES, será realizada a retenção na fonte do Imposto de Renda incidente sobre os valores pagos à Contratada, nos casos legalmente previstos, incluindo rendimentos oriundos de fornecimento de bens ou prestação de serviços.

(...)

4.10. Da obrigação da contratada: Ficam aquelas estabelecidas no item 24 e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente, conforme transcrevemos:

(...)

24.DEVERES DO CONTRATADO:

(Base Legal: art. 6º, XXIII e art. 18 Lei Federal 14.133/21; 8º, II e 14, IN 05/2017/MPOG).

24.1.As obrigações da Contratada são as resultantes da aplicação da Lei nº. 14.133/2021, demais normas pertinentes, bem como, às previstas no Termo de Referência.

24.2.Efetuar a entrega dos equipamentos em perfeitas condições de uso e aplicabilidade, no prazo e locais indicados pela Agência IDARON, em estrita observância das especificações do TERMO DE REFERÊNCIA, acompanhado da respectiva fatura (Nota Fiscal) constando detalhadamente as especificações técnicas do produto;

24.3.Atender prontamente a quaisquer exigências da Agência IDARON, inerentes ao objeto da presente aquisição;

24.4.Comunicar à Agência IDARON, no prazo Máximo de 48 (quarenta e oito) horas que anteceda a data de entrega, apresentando os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

24.5.Manter, durante toda a execução da aquisição, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na aquisição;

24.6.Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que esta obrigada, exceto nas condições autorizadas no TERMO DE REFERÊNCIA ou na minuta de contrato;

24.7.Assumir o ônus e responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, prestação da garantia e qualquer outra(s) contribuição(ões) tributaria(s), fiscal(is) e de logística que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

24.8.Arcar com todas as despesas, diretas e indiretas, decorrentes do cumprimento dos deveres assumidos;

24.9.Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a serem vítimas os seus empregados quando em serviço, por tudo que as leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e demais exigências legais para o exercício das suas atividades.

24.10.Cumprir a legislação ambiental pertinente ao objeto da licitação nos desempenhos de suas atividades de rotinas.

24.11.Cumprir em sua totalidade as disposições constantes neste Termo de Referência e no edital

da licitação.

24.12.A empresa Contratada deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação exigida na licitação, em atendimento ao art. 92, inciso XVI, da Lei nº 14.133/21 e Acordão 0964-14/12-P, relator Ministro Walton Alencar Rodrigues, TCU;

24.13.Aceitar nas mesmas condições contratuais, e mediante Termo Aditivo, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, decorrente de modificações de quantitativos ou projetos ou especificações, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratual atualizado, de acordo com o art. 125, da Lei nº 14.133/21, sendo os mesmos objeto de exame prévio da Procuradoria Geral do Estado – PGE;

24.14.Considerando o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal:

a)Apresentar a Declaração de Fato Superveniente.

b)Apresentar a Declaração de ME/EPP.

c)Apresentar a Declaração de Ciência do Edital.

d)Apresentar a Declaração de Menor.

e)Apresentar a Declaração Independente de Proposta.

f)Apresentar a Declaração de Acessibilidade.

g)Apresentar a Declaração de Cota de Aprendizagem.

h)Apresentar a Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado.

(...)

4.11. Da obrigação da contratante: Ficam aquelas estabelecidas no item 25 e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente, conforme transcrevemos:

(...)

25.DEVERES DA CONTRATANTE:

25.1.São deveres da contratante:

25.1.1.Proporcionar todas as condições e facilidades para que o fornecedor possa cumprir com suas obrigações contratuais;

25.1.2.Receber definitivamente o(s) medicamento(s), disponibilizando local, data e horário;

25.1.3.Rejeitar os serviços executados que não atendam as especificações deste TERMO DE REFERÊNCIA;

25.1.4.Efetuar o(s) pagamento(s) da(s) Fatura(s) /Nota(s) Fiscal (is) da contratada, observando ainda as condições estabelecidas no edital deste certame licitatório;

25.1.5.Notificar a empresa, por escrito, sobre as imperfeições, atrasos, falhas ou irregularidades na execução dos serviços, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias e cabíveis;

25.1.6.Prestar as informações e/ou esclarecimentos que venham a serem solicitados pelos técnicos da contratada.

25.1.7.Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor(es) devidamente designados;

25.1.8.Efetuar o pagamento no prazo previsto.

(...)

4.12 Dos critérios de sustentabilidade: Ficam aquelas estabelecidas no item 40 e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente, conforme transcrevemos:

(...)

40.CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

40.1.A aquisição, do objeto, desta licitação, obedecerá aos critérios de sustentabilidade ambiental contidos no Art. 5º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG e no Art. 6º, do Decreto nº 21.264/2016, do Governo do Estado de Rondônia, no que couber.

40.2.A empresa a ser CONTRATADA deverá cumprir as orientações da Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, referente aos critérios de Sustentabilidade Ambiental, em seus Artigos 5º

(...)

5. DA QUANTIDADE MÍNIMA A SER COTADA

5.1. Não serão registrados valores mínimos ou quantidades mínimas para faturamento e entrega, conforme item 14.7 e subitens do Anexo I – Termo de Referência, conforme transcrevemos:

(...)

14.7. A proposta apresentada no certame deverá condizer à totalidade dos quantitativos respectivos do(s) item(ns) de interesse da licitante, não sendo admitido quantidade mínima de unidade de bens a ser cotada, e, não sendo admitido a possibilidade da licitante oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, conforme disposto no art. 82, II e IV, da Lei 14.133/21.

(...)

6. DA POSSIBILIDADE DE PREVISÃO DE PREÇOS DIFERENTES

6.1. **NÃO SERÁ** admitida a previsão de preços diferentes, conforme item 14.12 e subitens do Anexo I – Termo de Referência, conforme transcrevemos:

(...)

14.12.

NÃO SERÃO PERMITIDOS PREÇOS DIFERENTES, referindo-se ao inciso III do artigo 82 da Lei nº 14.133, de 2021, tendo em vista que a presente contratação não se enquadra em nenhuma das opções preconizadas no referido inciso.

(...)

6.2. Na hipótese de o preço contratado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.2.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item contratado, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.3. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço contratado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações estabelecidas, será facultado ao fornecedor requerer à Contratante a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.4. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço contratado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.5. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço contratado, o pedido será indeferido pela Contratante e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas no Contrato, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

6.6. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 5 e no item 5.4, a Contratante atualizará o preço, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado, mediante Termo Aditivo.

7. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

7.1. De acordo com o Art. 164, da Lei n.º 14.133, de 2021, qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, observado o seguinte procedimento:

7.1.1. Envio exclusivo para o endereço eletrônico: **supelcotec@gmail.com;**

7.1.2. Após o envio do e-mail, a licitante deverá certificar-se quanto à confirmação de recebimento pelo Núcleo de Atendimento desta Superintendência, para não tornar sem efeito, pelo telefone **(069) 3212-9243** ou ainda, concomitantemente, caso julgue necessário, protocolar o original presencialmente na SUPEL, no horário das 07h30min. às 13h30min (horário local), de segunda-feira a

sexta-feira, situada na Av. Farquar, 2986 - Bairro: Pedrinhas Complemento: Complexo Rio Madeira, Ed. Pacaás Novos - 2º Andar, em Porto Velho/RO - CEP: 76.801-470;

7.1.3. Mencionar o número do Pregão, o ano e o número do processo licitatório.

7.2. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, de forma que a concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada nos autos do processo de licitação.

7.3. A decisão do(a) Pregoeiro(a) quanto a impugnação será informada preferencialmente via e-mail (aquele informado na impugnação), e através do campo próprio do Sistema Eletrônico do site Compras.gov.br, sendo necessariamente divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, ficando o licitante obrigado a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo(a) Pregoeiro(a), na forma do Art. 164, parágrafo único, da Lei 14.133/2021.

7.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

8. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

8.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

8.2. Os licitantes deverão obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e de seus anexos.

8.2.1. Ante eventual ausência de regramento específico em Edital, deverão ser observados os inseridos no Termo de Referência, sempre pautando-se na legislação vigente.

8.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

8.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.6. Não poderão disputar esta licitação, direta ou indiretamente:

8.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

8.6.2. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de penalidade que lhe foi imposta de:

8.6.2.1. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de Rondônia, nos termos do art. 156, III, § 4º, da Lei n. 14.133/2021;

8.6.2.2. Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei n. 14.133/2021;

8.6.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;

8.6.4. Aquele que se enquadre no disposto no art. 14, da Lei n. 14.133, de 2021;

8.6.5. Agente público do órgão, agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, conforme [§§ 1º e 2º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.6.6. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio observar o art. 15 da Lei n.º 14.133, de 2021 e disposição constante no item 17 do Anexo I - Termo de Referência, conforme transcrevemos:

(...)

17. DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

17.1. Tendo em vista que, é prerrogativa da Administração Pública, na condição de contratante, a escolha da participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio, conforme se depreende da literalidade do art. 15 da Lei Federal nº 14.133/21 em consonância com o entendimento exarado no Acórdão nº 2633/2019-TCU-Plenário, **fica vedada** a participação de empresas reunidas sob a forma de consórcio, considerando as justificativas abaixo:

I - Complexidade do Objeto: o objeto a ser licitado não envolve questões de alta complexidade técnica, ao ponto de haver necessidade de parcelamento do objeto, através da união de esforços. Empresas que competem isoladamente, tem plenas condições de suprir os requisitos de habilitação do edital.

II - Complexidade na Fiscalização: a participação de consórcios tende a aumentar a dificuldade para a Administração no **acompanhamento da execução contratual** e na fiscalização do objeto licitado.

III - Dificuldade de Responsabilização: maior complexidade em individualizar e aplicar a **responsabilização das partes envolvidas** em casos de falhas ou descumprimentos, o que pode comprometer o atendimento do interesse público.

IV - Atrasos e Riscos Operacionais: a necessidade de formação e registro formal do consórcio após a adjudicação, além da análise conjunta de documentos e responsabilidades, frequentemente resulta em **atrasos e dificuldades operacionais** para a entidade licitante.

V - Razoabilidade e Proporcionalidade: quando os objetos podem ser **plenamente atendidos por empresas individualmente constituídas**, a vedação é uma medida proporcional que não prejudica a competitividade nem a ampla participação.

VI - Eficiência Administrativa e Celeridade: a restrição busca assegurar a rapidez nos processos e a **simplicidade da gestão contratual**, evitando trâmites burocráticos adicionais que a união de empresas pode gerar.

(...)

8.6.7 Da subcontratação: Ficam aquelas estabelecidas no **item 26 e subitens do Anexo I – Termo de Referência**, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente, conforme transcrevemos:

(...)

26. SUBCONTRATAÇÃO:

26.1. Fica vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, pela contratada à outra empresa, a cessão ou transferência total ou parcial do objeto licitado, nos termos do §2º, do art. 122, da [Lei Nº 14.133/2021](#).

26.2. A vedação à subcontratação fundamenta-se na necessidade de assegurar que a execução do objeto contratual seja realizada integralmente pela empresa contratada, garantindo o atendimento aos requisitos técnicos, a qualidade dos bens ofertados e a plena responsabilização pela execução do contrato, conforme autoriza a Lei nº 14.133/2021. Tal medida visa facilitar a fiscalização pela Administração, reduzir riscos decorrentes da fragmentação do objeto e evitar a transferência de responsabilidades a terceiros não submetidos ao certame, resguardando, assim, o interesse público e os princípios da legalidade, eficiência e segurança jurídica.

(...)

8.7. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

8.8. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão de seus dados e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles que se tornem desatualizados.

8.9. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar **desclassificação** ou inabilitação.

9. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

9.1. Na forma do Art. 4º, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, aplicam-se às licitações e

contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, devendo atentar às regras estabelecidas no regramento específico citado.

9.2. Para obtenção de benefícios a que se refere este item, a licitante deverá apresentar:

9.2.1. Declaração, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#);

9.2.2. Declaração de que no ano-calendário de realização da licitação ainda não tenha celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, na forma do Art. 4º, § 2º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

9.2.3. A empresa de pequeno porte que, no ano-calendário, exceder o limite de receita bruta anual, previsto no inciso II, do caput do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/06, fica excluída, no mês subsequente à ocorrência do excesso, do tratamento jurídico diferenciado, bem como do regime de que trata o art. 12, para todos os efeitos legais, ressalvado o disposto nos §§9º-A, 10 e 12, da mesma LC 123/06.

9.3. A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei n.º 14.133, de 2021, neste Edital e em normas correlatas.

9.4 Nos itens/lotos destinados à exclusiva participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e equiparadas aplica-se o Decreto Estadual n.º 21.675/2017, no que couber.

9.5. Para o ITEM ÚNICO aplica-se a AMPLA PARTICIPAÇÃO sem a reserva de cota de até 25% para as ME/EPP.

10. DO REGISTRO DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO

10.1. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do Licitante a partir da data da liberação do Edital, até o horário limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília, devendo ser encaminhado, exclusivamente por meio do sistema, quando convocado, a proposta de preço, conforme exigências do Edital.

10.2. O licitante deverá registrar sua proposta, no sistema eletrônico, observando os seguintes campos: Valor unitário e total do item ou valor global, ou percentual de desconto; descrição detalhada do objeto, contendo as informações conforme à especificação do Termo de Referência.

10.2.1. A licitante deverá preencher o campo "marca" apenas com a marca específica do produto que deseja ofertar, sob pena de ser desclassificada caso não esteja de acordo.

10.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

10.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

10.5. As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.

10.6. As propostas registradas através do preenchimento no momento do cadastro no Sistema COMPRAS.GOV.BR NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas.

10.7. Quando da inclusão do anexo da proposta no sistema eletrônico, as empresas deverão fornecer as informações necessárias para a identificação da proposta em conformidade com o [item 14 do Anexo I deste edital - Termo de Referência](#), que somente será pública após a fase de lances, conforme transcrevemos:

(...)

14.DA PROPOSTA:

14.1.A proposta da empresa deverá conter a marca e modelo do produto ofertado, o fabricante, unidade, quantidade, valor unitário e valor total para o item, considerando a quantidade estabelecida no objeto, além da procedência do produto (ex: origem Brasil, origem EUA).

14.2.A proposta deverá seguir estritamente as especificações técnicas do objeto, onde os equipamentos deverão estar em conformidade com o que fora solicitado no objeto, quanto à todas as configurações exigidas no item 5 deste termo de referência.

14.3.A proposta deverá conter preço unitário e total, expressos em moeda corrente nacional, incluídas todas as despesas com tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, prestação da garantia e qualquer outra(s) contribuição(ões) tributária(s), fiscal(is) e de logística que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

14.4.Com o objetivo de permitir a equipe de licitação realizar a análise célere e precisa da aderência técnica dos itens ofertados, a proposta da licitante deverá vir acompanhada de documentação técnica detalhada, suficiente para comprovar que o modelo proposto atende a todos os requisitos do objeto desta contratação, devendo conter, no mínimo:

- a) Ficha técnica oficial do produto (data sheet ou especificação técnica do fabricante), com descrição clara das características reais do modelo ofertado, de forma a demonstrar o atendimento aos requisitos constantes deste Termo de Referência;
- b) Indicação precisa do modelo e versão comercial do equipamento, incluindo marca, número de série, código de produto (SKU) ou equivalente, se aplicável;
- c) Quando aplicável, documentação adicional que comprove as características dos acessórios obrigatórios, como caneta digital ativa, capa, e demais atributos relevantes.

14.5.Não será aceita, para fins de análise técnica, proposta que se limite à reprodução literal das especificações deste Termo de Referência, sem individualização das características reais do modelo ofertado.

14.6.A proposta deverá descrever com objetividade os atributos técnicos do item a ser fornecido, com base em documentos oficiais do fabricante ou distribuidor. Propostas genéricas, que não permitam verificar de forma clara o atendimento aos requisitos técnicos, poderão ser desclassificadas, especialmente quando não for possível atestar, de forma inequívoca, a conformidade do produto com o objeto licitado.

14.7.A proposta apresentada no certame deverá condizer à totalidade dos quantitativos respectivos do(s) item(ns) de interesse da licitante, não sendo admitido quantidade mínima de unidade de bens a ser cotada, e, não sendo admitido a possibilidade da licitante oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, conforme disposto no art. 82, II e IV, da Lei 14.133/21.

14.8.O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a **90 (noventa)** dias.

14.8.1.Decorridos **90 (noventa)** dias da data da entrega das propostas, sem convocação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

14.9.A licitante deverá apresentar junto à sua proposta, obrigatoriamente: **FOLDERS/ENCARTES/FOLHETOS TÉCNICOS/CATÁLOGOS** dos equipamentos ofertados ou **endereço eletrônico com o link**, onde constem as especificações técnicas e a caracterização do produto, permitindo a consistente avaliação dos itens – de acordo com as especificações constantes no Item 5.1 deste Termo de Referência.

14.10.A opção pelo julgamento do MENOR PREÇO POR ITEM no presente certame licitatório é justificada pela necessidade de ampliar a concorrência com a perspectiva de participação de indústrias, atacadistas e varejistas, possibilitando maior expectativa de economicidade de recursos por parte da Administração Pública.

14.11.No decorrer do rito processual, os critérios para escolha de propostas poderão sofrer adequações ou emendas, decorrente de recomendações fornecidas por órgãos de natureza jurídica.

14.12.NÃO SERÃO PERMITIDOS PREÇOS DIFERENTES, referindo-se ao inciso III do artigo 82 da Lei nº14.133, de 2021, tendo em vista que a presente contratação não se enquadra em nenhuma das opções preconizadas no referido inciso.

14.13.Caberá ao agente de contratação diligenciar, se, no curso da licitação, depreender indício de que o levantamento prévio de preços padece de fragilidade, a exemplo da disparidade entre o preço inicialmente previsto e o preço ofertado pela licitante.

14.14.Caso a licitante envie sua proposta de preços contendo mais de duas casas decimais depois da vírgula, o agente de contratação poderá convocar no CHAT MENSAGEM para atualização do lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os "PARA MENOS" (ex. R\$ 2.358,008; será arredondado para R\$ 2.358,00).

(...)

11. DA FORMULAÇÃO DE LANCES, CONVOCAÇÃO ME/EPP E CRITÉRIO DE DESEMPATE

11.1. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

11.2. O lance deverá ser ofertado pelo valor **UNITÁRIO** de cada item.

11.3. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

11.4. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

11.5. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de:

a) 1% (um por cento), quando o item licitado possuir valor estimado acima de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);

b) 2% (dois por cento), quando o item licitado possuir valor estimado de até R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

11.6. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

11.7. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa ABERTO, conforme item 12 do Anexo I deste edital - Termo de Referência, CONFORME TRANSCREVEMOMS:

(...)

12. DO MODO DE DISPUTA e da modalidade de licitação

12.1. Compulsando o que dispõe a Lei 14.133/2021 sobre o tema, convencionou-se que a modalidade de licitação será, preferencialmente, Pregão Eletrônico e o modo de disputa será:

12.2. Aberto, hipótese em que os licitantes apresentarão suas propostas por meio de lances públicos e sucessivos, crescentes ou decrescentes.

(...)

11.8. Após o encerramento da etapa de lances, será verificado se há empate entre as licitantes que neste caso, por força da aplicação da exclusividade obrigatoriamente se enquadram como Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, conforme determina a Lei Complementar n. 123/06, CONTROLADO SOMENTE PELO SISTEMA COMPRAS.GOV.BR.

11.9. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei n.º 14.133, de 2021;

c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

11.10. Persistindo o empate, será realizado SORTEIO ELETRÔNICO através do sistema ComprasGov, nos processos cadastrados a partir de 14/10/2024, em sessão pública entre as propostas empatadas, nos moldes do artigo 28, §§ 1º e 2º da Instrução Normativa SEGES/MGI Nº 79.

11.11. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a

contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

11.12. Nos itens/lotos destinados à exclusiva participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e equiparadas será concedida prioridade de contratação de microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, nos termos previstos no Decreto Estadual n.º 21.675/2017:

a) aplica-se o disposto neste subitem nas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superior ao menor preço;

b) a microempresa ou a empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da licitação, situação em que poderá ser adjudicado o objeto em seu favor;

c) na hipótese da não contratação da microempresa ou da empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente com base na alínea "b", serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação da alínea "a", na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

d) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

e) quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência para produto nacional em relação ao produto estrangeiro previstas no Decreto Estadual n.º 21.675/2017, a prioridade de contratação prevista neste artigo será aplicada exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, de acordo com os Decretos de aplicação das margens de preferência.

12. DA FASE DE NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

12.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei n.º 14.133/2021, legislação correlata e no item 7 deste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

12.2. Seguidamente será realizada a negociação e atualização dos preços por meio do CHAT MENSAGEM do sistema Compras.gov.br, devendo o (a) Pregoeiro (a) examinar a compatibilidade dos preços em relação ao estimado para contratação.

12.2.1. Serão aceitos somente preços em moeda corrente nacional (R\$), com valores unitários e totais com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no Anexo I – Termo de Referência. Caso seja encerrada a fase de lances, e a licitante divergir com o exigido, o (a) Pregoeiro (a), poderá convocar no chat de mensagens para atualização do referido lance e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os para menos automaticamente caso a licitante permaneça inerte.

12.3. O (a) Pregoeiro (a) não aceitará o item cujo preço seja superior ao estimado (valor de mercado) para a contratação.

12.3.1. Sob análise do (a) Pregoeiro (a), poderá ser convocada todas as licitantes, que estejam dentro do valor estimado para contratação, para que no prazo máximo de 02 (duas) horas, se outro prazo não for fixado, envie a proposta adequada ao último valor ofertado, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital.

12.3.2. Caberá ao licitante remeter no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema Compras.gov, a proposta atualizada com o preço ou desconto, sob pena de desclassificação.

12.3.3.. A PROPOSTA DE PREÇOS deverá conter: o valor devidamente atualizado do lance e/ ou da negociação ofertados, com a especificação completa do objeto, contendo marca/modelo/fabricante.

12.4. Para fins de aceitação da proposta o (a) Pregoeiro (a) examinará a proposta ajustada quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação aos valores estimados para contratação, podendo solicitar manifestação técnica e jurídica de outros setores do órgão, a fim de subsidiar sua decisão.

12.5. Quando houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, será oportunizado ao licitante o Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa, para que querendo esclareça a composição do preço da sua proposta, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do [artigo 59 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

12.6. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do órgão requisitante, ou da área especializada no objeto.

12.7. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no item 8 do Anexo I deste Edital - Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta, conforme transcrevemos:

(...)

8. DA ESCOLHA DE MARCA, BENS COMUM E EXIGÊNCIA DE AMOSTRA:

(Base Legal: art. 6 incisos XIII e XIII, art. 41 Lei 14.133/21)

8.1. DA CLASSIFICAÇÃO DO BEM: Os bens descritos neste Termo de Referência, nos termos da Lei nº. 14.133/2021, enquadram-se na classificação de bens comuns, uma vez que possuem padrões de desempenho e qualidade segundo especificações usuais no mercado. Destinando-se a garantir a observância dos princípios especificados na Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

8.2. Os bens desta contratação se enquadram como sendo bem comum, conforme Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023.

Na especificação do objeto foi definido o processador da marca Intel e placa mãe e BIOS compatíveis com Intel vPro. Conforme justificado no item 3 do ETP (0057477823) pela unidade técnica, atualmente a IDARON possui 1.085 equipamentos compatíveis com a tecnologia Intel vPro, gerenciados de forma centralizada por meio da plataforma Intel EMA. Esta plataforma permite ações como desligamento remoto, atualização de BIOS, inventário e suporte à distância. Essa funcionalidade é especialmente importante pois cerca de 80% das estações de trabalho da IDARON estão em prédios descentralizados (interior), enquanto a equipe de T.I., que é bastante reduzida e fica centralizada em Porto Velho, na Sede. Assim, a plataforma auxilia no suporte e manutenção dessas estações. A adoção de equipamentos incompatíveis com vPro exigiria a substituição da solução de gerenciamento, com impacto financeiro, técnico e operacional relevantes. A continuidade do padrão vPro é, portanto, tecnicamente essencial. O art. 41, alínea "b" da Lei nº 14.133/21 prevê a possibilidade da Administração manter a compatibilidade com plataformas e padrões já adotados pela Administração, como é o caso.

8.3. Nos objetos solicitados NÃO há direcionamento de marca, sendo a contratação desejada um bem comum, para fins de utilização da contratação.

8.4. Na presente aquisição, NÃO HAVERÁ EXIGÊNCIA DE AMOSTRA OU PROVA DE CONCEITO.

(...)

12.8. A PROPOSTA DE PREÇOS, inserida no sistema de Compras.gov.br deverá estar de acordo com o item 14 do Anexo I - Termo de Referência.

12.9. **As propostas terão validade mínima de 90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

12.9.1 A SUPEL solicitará às empresas, cujas propostas estiverem com prazo de vencimento inferior a **10 (dez) dias**, após declarada habilitada, que façam a devida atualização com o intuito de dar celeridade ao processo de adjudicação e homologação pela Unidade Gestora.

12.9.2. As propostas com prazo de vencimento superior ao mencionado no item 12.9.1., serão enviadas imediatamente à Unidade Gestora sem a referida atualização temporal, para que se dê início ao procedimento homologatório.

12.9.2.1. Quando o processo for encaminhado para homologação juntamente com a proposta atualizada, cujo prazo de vencimento seja superior a 10 (dez) dias, ficará a cargo da SUPEL informar à Unidade o prazo em dias restante para o vencimento.

12.9.3. Decorrido o prazo de vencimento da proposta sem que a Unidade Gestora promova a homologação, a esta recai a responsabilidade de solicitar às licitantes a atualização.

12.9.4. O procedimento mencionado no item 12.9.1 será dispensado nos processos em que for certificada a necessidade de prioridade de tramitação, de modo que as propostas serão encaminhadas à

Unidade Gestora para os atos de homologação, desde que dentro da validade, após finalizada a fase de habilitação.

12.10. Na ocasião da homologação, caso haja divergências entre o valor constante na proposta, enviado pela licitante, e o valor final das negociações registradas no Termo de Julgamento, será considerado o registrado no Termo para fins de homologação.

13. DA FASE DE HABILITAÇÃO

13.1. Serão realizadas consultas, ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAGEFIMP, instituído pela Lei Estadual n.º 2.414, de 18 de fevereiro de 2011, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS/CGU (Lei Federal n.º 12.846/2013), Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php) e Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU.

13.2. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.3. A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO ANEXADA NO SISTEMA COMPRAS.GOV TERÁ EFEITO PARA TODOS OS ITENS, OS QUAIS A EMPRESA ENCONTRA-SE CLASSIFICADA.

13.4. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF e/ou Cadastro Geral de Fornecedores – CAGEFOR da SUPEL, assegurando aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

13.4.1. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

13.5. O não atendimento às exigências desta fase, sem justificativa aceita pela Administração, poderá ensejar a aplicação das sanções previstas no item 21. – Das Penalidades deste Edital.

13.6. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar inabilitação.

13.7. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

13.8. O Pregoeiro, após a aceitação do(s) item(ns), convocará a licitante melhor classificada para que, no prazo de até 2 (duas) horas, se outro prazo não for fixado, envie os documentos de habilitação.

13.9. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

13.9.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

13.9.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

13.10. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

13.11. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC n.º 123, de 2006 e alterações.

13.12. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado

prazo de 5 (cinco) dias úteis para sua regularização pelo licitante, prorrogável por igual período, com início no dia em que o proponente for declarado vencedor do certame.

13.12.1. A prorrogação do prazo previsto no subitem 13.11. poderá ser concedida, a critério da Administração Pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

13.12.2. Ressalvado os documentos possíveis de verificação conforme item 13.4, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital e anexos, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

13.13. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

13.13.1. Os critérios de regularidade fiscal, social e trabalhista a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles estabelecidos no item 20.4 do Anexo I deste Edital – Termo de Referência, conforme transcrevemos:

(...)

20.4. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do MF (CNPJ/MF);
- a) Inscrição no cadastro de contribuintes **estadual e/ou municipal**, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual (art. 68, II da Lei nº 14.133/21);
- c) Certidão de regularidade perante a Fazenda Federal e regularidade relativa à Seguridade Social (art. 68, III da Lei nº 14.133/21 e art. 195, CF/1988);
- d) Certidão de regularidade perante a Fazenda Estadual (art. 68, III da Lei nº 14.133/21);
- e) Certidão de regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei (art. 68, III da Lei nº 14.133/21);
- f) Certidão de regularidade relativa ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei (art. 68, IV da Lei nº 14.133/21 e art. 195 §3º da CF/1988);
- g) Certidão de regularidade perante a Justiça do Trabalho (art. 68, V da Lei nº 14.133/21);
- h) Certidão negativa da Controladoria Geral do Estado de RO - Inexistência de proibição de contratar com a administração (art. 76, XIV do Decreto Estadual nº 28.874/24);
- i) Certidão Negativa Correccional da CGU - Entes Privados (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM);
- j) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis de Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa.

20.4.1. A apresentação de certidões positivas com efeito de negativa, serão aceitas nas mesmas condições, quanto a sua validade e efeitos, tendo em vista a sua emissão diante da exigência de débito confesso, parcelamento e em fase de adimplemento.

(...)

13.14. RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA

13.14.1. Os critérios de habilitação jurídica a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles estabelecidos no item 20.2. do Anexo I deste Edital – Termo de Referência, conforme transcrevemos:

(...)

20.2. RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

20.2.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

20.2.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <http://www.portaldomicroempreendedor.gov.br/>;

20.2.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

20.2.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

20.2.5.No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971 ;

20.2.6.No caso de agricultor familiar: **Ficam estabelecidas as instruções previstas no DECRETO n.º [11.802, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2023](#).**

20.2.7.No caso de produtor rural: **matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2110, de 2022 (arts. 15,17,22 e 146).**

20.2.8.No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e se for o caso, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

20.2.9.Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva.

(...)

13.15. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA

13.15.1. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles estabelecidos no item 20.5 do Anexo I deste edital - Termo de Referência, conforme transcrevemos:

(...)

20.5. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRO

20.5.1. Relação dos compromissos assumidos pela licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeiro, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados;

20.5.2. Certidão Negativa de Recuperação Judicial – Lei nº. 11.101/05 emitida pelo distribuidor da sede da licitante, expedida nos últimos 90 (noventa) dias, caso não conste o prazo de validade.

20.5.2.1. Na hipótese de apresentação de Certidão Positiva de recuperação judicial, o Agente de Contratação (Pregoeiro) verificará se a licitante teve seu plano de recuperação judicial homologado pelo juízo, conforme determina o art. 58 da Lei 11.101/2005.

20.5.2.2. Caso a empresa licitante não obteve acolhimento judicial do seu plano de recuperação judicial, a licitante será INABILITADA, uma vez que não há demonstração de viabilidade econômica.

20.5.3. Balanço Patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, ou o Balanço de Abertura, caso a licitante tenha sido constituída em menos de um ano, para que se possa aferir se esta possui Patrimônio Líquido não inferior a 5% (cinco por cento) do valor estimado da contratação e Índices Liquidez Geral, Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral > que 1, a ser calculado pelo Agente de Contratação, pela aplicação das seguintes fórmulas:

$ILG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}$

$\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}$

$ISG = \frac{\text{Ativo Total}}$

$\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}$

$ILC = \frac{\text{Ativo Circulante}}$

$\text{Passivo Circulante}$

20.5.3.1. A licitante deve comprovar a legalidade da documentação enviada para este fim, que deverá conter, no mínimo:

a) a integralidade das contas que compõem o Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido e as contas de resultado, para os casos de apresentação de DRE, de forma que seja possível verificar os saldos apurados.

b) comprovante de autenticação da escrituração contábil junto ao registro público competente, que poderá ser substituído por Entrega da Escrituração Contábil Digital - ECD, gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, ou comprovante de publicação das demonstrações financeiras na forma determinada pelo art. 289 da Lei nº 6.404/1976.

c) o marco temporal para apresentação das demonstrações do último dia útil do mês de junho do ano seguinte ao ano-calendário a que se refere a escrituração, nos termos da IN RFB N. 2.142/23.

20.5.3.2. No caso do licitante classificado em mais de um item/lote, o aferimento do cumprimento da disposição acima levará em consideração a soma de todos os valores referencias.

20.5.3.3. Caso seja constatada a insuficiência de patrimônio líquido ou capital social para a integralidade dos itens/lotos em que o licitante estiver classificado, o Agente de Contratação (Pregoeiro) o convocará para que decida sobre a desistência do(s) item(ns)/lote(s) até o devido enquadramento a regra acima disposta.

20.5.3.4. As regras descritas nos dois últimos subitens deverão ser observadas em caso de ulterior classificação de licitante que já se consagrou classificado em outro item(ns)/lote(s).

20.5.3.5. O balanço patrimonial, DRE e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos (Lei nº 14.133/21, art. 69, §6º).

20.5.3.6. De acordo com o Acórdão 2265/2020-TCU-Plenário, cabe ao Agente de Contratação (Pregoeiro ou Comissão) realizar diligências para avaliar a real situação da capacidade econômico-financeiro da licitante.

20.5.4. Justificativa da exigência em relação à qualificação econômico-financeiro

20.5.4.1. A exigência da apresentação de Balanço Patrimonial com patrimônio líquido não inferior ao percentual de 5% do valor estimado da licitação e Índices de Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral igual maior que 1, é moderada, não restritivo e proporcional à complexidade do objeto a ser contratado, além de encontrar respaldo no § 4º do art. 69 da NLLC, que permite a fixação de limite de até 10%, possibilitando a participação de empresas de médio porte.

20.5.4.2. Quanto aos índices de liquidez e solvência maior que 1, indica que a empresa possui mais ativos do que passivos, o que mostra uma posição solvente. Nesse caso, o patrimônio líquido é positivo e, em princípio, a empresa é atrativa para investidores e instituições financeiras, pois demonstra uma gestão de recursos sólida e uma menor probabilidade de inadimplência a longo prazo, que é o que deseja essa administração. Assim, a equipe da contratação construiu a formulação econômico-financeiro ante a necessidade da Administração averiguar que a futura contratada terá condições operacionais por prazo suficiente para honrar seus compromissos durante a contratação sem depender da contraprestação pecuniária por parte da Administração Pública, para aquisição prévia de estoque, para suportar custos logísticos e operacionais iniciais, para possibilitar entregas parceladas ao longo da vigência da ata de registro de preços, o que exige robustez financeira para garantir o cumprimento das obrigações. Além disso, adotar índices menores que 1 não é o usual das contratações públicas e indicam que a futura contratada poderá não ter saúde financeira para honrar seus compromissos frente às obrigações contratuais.

20.5.4.3. A documentação exigida e o percentual adotado pela equipe de contratação é suficiente para demonstrar com acertado grau de confiança e transparência, a aptidão econômica da futura contratada, através de documentação indispensável ao seu reconhecimento, sem no entanto, restringir a competitividade do certame. Outrossim, embora no âmbito da Agência não haja normativo quanto às exigências de qualificação econômico-financeiro para suas contratações, a equipe de contratação, através da análise de outros editais de licitação no âmbito estadual do executivo e do TCU, verificou quais eram exigências econômico-financeiros contumazes para aquisições de materiais permanentes ou de consumo.

20.5.4.4. Lembrando, que o regramento do § 4º do art. 69 da Lei nº 14.133/21, em evidência, possibilitou à Administração a faculdade de estabelecer ou não no edital a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo, não sendo obrigatório optar por um índice no edital.

§ 4º A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, **poderá** estabelecer no edital a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação. **(grifo nosso)**

20.5.4.5. Em recente julgado, o TCE/MG afirmou que a lei não veda, para fins de qualificação econômico-financeiro das licitantes, a apresentação de Índice de Liquidez Corrente (ILC) e Índice de Liquidez Geral (ILG) igual ou maior que 1,0 (um), cumulada com a comprovação de patrimônio líquido igual ou superior a 10% do valor estimado para a contratação (TCE-MG - DENÚNCIA: 1160568, Relator: CONS. SUBT. ADONIAS MONTEIRO, Data de Julgamento: 02/04/2024, PRIMEIRA CÂMARA, Data de publicação: 22/04/2024).

20.5.4.6. Em outro caso, o TCE/MG fixou prejulgamento de tese, com caráter normativo, por maioria, sobre a discricionariedade da Administração nas exigências de qualificação econômico-financeiro, e a definição de coeficientes e índices econômicos no edital (TCE-MG - CONSULTA: 1148573, Relator: CONS. SUBT. TELMO PASSARELI, Data de Julgamento: 12/06/2024, PLENO, Data de publicação: 25/06/2024).

20.5.4.7. Por sua vez, o TCU se posicionado em relação às exigências de qualificação econômico-financeiro através da:

a) Súmula TCU 289: A exigência de índices contábeis de capacidade financeira, a exemplo dos de liquidez, deve estar justificada no processo da licitação, conter parâmetros atualizados de mercado e atender às características do objeto licitado, sendo vedado o uso de índice cuja fórmula incluía

rentabilidade ou lucratividade." ([Súmula 289 TCU](#));

b) Súmula 275 TCU: "Para fins de qualificação econômico-financeiro, a Administração pode exigir das licitantes, de forma não cumulativa, capital social mínimo, patrimônio líquido mínimo ou garantias que assegurem o adimplemento do contrato a ser celebrado, no caso de compras para entrega futura e de execução de obras e serviços." ([Súmula 275 TCU](#))

20.5.4.8. Quanto à exigência da relação de compromissos assumidos e a exigência da Certidão Negativa de Recuperação Judicial, entende-se que são necessária considerando o valor estimado da licitação,

20.5.4.9. Como percebe-se nas exigências da qualificação econômico-financeiro aqui tratadas em relação às exigências contábeis de capacidade financeira, são suficientes e necessárias para comprovar perante a Administração que a futura Contratada terá condições de honrar os compromissos da execução do contrato, em atendimento aos princípios eficiência, isonomia e seleção da proposta mais vantajosa.

20.5.5. Justificativa da exigência da Certidão de Recuperação Judicial

20.5.5.1. A administração entende que a apresentação da referida certidão é necessária uma vez que não impede a licitante de concorrer mesmo que a certidão esteja positivada, portanto, não restringe a licitação, e ao mesmo tempo ampara a Administração para, juntamente com a análise do balanço patrimonial, mitigar o risco de se contratar uma empresa que esteja insolvente ou em difícil situação financeira, considerando ainda que a presente contratação é para entrega futura, pois o Sistema de Registro de Preços é um conjunto de procedimentos para o registro formal de preços visando contratações futuras e eventuais, tanto para material permanente quanto para material de consumo.

20.5.5.2. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 11ª edição, 2024, as:

"características qualitativas são atributos que tornam a informação útil para os usuários e dão suporte ao cumprimento dos objetivos da informação contábil. São elas: a relevância, a representação fidedigna, a compreensibilidade, a tempestividade, a comparabilidade e a verificabilidade. As restrições inerentes à informação são a materialidade, o custo-benefício e o alcance do equilíbrio apropriado entre as características qualitativas. Cada uma das características qualitativas é integrada e funciona em conjunto com as outras. Entretanto, na prática, talvez não seja possível alcançar todas as características qualitativas e, nesse caso, um equilíbrio ou compensação entre algumas delas poderá ser necessário".

20.5.5.3. Assim, a fim de que a informação contábil atenda à característica qualitativa de comparabilidade assim como há regramento legal (art. 69, II da Lei nº 14.133/21) para tal exigência, a decisão da Administração de exigir a referida certidão tornará a análise comparativa, juntamente com os índices contábeis de capacidade econômico-financeiro, ideal para fins de averiguação de sua real capacidade no de honrar os compromissos da execução do contrato.

(...)

13.16. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

13.16.1. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles estabelecidos no item 20.3 do Anexo I deste Edital – Termo de Referência, conforme transcrevemos:

(...)

20.3. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL E TÉCNICO-OPERACIONAL :

20.3.1. No que tange a qualificação técnica, serão exigidos atestados da empresa licitante (declaração ou certidão), emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o fornecimento em contrato pertinente e compatível com o objeto da licitação, em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 14.133/21, *in verbis*:

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

[...] VI - declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

§ 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual **igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.** (grifo nosso)

§ 2º Observado o disposto no **caput** e no § 1º deste artigo, será admitida a exigência

de atestados com **quantidades mínimas de até 50%** (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados. (grifo nosso)

20.3.2. Em atenção ao estabelecido na sobredita norma, para a presente aquisição dever-se-á apresentar atestado(s) compatível em quantidade o(s) e características, em sua individualidade ou soma que contemple a entrega de produtos condizentes com o percentual de **10% (dez por cento) do item 1** da licitação, já que se trata de item único.

20.3.3. Entende-se por pertinente e compatível em **quantidade - fornecimento de bem no montante mínimo exigido no item anterior, ou seja, 50 (cinquenta) DESKTOPS**, com quantidade expressa em unidade ou valor convergente ao do presente termo de referência, com o fito de atestar que suporta a demanda a que será submetido.

20.3.4. Entende-se por pertinente e compatível em **características - o bem com características semelhantes ao objeto DESKTOPS**, a fim de demonstrar atuação na atividade no ramo de negócio.

20.3.5. **Atestado(s) de Capacidade Técnica**, demonstrando aptidão do licitante para o fornecimento de **50 (cinquenta) DESKTOPS**, e suas respectivas certificações relativos ao hardware, suporte técnico de no mínimo 12 meses e atualização durante o período mínimo de 12 (doze) meses.

20.3.6. O atestado deverá indicar dados da entidade emissora, pessoa jurídicas de direito público ou privado (razão social, CNPJ, endereço, telefone, e-mail, data de emissão) e dos signatários do documento (nome, matrícula (se for o caso), função, telefone, etc.), além da descrição do objeto e quantidade expressa em unidade ou valor, este último quando possível, e os prazos em que foram fornecidos.

20.3.7. Na ausência dos dados indicados, antecipa-se a diligência prevista na Lei Federal nº 14.133/21, para que sejam encaminhados em conjunto os documentos comprobatórios de fornecimentos, quais sejam, cópias de contratos, notas de empenho, acompanhados de editais de licitação, dentre outros. Caso não sejam encaminhados, o Agente de Contratação os solicitará no decorrer do certame para certificar a veracidade das informações e atendimento da finalidade do atestado.

20.3.8. Na ocorrência do percentual requerido para o quantitativo apresentar fração, considerasse-a o número inteiro imediatamente superior.

20.3.9. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

20.3.10. É de responsabilidade da licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

20.3.11. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

A verificação pelo Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

20.3.12. A verificação pelo Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

20.3.13. Após a entrega dos documentos de habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

I- complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

20.3.14. **Justificativa quanto aos percentuais exigidos na qualificação técnica**

A parcela de maior relevância para o(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica foi definida com base na seguinte fundamentação técnica:

- a) a contratação tem item único, portanto, não há como optar por outro;
- b) a exigência de quantitativo mínimo de 50 (cinquenta) é moderada, proporcional e inferior ao limite legal de 50%;
- c) há previsão legal de acordo com os arts. 17, § 6º, inciso III, e 42, inciso III da NLLC;
- d) conformidade com a jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União:

- Acórdão nº 954/2013-Plenário, reconhece que a Administração pode exigir atestados de capacidade técnica desde que haja motivação, proporcionalidade e vinculação ao objeto, o que se verifica no presente instrumento e demais documentos do planejamento da contratação acostados aos autos;
- Súmula nº 275, autoriza a exigência de comprovação de capacidade técnico-operacional, vedadas exigências desarrazoadas ou que restrinjam indevidamente a competitividade, situação que não se configura no caso concreto.

- Acórdão nº 2622/2013-Plenário, reafirma que a Administração deve exigir qualificação técnica compatível com a complexidade e relevância do objeto, especialmente em contratações de TIC.

20.3.15. Justificativa quanto às exigências de certificações dos equipamentos

A unidade técnica optou por adotar para a aquisição pretendida, critérios reconhecidos de qualidade, durabilidade, eficiência energética e responsabilidade ambiental, com a exigência de certificações nas especificações dos Desktops. Tais exigências encontram respaldo na previsão legal, ou seja, nos arts. 17, § 6º, inciso III, e 42, inciso III da NLLC e no Acórdão nº 1091/2025-Plenário TCU, que reconhece como regular a exigência de certificações como critério de habilitação de licitante, emitidas por organismo acreditado, desde que sejam justificadas pela complexidade ou criticidade do objeto contratual. Assim, a COTIC argumentou no ETP que a exigência de certificações são essenciais para garantir estabilidade operacional, simplificação da manutenção, segurança e compatibilidade entre sistemas. A aquisição de equipamentos corporativos com certificações internacionais (ex: ENERGY STAR, EPEAT, RoHS), componentes originais do mesmo fabricante, e suporte oficial autorizado no Brasil serve como barreira técnica legítima contra fabricantes de baixa reputação e soluções montadas de forma não padronizada, sem comprometer a legalidade da licitação.

(...)

13.17. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

13.17.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcionem no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

13.18. DAS DECLARAÇÕES:

13.18.1. As licitantes deverão dispor as seguintes declarações:

- a) Declaração de que atende aos requisitos de habilitação;
- b) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social;
- c) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas previstos na CF/88, e demais legislações correlatas;
- d) Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- e) Declaração, caso se enquadre, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#);
- f) Declaração, caso se enquadre, de que no ano-calendário de realização da licitação ainda não tenha celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, na forma do Art. 4º, § 2º, da Lei n.º 14.133, de 2021;
- h) Outras declarações eventualmente exigidas no [Anexo I deste edital - Termo de Referência](#).

13.19. Não será necessária a juntada as documentações exigidas em meio eletrônico, pela plataforma Compras.gov, com os demais documentos de habilitação/proposta.

13.20. As licitantes que deixarem de apresentar os documentos exigidos para a Habilitação ou os apresentar em desacordo com o estabelecido neste Edital, serão inabilitadas.

14. DO RECURSO

14.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#) após a fase de Julgamento e Habilitação, declarada a empresa VENCEDORA do certame, qualquer Licitante dentro do prazo poderá manifestar em campo próprio do Sistema Eletrônico, de forma imediata sua intenção de recorrer no prazo mínimo de 10 (dez) minutos, em cada fase.

14.1.1. A intenção de recorrer deverá ser registrada imediatamente, sob pena de preclusão.

14.2. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 8º, da ata de julgamento.

14.3. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

14.4. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.6. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

14.7. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

14.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15. DA HOMOLOGAÇÃO

15.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior da unidade demandante para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei n.º 14.133, de 2021.

16. DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO

16.1. A autoridade superior poderá revogar o procedimento licitatório por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados.

16.2 O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

16.3 Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

16.4 Na hipótese da ilegalidade de que trata o caput ser constatada durante a execução contratual, aplica-se o disposto no art. 147 da Lei n.º 14.133, de 2021.

17. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

17.1. Ficam aquelas estabelecidas no [item 34 e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência](#), as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

18. DA RESCISÃO CONTRATUAL

18.1. Ficam aquelas estabelecidas no item 37 e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente, conforme transcrevemos:

(...)

37. DA RESCISÃO CONTRATUAL:

37.1. A rescisão contratual poderá ter lugar de pleno direito se:

37.2. Durante a vigência do instrumento de contrato, a empresa CONTRATADA, sustar, interromper, deixar de entregar os itens/produtos solicitados pela CONTRATANTE, de acordo com o entendimento preconizado na Lei Federal 14.133/21, de 1º de abril de 2021.

37.3. Nos casos em que a empresa CONTRATADA receber da CONTRATANTE mais de 2 (duas) advertências formais, comunicando o não cumprimento da entrega dos materiais, sem justa causa, ou prévia comunicação a administração;

37.4. A Administração utilizar-se-á da aplicação de juízo arbitral para dirimir conflitos relativos a direitos patrimoniais disponíveis, conforme disposto na Lei Estadual 4.007 e Lei n. 9.307, de 1996, alterada pela Lei Federal n. 13.129, de 2015. Tal medida visa o cumprimento ao Art. 11, do referido diploma legal.

(...)

19. DO REAJUSTE E SUPRESSÃO CONTRATUAL

19.1. Ficam aquelas estabelecidas no item 35.4.1. e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

20. DO PAGAMENTO

20.1. Conforme estabelecido no item 23 e seus subitens do Anexo I deste Edital - Termo de Referência.

21. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

21.1. A licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas nos termos dos arts. 155 e 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal e **sanções** previstas no item 28 e subitens do Anexo I deste Edital - Termo de Referência, conforme transcrevemos:

(...)

28.DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

28.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

28.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

28.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

28.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

28.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

28.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

28.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

28.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

28.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

28.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

28.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

28.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às

condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

28.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

28.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

28.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência por dar causa à inexecução parcial do contrato deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 0,5% (zero vírgula cinco) a 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 19.1.1 a 19.1.12;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 19.1.2 a 19.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 19.1.8 a 19.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

28.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

28.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

28.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

28.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

28.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

28.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

28.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

28.5. A aplicação das sanções previstas neste Termo, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

28.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

28.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

28.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

28.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

28.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

15.11. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

28.11. À contratada que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir os preceitos legais dos incisos I a XII do art. 155 da Lei nº 14.133/21, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e comprovados, aplicar-se-ão, conforme a natureza e gravidade da falta cometida, sem prejuízo de outras sanções pertinentes à espécie, estará sujeito à aplicação de multa moratória/compensatória, tendo como percentual mínimo 1% e máximo, de até 30% do valor do contrato, conforme tabela abaixo:

TABELA DE ÍNDICES DE MULTAS MORATÓRIA/COMPENSATÓRIA
--

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	MULTA
01	Dar causa à inexecução parcial do contrato;	1% por dia Até o limite de 30%
02	Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;	1% por dia Até o limite de 30%
03	Dar causa à inexecução total do contrato;	Até o limite de 30%
04	Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;	Até o limite de 30%
05	Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;	Até o limite de 30%
06	Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;	Até o limite de 30%
07	Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;	Até o limite de 30%
08	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;	Até o limite de 30%
09	Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;	Até o limite de 30%
10	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;	Até o limite de 30%
11	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Até o limite de 30%
12	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).	Até o limite de 30%

(...)

22. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

22.1. Conforme estabelecido no item 24 e seus subitens do Anexo I deste Edital - Termo de Referência.

23. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

23.1. Conforme estabelecido no item 25 e seus subitens do Anexo I deste Edital - Termo de Referência.

24. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

24.1. Os recursos financeiros necessários para acobertar as despesas decorrentes da contratação, estão consignados no orçamento da **IDARON/RO**, conforme estabelecido no item 22 do Anexo I deste Edital - Termo de Referência, conforme transcrevemos:

(...)

22. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Unidade Orçamentária: 19014

Programa de trabalho: 20.609.2095.1644 (Assegurar a aquisição de bens permanentes)

Fonte de recurso: 17590

Elemento de despesa: 4.4.90.52.35

(...)

25. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

25.1. Homologada a licitação pela Autoridade Competente, a Ata de Registro de Preços será publicada na imprensa Oficial, momento em que terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

25.2. O limites global e individual para adesões a este Sistema de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado, limitado a 50% (cinquenta por cento) para cada órgão não participante que realizar a adesão conforme o (item 29.5 do Termo de Referência

25.3. O quantitativo mínimo para cada ordem de fornecimento a ser exarada pelos órgão gerenciador, participantes e não participantes será de 25% do total registrado em ata conforme o item 35.2.4 do Termo de Referência

25.4. A validade desta ata de registro de preços será de 1(um) ano, contados a partir da publicação no Diário Oficial do Estado, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, mediante pesquisa de mercado que leve em consideração os parâmetros fixados no art. 51 do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

25.5. Os prazos de vigência dos eventuais contratos decorrentes do registro observarão os limites previstos no Capítulo V do Título III da Lei Federal nº 14.133/2021.

25.6. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

25.7. A ata de registro de preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão o Decreto Estadual nº 28.874/2024, a Lei Federal nº 14.133/2021, e as demais normas complementares e disposições desta Ata e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e especialmente aos casos omissos.

25.8. Fica a Detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

25.9. Nos termos do Decreto Estadual nº 28.874/2024, a Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

25.10. - É vedada à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital;

25.11. Por ocasião da publicação da ata de registro de preços, será verificado no SICAF e em outros meios se a adjudicatária mantém as condições de habilitação.

25.12. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

25.12.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

25.12.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

25.12.2.1. Aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência de classificação da licitação; e

25.12.2.2. Mantiverem sua proposta original.

25.13. Para o cadastro reserva disposto no item **18.12.2** o (a) Pregoeiro (a) realizará as convocações no chat de mensagens durante o transcurso da sessão pública.

25.14. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

25.15. O registro a que se refere o item **18.12.2** tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo detentor da ata.

25.16. A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva será conferida quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.

25.17. O preço registrado poderá ser revisto em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, observada a instrução processual respectiva, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

25.17.1. A alteração dos preços registrados não altera automaticamente os preços dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços, cuja revisão deverá ser feita pelo órgão contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos.

25.18. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

25.18.1 Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

25.18.2. A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

25.18.3. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

26. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

26.1. O registro de preço de fornecedor ou prestador de serviço será cancelado quando:

26.1.1. For atestado o descumprimento das condições previstas na ata de registro de preços;

26.1.2. O contrato ou documento equivalente não for firmado no prazo estabelecido pela Administração;

26.1.3. O fornecedor ou prestador de serviço registrado não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior aos preços praticados no mercado;

26.1.4. Estiverem presentes razões de interesse público; e

26.1.5. Restar caracterizada a impossibilidade de concretização do objeto registrado em razão de caso fortuito ou força maior.

26.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador, após manifestação da fiscalização contratual.

26.3. O disposto no § 1º do art. 136 do Decreto 28.874/2024 poderá ser observado nas hipóteses de cancelamento do registro, sem prejuízo da prévia negociação para obtenção de condições mais vantajosas para a Administração.

27. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

27.1. A qualquer momento, após a aceitação das propostas, poderão, os licitantes ser convocados a atualizar sua validade, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de desclassificação.

27.2. Será divulgada ata da sessão pública nos sistemas eletrônicos: <https://www.gov.br/compras/pt-br> e no site <https://rondonia.ro.gov.br/supel>.

27.3. As disposições atinentes à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento deverão ser observadas no Anexo I - Termo de Referência deste Edital.

27.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

27.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

27.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

27.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

27.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

27.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

27.10. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

27.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://rondonia.ro.gov.br/supel/licitacoes/> <https://www.gov.br/compras/pt-br>

27.12. Fica o licitante incumbido de acompanhar todas as operações no sistema. Em caso de problemas técnicos/operacionais dentro da plataforma Compras.gov, deverá ser feita imediata manifestação pela empresa, direta e concomitantemente, à Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL via telefone e/ou e-mail (ambos informados no resumo deste edital), sob pena de preclusão do direito de alegação em sede recursal.

27.13. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o (a) Pregoeiro (a) persistir por tempo superior a 1 (uma) hora, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo (a) Pregoeiro (a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

27.14. Ante eventual ausência de regramento específico em Edital, deverão ser observados os inseridos no Termo de Referência, sempre pautando-se na legislação vigente.

28. DOS ANEXOS

28.1. Fazem parte deste instrumento convocatório, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

ANEXO I - Termo de Referência, Id. (73103200);

ANEXO II - Estudo Técnico Preliminar, Id. (70397585);

ANEXO III- Análise de Risco, Id. (0058503021);

ANEXO IV - Modelo de Minuta de Contrato, Id. (69976519);

ANEXO V - SAMS, Id. (73103334);

ANEXO VI – Quadro Estimativo de Preços, Id. (72485803);

ANEXO VII - Minuta da Ata de Registro de Preços e da Adesão à ata, Id. (73372064).

Porto Velho-RO, *data e horário do sistema*.

GABRIEL ALVES DA SILVA GAMA

Portaria nº 134 de 27 de maio de 2026.

Pregoeiro da Comissão de Tecnologia- COTEC - SUPEL/RO
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL/RO

Elaborado por:

JULIE CAVALCANTE PINHEIRO

Comissão de Tecnologia- COTEC - SUPEL/RO

Portaria nº 134 de 27 de maio de 2026

Revisado por:

CRISTIAN FERREIRA CATACA

Comissão de Tecnologia- COTEC - SUPEL/RO

Portaria nº 134 de 27 de maio de 2026



Documento assinado eletronicamente por **Gabriel Alves Da Silva Gama, Pregoeiro(a)**, em 17/06/2026, às 13:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Julie Cavalcante Pinheiro, Assessor(a)**, em 17/06/2026, às 13:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **CRISTIAN FERREIRA CATACA, Assessor(a)**, em 17/06/2026, às 13:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **71698408** e o código CRC **B1DC482B**.

Referência: Caso responda este Instrumento Convocatório, indicar expressamente o Processo nº 0015.002712/2025-61

SEI nº 71698408



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia - IDARON
Divisão de Aquisição e Contratação - IDARON-DIAC

TERMO DE REFERÊNCIA

REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES DESKTOP

- 1. UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:**
 - 1.1. Fundo Estadual de Sanidade Animal - FESA.
 - 1.2. Modalidade do Certame: **Pregão Eletrônico para fins de Registro de Preços – SRP, do tipo Menor Preço por Item.**
- 2. INTERESSADOS:**
 - 2.1. Principais: Fundo Estadual de Sanidade Animal - FESA e Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia - IDARON.
 - 2.1.1. Solidário: COTIC/IDARON
- 3. FUNDAMENTAÇÃO - BASE LEGAL**
 - 3.1. A presente aquisição se dará conforme previsão legal na Constituição Federal, art. 37, XXI, na Lei Federal nº 14.133/2021 (NLLC), os Decretos Estaduais nº 28.874/2024 e 21.875/17, e subsidiariamente, demais legislações vigentes pertinentes à matéria.
- 4. DO OBJETO E OBJETIVO**

(Base Legal: arts. 6; 18, 40 § 1º, inciso I e art.72 da Lei Federal 14.133/21; art. 30 IN 05/2017).

 - 4.1. A presente contratação visa atender à necessidade institucional da Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia – IDARON quanto à aquisição de ferramenta de tecnologia informatizada, essencial para assegurar a continuidade e a eficiência dos serviços administrativos e técnicos prestados pela autarquia.
 - 4.2. O Termo de Referência tem por objeto Registro de Preços para aquisição de **Computadores Desktop**, conforme descrição e características técnicas elencadas no Estudo Técnico Preliminar 3 (0057477823), visando atender as necessidades e demandas da IDARON, que é uma autarquia de abrangência estadual que atualmente conta com 100 escritórios espalhados em todo o território de Rondônia, entre postos fiscais, Unidades Locais de Sanidade Animal e Vegetal, Supervisões Regionais e escritórios administrativos;
- 5. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E QUANTITATIVOS**
 - 5.1. Das Estimativas dos Quantitativos e especificações apresentados na SAMS;

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD

1	<p>1. Processador: Intel com lançamento em 2024 ou superior, tecnologia vPro, no mínimo 14 núcleos físicos, 20 threads, e 24MB de cache.</p> <p>2. Memória RAM: No mínimo 16GB DDR5, com ao menos 1 slot livre para expansão até 64GB.</p> <p>3. Armazenamento: SSD NVMe M.2 PCIe com 256GB ou superior, padrão OPAL 2.0, TLC ou MLC, com velocidade de leitura mínima de 3.300 Mbps e escrita de 2.500 Mbps; 1 slot livre para expansão com SSD ou HDD SATA 3.</p> <p>4. Placa-mãe: deve ser do mesmo fabricante do computador ou construído sob sua especificação exclusiva; compatível com 2 discos NVMe; Chipset Intel Q670 ou equivalente/superior; suporte à tecnologia vPro.</p> <p>5. Conectores mínimos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Traseira: 3 USB 3.2+, 3 saídas de vídeo (HDMI/DisplayPort) com uso simultâneo; - Frontal: 2 USB 3.2+ (incluindo 1 tipo C), 1 P2 áudio combo; - Rede: RJ45 Gigabit Ethernet com suporte a vPro. <p>6. BIOS/UEFI:</p> <p>Desenvolvida pelo mesmo fabricante ou sob sua especificação; Compatível com Intel vPro; Em conformidade com NIST 800-147, com suporte a criptografia, verificação de integridade, proteção contra alterações não autorizadas e recurso de recuperação nativo via internet (sem mídia externa).</p> <p>7. Placa de vídeo: integrada com suporte simultâneo a 3 monitores (sem espelhamento, sem adaptadores externos); pelo menos 1 HDMI e 1 DisplayPort; resolução mínima 1920x1080 a 60Hz.</p> <p>8. Formato e gabinete: Micro Form Factor (MFF), volume máximo 1,5L, em aço ou liga metálica, com sistema Tool Less, alto-falante interno, cor preta ou cinza, uso horizontal ou vertical.</p> <p>9. Fonte: Bivolt automática, tomada padrão NBR 14136.</p> <p>10. Periféricos e acessórios:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Teclado ABNT2 USB, com teclas multimídia, do mesmo fabricante; - Mouse óptico USB (mín. 1000 dpi), do mesmo fabricante; - Mousepad com apoio em gel; - Cabos e acessórios necessários ao funcionamento incluídos. <p>11. Linha corporativa e certificações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Linha corporativa homologada para uso empresarial; <p>11.1 Certificações exigidas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - ISO 9001, ISO 14001; - ENERGY STAR®, EPEAT Silver ou superior; - RoHS, SCCM certificado, RBA Members, TCG Members; - Garantia de disponibilidade de peças por ao menos 5 anos; <p>12. Garantia e suporte técnico:</p> <p>Mínimo de 60 meses on-site; Atendimento realizado pelo fabricante ou assistência autorizada com vínculo formal; Atendimento em Porto Velho/RO obrigatório.</p>	UNID	500
---	---	------	-----

5.2. Os equipamentos fornecidos devem ser iguais, novos e de primeiro uso, salvo de houver substituição de modelo durante a vigência da ata, pela evolução natural do fabricante.

5.3. Das Garantia dos Equipamentos

5.3.1. Todos os equipamentos deverão possuir **garantia mínima de 60 (sessenta) meses** com atendimento técnico on-site, prestado diretamente pelo fabricante ou por assistência técnica oficialmente autorizada e vinculada contratualmente ao fabricante, com cobertura nacional e atendimento presencial em Porto Velho/RO.

5.3.2. A contratada será integralmente responsável por defeitos causados por atualizações distribuídas por seus próprios sistemas de suporte, ainda que ocorram após o período regular de garantia, sempre que comprovado que a falha decorreu da execução de procedimento oficial, automático ou manual, autorizado e recomendado pelo fabricante.

5.3.3. Caso a fabricante distribua atualizações que venham a causar a inutilização definitiva do

equipamento (*brick*), sem que o usuário tenha feito intervenção inadequada, será considerada responsável por falha técnica originada no projeto, devendo prestar suporte, orientação de correção ou substituição da unidade afetada, mesmo fora do prazo padrão de garantia.

5.3.4. Da Garantia Estendida

5.4. A solicitação de garantia estendida para os equipamentos de tecnologia da informação, que tem sido uma constante em nossos termos de referências, é prática adotada no sentido de preservar a continuidade e o bom andamento das atividades em nossas unidades descentralizadas espalhadas pelo Estado. Nesse sentido esclarecemos que aquisições de computadores desktop, Tablets, notebooks, servidores de processamento e armazenamento de dados, appliances de backup, entre outros, já foram anteriormente licitados pela SUPEL com garantia estendida.

5.5. O referido lapso temporal de garantia se faz necessário, pois é de interesse público que haja pleno e ininterrupto funcionamento dos equipamentos de informática, visto serem ferramentas de trabalho indispensáveis nos dias atuais. Soma-se a isso o fato de que não possuímos condições técnicas, pessoal e peças de reposição para realizar manutenção ou suporte em uma eventual falha nesses equipamentos, sobretudo por se tratar de equipamentos que exigem mão de obra especializada.

5.6. Dessa feita, caso um equipamento apresente problemas com pouco mais de um ano de uso, encontraríamos a seguinte situação: equipamento parado, falta de equipamento para substituição (vez que uma ARP tem validade de um ano), sem garantia (vez que a garantia comum é de 12 meses), nos restando enviar para baixa patrimonial, contratar uma empresa para realizar a manutenção ou adquirir novo equipamento, sendo todas menos viáveis do ponto de vista financeiro, técnico e prático que a garantia estendida.

5.7. Ademais, apresentamos alguns exemplos de pregões cujo objeto requeria garantia estendida (além dos 12 meses), sendo, portanto, prática recorrente entre os entes públicos:

5.8. - Pregão Eletrônico 04/2016 (Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, objeto Computador Desktop);

5.9. - Pregão Eletrônico 44/2016 (Tribunal de Contas de Rondônia, objeto Computador Desktop);

5.10. - Pregão Eletrônico 05/2018 (Ministério do Turismo, objeto computador desktop);

5.11. - Pregão Eletrônico 585/2018 (Procuradoria Geral do Estado – PGERO, objeto Scanner);

5.12. - Pregão Eletrônico 05/2019 (TRT 10ª Região, objeto Scanner);

5.13. - Não obstante, ainda, conforme já mencionado, a IDARON licitou Notebooks, Impressoras de médio porte, servidores de hiperconvergência e roteadores wifi através da SUPEL com as garantias de, no mínimo, 36 meses, conforme pregões: 248/2017, 249/2017, 338/2017, 15/2019, 37/2019, 97/2019.

5.14. - Mais recentemente adquirimos 486 computadores Desktop com garantia total on-site de 60 meses, registramos 150 roteadores wifi com garantia de 36 meses (PE 313/2020), bem como uma solução de backup (PE 567/2020) com garantia de 60 meses, demonstrando, mais uma vez, ser prática comum e vantajosa para a administração pública;

5.15. Isto posto, cientificamos que todos os equipamentos deverão possuir **garantia mínima de 60 (sessenta) meses** com atendimento técnico on-site, prestado diretamente pelo fabricante ou por assistência técnica oficialmente autorizada e vinculada contratualmente ao fabricante, com cobertura nacional e atendimento presencial em Porto Velho/RO.

5.16. Durante todo o período de garantia, o suporte deverá obrigatoriamente incluir:

5.17. - Substituição de quaisquer componentes defeituosos, com destaque para: placa-mãe, fonte de alimentação, memória RAM, teclado e mouse;

5.18. - Atendimento local (em Porto Velho/RO), dentro de prazo máximo de 30 dias, a contar da abertura do chamado;

5.19. - Suporte a atualizações oficiais de BIOS, firmware e drivers, com responsabilidade integral por falhas oriundas de atualizações fornecidas pelo próprio fabricante.

5.20. A contratada será integralmente responsável por defeitos causados por atualizações

distribuídas por seus próprios sistemas de suporte, ainda que ocorram após o período regular de garantia, sempre que comprovado que a falha decorreu da execução de procedimento oficial, automático ou manual, autorizado e recomendado pelo fabricante.

5.21. Caso a fabricante distribua atualizações que venham a causar a inutilização definitiva do equipamento (*brick*), sem que o usuário tenha feito intervenção inadequada, será considerada responsável por falha técnica originada no projeto, devendo prestar suporte, orientação de correção ou substituição da unidade afetada, mesmo fora do prazo padrão de garantia.

5.22. Os equipamentos deverão atender aos dispositivos da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações pertinentes.

5.23. **Além disso, o licitante vencedor deverá oferecer serviços de manutenção e assistência técnica dos equipamentos durante o período de garantia. A manutenção deve incluir a substituição de peças defeituosas, quando necessário. A resolução do problema deve respeitar o descrito na Lei. A prestação desses serviços é essencial para garantir a continuidade das atividades nas unidades descentralizadas.**

5.24. A solicitação de garantia estendida para os equipamentos de tecnologia da informação, que tem sido uma constante em nossos Termos de Referência, é prática adotada no sentido de preservar a continuidade e o bom andamento das atividades em nossas unidades descentralizadas espalhadas pelo Estado. Nesse sentido, esclarecemos que aquisições de computadores desktop, tablets, notebooks, servidores de processamento e armazenamento de dados, appliances de backup, entre outros, já foram anteriormente licitados pela SUPEL com garantia estendida.

5.25. O lapso temporal de garantia se faz necessário, pois é de interesse público que haja pleno e ininterrupto funcionamento dos equipamentos de informática, visto serem ferramentas de trabalho indispensáveis nos dias atuais. Soma-se a isso o fato de que não possuímos condições técnicas, pessoal, e peças de reposição para realizar manutenção ou suporte em uma eventual falha nesses equipamentos, sobretudo por se tratar de equipamentos que exigem mão de obra especializada.

5.26. Essa exigência visa evitar situações onde, após pouco mais de um ano de uso, os equipamentos possam apresentar falhas e a Administração Pública se veja na situação de ter equipamentos inoperantes sem garantia, sem capacidade técnica para repará-los, e sem equipamento para substituição imediata. A garantia estendida é, portanto, uma medida que visa assegurar a continuidade das operações e a eficiência no uso dos recursos públicos.

6. JUSTIFICATIVA:

(Base Legal: art. 50, incisos e §§ da Lei 9.784/99; art. 21 IN 05/2017/MPOG, art. 18, inciso I da Lei 14.1333).

6.1. Em conformidade com o artigo 2º do Capítulo II da Lei Complementar 215 de 19 de julho de 1999, que cria a Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia, a IDARON tem por finalidade promover a fiscalização e execução das atividades de vigilância sanitária animal e vegetal, inspeção e fiscalização de produtos e subprodutos de origem animal e vegetal.

6.2. Para tanto a agência conta com postos fiscais, unidades locais de atendimento e a sede administrativa, perfazendo mais de 100 escritórios distribuídos por todo o Estado de Rondônia.

6.3. As unidades descentralizadas da IDARON, responsáveis pela execução direta de atividades em campo, enfrentam dificuldades para desempenhar funções como preenchimento de formulários eletrônicos, utilização de aplicativos institucionais (como o validador de GTA), execução de voos com drones, elaboração de relatórios in loco, acesso a mapas, e monitoramento do trânsito agropecuário em postos fiscais e barreiras volantes. Em muitos casos, a ausência de equipamentos obriga os servidores a utilizar meios manuais (como preenchimento em papel) e postergar a inserção dos dados em sistemas informatizados, o que acarreta retrabalho, aumento do risco de erros e perda de eficiência na fiscalização.

6.4. A situação é agravada pelo fato de que os dispositivos móveis atualmente disponíveis na instituição foram adquiridos em 2017 e atingiram o fim de sua vida útil. Muitos desses equipamentos apresentam falhas irreparáveis, já foram ou estão sendo encaminhados para baixa patrimonial. Mesmo os que ainda funcionam enfrentam problemas de desempenho, autonomia de bateria reduzida, incompatibilidade com aplicativos modernos e ausência de atualizações de sistema, limitando sua usabilidade e comprometendo a segurança da informação.

6.5. A presente demanda busca viabilizar a substituição de computadores adquiridos entre 2019 e 2020, que atualmente encontram-se fora do período de garantia e apresentam falhas recorrentes, sobretudo em componentes críticos como placa-mãe e fonte de alimentação. A continuidade no uso desses equipamentos representa risco concreto à estabilidade operacional da autarquia, com prejuízos à produtividade dos servidores e à regularidade dos serviços prestados à sociedade.

6.6. A situação foi devidamente considerada no processo de planejamento institucional, estando prevista no Plano Plurianual 2024–2027, que já indicava a necessidade de renovação do parque computacional a partir de 2025, em razão do ciclo de vida útil dos equipamentos então adquiridos.

6.7. De mesma forma, também está previsto no planejamento estratégico 2023-2027 da agência, através da ação de manter atualizados os recursos de T.I., envolvendo computadores, servidores e serviços em geral.

6.8. A substituição gradual dessas estações de trabalho é, portanto, essencial para mitigar riscos operacionais, assegurar a continuidade dos serviços públicos e evitar soluções improvisadas, como o remanejamento de máquinas entre unidades ou o uso de equipamentos temporários, que comprometem a ergonomia e a eficiência das atividades administrativas e técnicas da IDARON.

6.9. **Do Quantitativo a ser registrado**

6.10. A estimativa das quantidades a serem contratadas foi calculada com base no histórico de falhas registradas nos computadores adquiridos entre 2018 e 2019, os quais já não possuem mais garantia vigente, e na necessidade projetada de substituição desses equipamentos ao longo do próximo ano.

6.11. Como já aventado, a IDARON possui um parque computacional de 916 computadores Desktop, sendo que 516 foram adquiridos entre 2019 e 2020 e já estão fora da garantia. Durante os cinco anos de vigência da garantia desses equipamentos, foram registrados os seguintes números de chamados técnicos:

6.12. 2019 - 3 chamados

6.13. 2020 - 5 chamados

6.14. 2021 - 25 chamados

6.15. 2022 - 35 chamados

6.16. 2023 - 28 chamados

6.17. 2024 - 44 chamados

6.18. Observa-se que o número de chamados aumentou progressivamente ao longo dos anos, atingindo seu pico no último ano de garantia (2024). Esse comportamento reforça a tendência de que a falha de hardware se torna mais frequente no final do ciclo de vida útil do equipamento, principalmente em relação a problemas na placa-mãe.

6.19. Em 2025, com o término da garantia, já foram substituídos 8 computadores devido a falha de hardware irreparável, sendo que essas máquinas foram remanejadas de outras unidades ou substituídas temporariamente por notebooks.

6.20. Com base no histórico de chamados e considerando que no último ano de garantia foram registrados 44 ocorrências, estima-se que entre 40% e 50% (206 a 258) dos 516 computadores sem garantia poderão apresentar falhas ao longo do próximo ano. Assim, foi estabelecida uma previsão de até 240 unidades para registro na Ata de Registro de Preços (ARP), ou, na possibilidade de estender a validade da ARP por período maior, o quantitativo de itens seria dobrado (480) e acrescido uma margem de segurança de 4,5%, conforme explicado mais adiante.

6.21. **Histórico de Compras e Política de Substituição**

6.22. Até 2018, a IDARON adotava uma política de aquisição esporádica de computadores, complementada pela compra de peças avulsas (placa-mãe, processadores, memórias, etc.) para remontagem de máquinas danificadas. Isso resultava em computadores desfigurados e que ficavam em uso por até uma década, sendo reconicionado constantemente até que não fosse mais possível.

6.23. Em 2019, a prática foi alterada, passando a priorizar a aquisição de garantia estendida em vez da compra de peças para manutenção interna. Considerando a defasagem do parque na ocasião, foi

realizado um processo de renovação total dos computadores, finalizado em 2023, garantindo que 100% dos equipamentos fossem substituídos dentro de um planejamento estruturado.

6.24. Atualmente, o planejamento realizado prevê que equipamentos com mais de 5 anos de uso que apresentem defeitos de hardware devem ser substituídos, e não mais consertados. Como essa é a primeira vez que o órgão enfrenta um ciclo de renovação por esgotamento da vida útil dos equipamentos, não há experiência anterior consolidada para referência, reforçando a necessidade de uma estimativa conservadora na previsão de compras.

6.25. Para fins de histórico, as aquisições de Computadores Desktops realizadas desde a mudança de filosofia em 2019, foi a seguinte:

6.26. 2019: aquisição de 200 Unidades (0015.389624/2018-33)

6.27. 2019: aquisição de 286 Unidades (0015.207088/2019-48).

6.28. 2020: aquisição de 30 Unidades (0015.105177/2020-94)

6.29. 2023: aquisição de 400 Unidades (0015.272272/2021-83)

6.30. **Orçamento Estimado e Capacidade Financeira**

6.31. A aquisição dos computadores já está prevista no Plano Plurianual, com uma estimativa de R\$ 7.000,00 por unidade e um total previsto para até 240 unidades, a serem adquiridas em 2025 e até 240 unidades a serem adquiridas em 2026, conforme a necessidade.

6.32. O histórico de preços de compras anteriores mostra:

6.33. 2019: 200 Unidades ao preço unitário de R\$ 4.380,00, com garantia de 60 meses (0015.389624/2018-33)

6.34. 2019: 286 Unidades ao preço unitário de R\$ 4.380,00, com garantia de 60 meses (0015.207088/2019-48).

6.35. 2020: 30 Unidades (equipamentos de alto desempenho) ao preço unitário de R\$ 8.433,73, com garantia de 36 meses (0015.105177/2020-94)

6.36. 2023: 400 Unidades ao preço unitário de R\$ 6.003,00, com garantia de 36 meses (0015.272272/2021-83)

6.37. Embora esses valores possam servir como referência, eles não podem ser utilizados para formação de preço médio, devido ao lapso temporal entre as compras e variações do mercado de tecnologia.

6.38. Como a substituição dos equipamentos ocorrerá sob demanda, não se espera a necessidade de aquisição imediata de grandes volumes. A previsão inicial é a compra de 50 computadores, que serão utilizados para substituir equipamentos que já apresentaram falhas e cobrir novas demandas que possam surgir ao longo do ano.

6.39. **Método de Consumo e Utilização Provável**

6.40. A contratação será realizada por meio de Ata de Registro de Preços (ARP), permitindo a aquisição gradual dos equipamentos conforme a necessidade real.

6.41. **Previsão inicial**

6.42. Compra de 50 unidades para atender às falhas já registradas e às novas demandas que surgirem em 2025, caso o processo finalize ainda em 2025.

6.43. **Previsão ao longo do período da ARP**

6.44. Caso a taxa de falhas aumente durante a validade da ARP, há um saldo de até 240 unidades disponíveis na ata para reposição futura.

6.45. **Previsão para 2026**

6.46. Em 2026, os 400 computadores adquiridos em 2023 também perderão sua garantia (estas de 36 meses). Dependendo da viabilidade de extensão da garantia ou da impossibilidade de manutenção, pode ser necessário utilizar o saldo remanescente da ata para substituição gradual desses equipamentos ou,

mesmo, registrar uma nova ARP.

6.47. A manutenção da ARP ativa até 2026 garante que a IDARON possa solicitar novas unidades conforme necessário, sem necessidade de processos emergenciais ou novos certames licitatórios, assegurando previsibilidade e continuidade operacional.

6.48. **Quantitativo a ser registrado**

6.49. Por fim, considerando a autorização legal (art. 84 da lei 14.133/2021), na possibilidade de prorrogar a validade da ARP por mais um ano além do período padrão (o que será buscado no andamento do processo), para garantir a economicidade e eficiência administrativa, será inserido na presente ARP o quantitativo de equipamentos previstos no PPA para aquisição em 2026 além de uma margem de segurança de 4,5%. Dessa forma, o total a ser registrado na presente **ARP passará a ser de 500 unidades**, permanecendo o total a ser adquirido conforme detalhamento no presente documento.

6.50. É importante observar que o quantitativo total a ser registrado não constitui obrigatoriedade de aquisição. As aquisições efetivas dependerão da demanda real ao longo de 2025 (caso o processo finalize ainda esse ano), de 2026 e 2027 (caso seja possível renovação da ARP).

6.51. **Da Compra Através de Registro de Preço**

6.52. A presente contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), nos termos do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021, regulamentado no âmbito estadual. A adoção do SRP justifica-se pela natureza da demanda da IDARON, que exige aquisição gradual e sob demanda de computadores desktop da linha corporativa, de forma planejada e conforme disponibilidade orçamentária e ocorrência de falhas nos equipamentos atualmente em uso.

6.53. A aplicação do SRP é adequada ao caso concreto pelos seguintes motivos:

6.54. - **Demanda variável e distribuição pulverizada:** os computadores serão utilizados por unidades espalhadas em todo o território estadual, sendo a reposição realizada de forma progressiva e conforme necessidade identificada pelas áreas de tecnologia e gestão administrativa. A contratação direta e imediata da totalidade das 500 unidades não seria economicamente viável nem operacionalmente necessária.

6.55. - **Agilidade no atendimento a falhas e reposições críticas:** a existência de uma Ata de Registro de Preços em vigor permitirá à Administração a substituição rápida de equipamentos que apresentem falhas físicas irrecuperáveis, sem a necessidade de instaurar novo processo licitatório a cada demanda.

6.56. - **Evita a celebração de contratos desnecessários:** o SRP permite que a Administração apenas formalize contrato quando houver efetiva necessidade de aquisição, proporcionando melhor gestão orçamentária e financeira.

6.57. - **Garantia de economicidade:** ao consolidar, em um único procedimento, a demanda prevista para os anos de 2025 e 2026, a IDARON busca otimizar os ganhos por escala, obtendo condições comerciais mais vantajosas e evitando a repetição de certames para objeto idêntico em curto espaço de tempo.

6.58. - **Maior previsibilidade para planejamento setorial:** a Ata permitirá que a Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (COTIC) execute seu plano de renovação do parque computacional de forma gradual, técnica e com base na análise individualizada de substituição.

6.59. Diante do exposto, o Sistema de Registro de Preços se revela o instrumento mais adequado à contratação pretendida, conferindo eficiência, economia, escalabilidade e flexibilidade à Administração Pública.

7. **DA DESIGNAÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO**

7.1. A Equipe de Planejamento da Contratação é composta por servidores públicos com conhecimento dos aspectos técnicos e de utilização do objeto que se pretende contratar e que possuem a expertise necessária para condução da contratação junto às unidades administrativas envolvidas, diligenciando pela correta e célere tramitação do procedimento administrativo.

7.1.1. Considerando a Instrução Normativa 58/2022 Art. 8º; onde dispõe que o ETP será

elaborado conjuntamente por servidores da área técnica e requisitante ou, quando houver, pela equipe de planejamento da contratação;

7.1.2. A Equipe de Planejamento da Contratação será designada pelo Diretor da Unidade de Atendimento após formalização do Documento de Oficialização da Demanda -DFD, e será composta por um ou mais servidores lotados em sua unidade.

7.1.3. Cabe à Equipe de Planejamento da Contratação acompanhar os trâmites em todas as fases da licitação ou contratação direta, zelando pelo seu bom andamento em observância ao princípio da celeridade e promovendo diligências, se for o caso, para que o calendário estabelecido no Plano Anual de Contratações, seja cumprido na data prevista, observado, ainda, o grau de prioridade da contratação.

7.1.4. A Equipe de Planejamento da Contratação encontra-se designada através da Portaria (0062883930).

8. DA ESCOLHA DE MARCA, BENS COMUM E EXIGÊNCIA DE AMOSTRA:

(Base Legal: art. 6 incisos XIII e XIII, art. 41 Lei 14.133/21)

8.1. DA CLASSIFICAÇÃO DO BEM: Os bens descritos neste Termo de Referência, nos termos da Lei nº. 14.133/2021, enquadram-se na classificação de bens comuns, uma vez que possuem padrões de desempenho e qualidade segundo especificações usuais no mercado. Destinando-se a garantir a observância dos princípios especificados na Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

8.2. Os bens desta contratação se enquadram como sendo bem comum, conforme Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023.

Na especificação do objeto foi definido o processador da marca Intel e placa mãe e BIOS compatíveis com Intel vPro. Conforme justificado no item 3 do ETP (0057477823) pela unidade técnica, atualmente a IDARON possui 1.085 equipamentos compatíveis com a tecnologia Intel vPro, gerenciados de forma centralizada por meio da plataforma Intel EMA. Esta plataforma permite ações como desligamento remoto, atualização de BIOS, inventário e suporte à distância. Essa funcionalidade é especialmente importante pois cerca de 80% das estações de trabalho da IDARON estão em prédios descentralizados (interior), enquanto a equipe de T.I., que é bastante reduzida e fica centralizada em Porto Velho, na Sede. Assim, a plataforma auxilia no suporte e manutenção dessas estações. A adoção de equipamentos incompatíveis com vPro exigiria a substituição da solução de gerenciamento, com impacto financeiro, técnico e operacional relevantes. A continuidade do padrão vPro é, portanto, tecnicamente essencial. O art. 41, alínea "b" da Lei nº 14.133/21 prevê a possibilidade da Administração manter a compatibilidade com plataformas e padrões já adotados pela Administração, como é o caso.

8.3. Nos objetos solicitados NÃO há direcionamento de marca, sendo a contratação desejada um bem comum, para fins de utilização da contratação.

8.4. Na presente aquisição, NÃO HAVERÁ EXIGÊNCIA DE AMOSTRA OU PROVA DE CONCEITO.

9. LOCAL DE ENTREGA:

(Base Legal: arts. 6 e 40, § 1º, II da Lei Federal 14.133/21; IN 05/2017/MPOG).

9.1. **A entrega dos equipamentos, com os correspondentes Termos ou Certificados de Garantia, emitidos pelo respectivo fabricante ou representante legal, deverão ser entregues no Almoxarifado da Agência IDARON, localizado à BR 364, Km 07, nº 9280 C, Bairro Aeroclube, município de Porto Velho/RO, de segunda à sexta-feira, das 07h:30min às 13h:30min, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, tendo como termo inicial a data da última assinatura no instrumento contratual ou termo de empenho ou equivalente.**

9.2. Caso não haja expediente na data marcada para a entrega dos bens, ficará automaticamente adiada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local.

9.3. Se a Contratada tiver comprovadamente dificuldades de entregar os bens, não sofrerá multa, desde que informe oficialmente com antecedência de pelo menos **1 (um) dia útil** antes de esgotado o prazo, apresentando uma justificativa circunstanciada formal, que deverá ser encaminhada à Coordenadoria de Administração e Finanças da IDARON que, por sua vez, tomará a decisão se o prazo será prorrogado ou não.

9.4. No caso de ser autorizada a prorrogação do prazo, e esgotado o novo prazo concedido, a Coordenadoria de Administração e Finanças da IDARON adotará os procedimentos para aplicação das sanções administrativas previstas neste Termo de Referência.

10. PRAZO DE ENTREGA:

(Base Legal: arts. 6 e 40, § 1º, II da Lei Federal 14.133/21; IN 05/2017/MPOG).

10.1. O fornecimento/entrega deverá ser efetuado no **prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos**, na totalidade do objeto contratado, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho ou do Instrumento de contrato, se for o caso;

10.2. A empresa vencedora deverá comunicar a data e o horário previsto para a entrega à Agência IDARON, no horário do expediente, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência.

11. RECEBIMENTO E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO:

(Base Legal: arts. 6 e 40, § 1º, II da Lei Federal 14.133/21; IN 05/2017/MPOG).

11.1. O objeto será recebido conforme disposto nos arts. 6 e 40, § 1º, II da Lei Federal 14.133/21:

a) **PROVISORIAMENTE**, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com a especificação, mediante aposição de carimbo de recebimento provisório por servidor da GEMPAD no verso da fatura/nota fiscal, no prazo de 03 (três) dias.

b) **DEFINITIVAMENTE**, por **Comissão de Recebimento**, após a verificação da qualidade, quantidade e demais procedimentos para a consequente aceitação, no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

11.2. A Comissão anotará possíveis defeitos nos bens, acessórios e outras imperfeições visíveis, visando constatar a especificação do objeto de acordo com o Termo de Referência e a Proposta do fornecedor.

11.3. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do fornecimento, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo instrumento contratual.

11.4. Os fornecimentos deverão ser executados rigorosamente dentro das especificações estabelecidas neste instrumento sendo que a inobservância desta condição implicará recusa formal, com a aplicação das penalidades estipuladas.

11.5. Aceitos os fornecimentos, será procedido o atesto na Nota Fiscal, mediante termo circunstanciado, pela **Comissão de Recebimento da Contratante**.

11.6. Não aceitos os fornecimentos, a Contratada será comunicada através da GEMPAD, para que imediatamente substitua aqueles que não estão de acordo com as especificações estabelecidas no Contrato.

12. DO MODO DE DISPUTA E DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO

12.1. Compulsando o que discorre a Lei 14.133/2021 sobre o tema, convencionou-se que o a modalidade de licitação será, preferencialmente, Pregão Eletrônico e o modo de disputa será:

12.2. **Aberto**, hipótese em que os licitantes apresentarão suas propostas por meio de lances públicos e sucessivos, crescentes ou decrescentes.

13. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

13.1. A Contratante será responsável pela gestão e fiscalização do contrato, de forma preventiva, rotineira e sistemática, sendo responsável definir os critérios objetivos de avaliação do desempenho da Contratada, bem como os requisitos da remuneração variável, quando for o caso.

13.2. A **Comissão de Recebimentos da IDARON** irá realizar a gestão contratual, cuja função é administrar o contrato até o término de sua vigência, desempenhando as atribuições administrativas que são inerentes ao controle individualizado de cada contrato, devendo cumprir as determinações do art. 20 do Decreto Estadual nº 28.874/24.

13.3. A Administração nomeará **Fiscais do Contrato** com experiência e conhecimento na área relativa ao objeto contratado, conforme previsto nos art. 21 e 22 do Decreto Estadual nº 28.874/24, cujas

funções primordiais serão de acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratado, conforme segue:

- **Fiscal Técnico do contrato**, que terá atribuições previstas no art. 23 do Decreto Estadual nº 28.874/24, realizando o recebimento provisório do objeto contratado mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico para formalização da atestação; e

- **Fiscal Administrativo do contrato**, que terá as atribuições conforme previsto no art. 24 do Decreto Estadual nº 28.874/24, realizando o recebimento provisório do objeto contratado mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo para formalização da atestação.

13.4. A fiscalização observará a metodologia da elaboração dos relatórios de acordo com o art. 25 do Decreto Estadual nº 28.874/24, bem as demais exigências previstas no normativo legal à respeito da fiscalização do contrato (capítulo III, seção VIII do Decreto Estadual nº 28.874/24).

13.5. No processamento do pagamento, a Coordenadoria de Administração e Finanças - COAF, rejeitará os fornecimentos que não se demonstrarem em consonância com os ditames legais e contratuais, devolvendo-os para regularização e justificativas e glosando as parcelas irregulares apontadas pela fiscalização técnica, observando ainda os apontamentos da fiscalização administrativa, sem prejuízo da apuração de responsabilidade, caso se identifique dano ao erário.

13.6. A ausência de comunicação por parte da Contratante referente à irregularidades ou falhas, ou qualquer omissão total ou parcial da comissão ou fiscalização do contrato não eximirá a Contratada de sua plena responsabilidade pela execução do objeto contratado, nas condições previstas neste instrumento e no Contrato.

13.7. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com os arts. 119 e 120 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

13.8. As deficiências e irregularidades que forem constatadas serão comunicadas ao preposto pela fiscalização técnica do contrato:

a) Verbalmente, para os casos rotineiros ou urgentes.

b) Por escrito, para as situações complexas, estipulando-se, quando pertinente, prazo certo para a correção da irregularidade. As comunicações formais serão registradas em Processo Acessório ao Principal devendo ser remetido à Contratada através de e-mail no Sistema SEI. Caso não seja possível, será enviado no e-mail oficial da Unidade Técnica da IDARON e acostado aos autos.

c) Por publicação no Diário Oficial do Estado, no caso de recusa do recebimento da notificação ou insucesso de remessa postal com Aviso de Recebimento, em último caso.

14. DA PROPOSTA:

14.1. A proposta da empresa deverá conter a marca e modelo do produto ofertado, o fabricante, unidade, quantidade, valor unitário e valor total para o item, considerando a quantidade estabelecida no objeto, além da procedência do produto (ex: origem Brasil, origem EUA).

14.2. A proposta deverá seguir estritamente as especificações técnicas do objeto, onde os equipamentos deverão estar em conformidade com o que fora solicitado no objeto, quanto à todas as configurações exigidas no item 5 deste termo de referência.

14.3. A proposta deverá conter preço unitário e total, expressos em moeda corrente nacional, incluídas todas as despesas com tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, prestação da garantia e qualquer outra(s) contribuição(ões) tributária(s), fiscal(is) e de logística que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

14.4. Com o objetivo de permitir a equipe de licitação realizar a análise célere e precisa da aderência técnica dos itens ofertados, a proposta da licitante deverá vir acompanhada de documentação técnica detalhada, suficiente para comprovar que o modelo proposto atende a todos os requisitos do objeto desta contratação, devendo conter, no mínimo:

- a) Ficha técnica oficial do produto (data sheet ou especificação técnica do fabricante), com descrição clara das características reais do modelo ofertado, de forma a demonstrar o atendimento aos requisitos constantes deste Termo de Referência;
- b) Indicação precisa do modelo e versão comercial do equipamento, incluindo marca, número de série, código de produto (SKU) ou equivalente, se aplicável;
- c) Quando aplicável, documentação adicional que comprove as características dos acessórios obrigatórios, como caneta digital ativa, capa, e demais atributos relevantes.

14.5. Não será aceita, para fins de análise técnica, proposta que se limite à reprodução literal das especificações deste Termo de Referência, sem individualização das características reais do modelo ofertado.

14.6. A proposta deverá descrever com objetividade os atributos técnicos do item a ser fornecido, com base em documentos oficiais do fabricante ou distribuidor. Propostas genéricas, que não permitam verificar de forma clara o atendimento aos requisitos técnicos, poderão ser desclassificadas, especialmente quando não for possível atestar, de forma inequívoca, a conformidade do produto com o objeto licitado.

14.7. A proposta apresentada no certame deverá condizer à totalidade dos quantitativos respectivos do(s) item(ns) de interesse da licitante, não sendo admitido quantidade mínima de unidade de bens a ser cotada, e, não sendo admitido a possibilidade da licitante oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, conforme disposto no art. 82, II e IV, da Lei 14.133/21.

14.8. O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a **90 (noventa)** dias.

14.8.1. Decorridos **90 (noventa)** dias da data da entrega das propostas, sem convocação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

14.9. A licitante deverá apresentar junto à sua proposta, obrigatoriamente: **FOLDERS/ENCARTES/FOLHETOS TÉCNICOS/CATÁLOGOS** dos equipamentos ofertados ou **endereço eletrônico com o link**, onde constem as especificações técnicas e a caracterização do produto, permitindo a consistente avaliação dos itens – de acordo com as especificações constantes no Item 5.1 deste Termo de Referência.

14.10. A opção pelo julgamento do MENOR PREÇO POR ITEM no presente certame licitatório é justificada pela necessidade de ampliar a concorrência com a perspectiva de participação de indústrias, atacadistas e varejistas, possibilitando maior expectativa de economicidade de recursos por parte da Administração Pública.

14.11. No decorrer do rito processual, os critérios para escolha de propostas poderão sofrer adequações ou emendas, decorrente de recomendações fornecidas por órgãos de natureza jurídica.

14.12. **NÃO SERÃO PERMITIDOS PREÇOS DIFERENTES**, referindo-se ao inciso III do artigo 82 da Lei nº 14.133, de 2021, tendo em vista que a presente contratação não se enquadra em nenhuma das opções preconizadas no referido inciso.

14.13. Caberá ao agente de contratação diligenciar, se, no curso da licitação, depreender indício de que o levantamento prévio de preços padece de fragilidade, a exemplo da disparidade entre o preço inicialmente previsto e o preço ofertado pela licitante.

14.14. Caso a licitante envie sua proposta de preços contendo mais de duas casas decimais depois da vírgula, o agente de contratação poderá convocar no CHAT MENSAGEM para atualização do lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os "PARA MENOS" (ex. R\$ 2.358,008; será arredondado para R\$ 2.358,00).

15. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

15.1. O critério de julgamento das propostas será o de **menor preço por item**, em conformidade com as normas previamente estabelecidas no ato convocatório pela Comissão de Licitação, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações.

15.2. De acordo com a Lei 14.133 no seu artigo 6º, inciso XLI dispõem:

"pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;"

16. DO QUANTITATIVO MÍNIMO PARA CADA ORDEM DE FORNECIMENTO

16.1. O quantitativo mínimo para cada ordem de fornecimento a ser exarada pelos órgãos gerenciador e não participantes será de 25% do total registrado em ata.

17. DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

17.1. Tendo em vista que, é prerrogativa da Administração Pública, na condição de contratante, a escolha da participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio, conforme se depreende da literalidade do art. 15 da Lei Federal nº 14.133/21 em consonância com o entendimento exarado no Acórdão nº 2633/2019-TCU-Plenário, **fica vedada** a participação de empresas reunidas sob a forma de consórcio, considerando as justificativas abaixo:

I - **Complexidade do Objeto:** o objeto a ser licitado não envolve questões de alta complexidade técnica, ao ponto de haver necessidade de parcelamento do objeto, através da união de esforços. Empresas que competem isoladamente, tem plenas condições de suprir os requisitos de habilitação do edital.

II - **Complexidade na Fiscalização:** a participação de consórcios tende a aumentar a dificuldade para a Administração no **acompanhamento da execução contratual** e na fiscalização do objeto licitado.

III - **Dificuldade de Responsabilização:** maior complexidade em individualizar e aplicar a **responsabilização das partes envolvidas** em casos de falhas ou descumprimentos, o que pode comprometer o atendimento do interesse público.

IV - **Atrasos e Riscos Operacionais:** a necessidade de formação e registro formal do consórcio após a adjudicação, além da análise conjunta de documentos e responsabilidades, frequentemente resulta em **atrasos e dificuldades operacionais** para a entidade licitante.

V - **Razoabilidade e Proporcionalidade:** quando os objetos podem ser **plenamente atendidos por empresas individualmente constituídas**, a vedação é uma medida proporcional que não prejudica a competitividade nem a ampla participação.

VI - **Eficiência Administrativa e Celeridade:** a restrição busca assegurar a rapidez nos processos e a **simplicidade da gestão contratual**, evitando trâmites burocráticos adicionais que a união de empresas pode gerar.

18. DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES PARTICIPANTES

18.1. Faz parte desta Ata de Registro de Preços a Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia - IDARON.

19. DA JUSTIFICATIVA PARA A EXCLUSÃO DE PARTICIPAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS NA LICITAÇÃO

19.1. Capacidade Técnica e Econômica Insuficiente

19.2. O fornecimento de DESKTOPS no quantitativo em tela, exige que os participantes demonstrem capacidade técnica e financeira para executar o contrato. Pessoas físicas, em geral, podem não possuir a estrutura necessária, como equipes, equipamentos ou capital, para realizar projetos de grande porte.

19.3. Garantias e Responsabilidade

19.4. Em licitações, é comum exigir garantias financeiras ou contratuais para assegurar a execução do contrato. Empresas tendem a ter maior capacidade de fornecer essas garantias do que pessoas físicas, o que pode ser crucial para a segurança da administração pública.

19.5. Complexidade do Objeto Licitado

19.6. O fornecimento e manutenção dos DESKTOPS exigem uma organização complexa e multidisciplinar, o que é mais adequado a empresas do que a indivíduos.

19.7. Controle de Qualidade e Continuidade do Serviço

19.8. Empresas são, em geral, vistas como entidades mais estáveis e capazes de garantir a continuidade e qualidade do serviço ao longo do tempo, enquanto pessoas físicas podem ter mais dificuldades em assegurar esses aspectos, especialmente em contratos de longo prazo.

20. DA HABILITAÇÃO

20.1. A Lei 14.133 aduz que são considerados atributos do sujeito, do proponente:

"Art. 62. A habilitação é a fase da licitação em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, dividindo-se em:

I - jurídica;

II - técnica;

III - fiscal, social e trabalhista;

IV - econômico-financeira."

20.2. RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

20.2.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

20.2.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>;

20.2.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

20.2.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

20.2.5. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971 ;

20.2.6. No caso de agricultor familiar: **Ficam estabelecidas as instruções previstas no DECRETO n.º [11.802, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2023](#).**

20.2.7. No caso de produtor rural: **matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2110, de 2022 (arts. 15,17,22 e 146).**

20.2.8. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e se for o caso, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

20.2.9. Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva.

20.2.10. Quanto às Cooperativas:

20.2.10.1. Será admitida a participação de sociedades cooperativas no presente certame, desde que atendidas as condições previstas no art. 16 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como todas as exigências de habilitação, qualificação técnica, regularidade jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira previstas neste Termo de Referência e no edital.

20.2.10.2. A admissibilidade da participação de cooperativas não afasta a obrigação de comprovação da aptidão técnica e comercial para execução integral do objeto, especialmente quanto ao fornecimento de licenças originais e legítimas, à comprovação de vínculo ou autorização oficial junto ao fabricante ou à sua rede autorizada, ao acesso regular ao suporte oficial, à integração da solução ao ambiente tecnológico existente da IDARON, à prestação dos serviços técnicos correlatos e ao cumprimento integral das obrigações de sigilo, segurança da informação, proteção de dados e níveis mínimos de serviço.

20.2.10.3. A cooperativa participante deverá demonstrar compatibilidade entre seu objeto social, sua forma de atuação e o objeto licitado, bem como comprovar capacidade para executar integralmente as obrigações assumidas, de forma regular, centralizada e compatível com as exigências técnicas e operacionais da solução contratada.

20.2.10.4. A ausência de comprovação da compatibilidade jurídica, técnica, operacional ou comercial da cooperativa com o objeto licitado poderá ensejar sua inabilitação ou a desclassificação da proposta, conforme o caso, observadas as regras do edital e a legislação aplicável.

20.3. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL E TÉCNICO-OPERACIONAL :

20.3.1. No que tange a qualificação técnica, serão exigidos atestados da empresa licitante (declaração ou certidão), emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o fornecimento em contrato pertinente e compatível com o objeto da licitação, em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 14.133/21, *in verbis*:

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

[...] VI - declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

§ 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual **igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.** (grifo nosso)

§ 2º Observado o disposto no **caput** e no § 1º deste artigo, será admitida a exigência de atestados com **quantidades mínimas de até 50%** (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados. (grifo nosso)

20.3.2. Em atenção ao estabelecido na sobredita norma, para a presente aquisição dever-se-á apresentar atestado(s) compatível em quantidade o(s) e características, em sua individualidade ou soma que contemple a entrega de produtos condizentes com o percentual de **10% (dez por cento) do item 1** da licitação, já que se trata de item único.

20.3.3. Entende-se por pertinente e compatível em **quantidade - fornecimento de bem no montante mínimo exigido no item anterior, ou seja, 50 (cinquenta) DESKTOPS**, com quantidade expressa em unidade ou valor convergente ao do presente termo de referência, com o fito de atestar que suporta a demanda a que será submetido.

20.3.4. Entende-se por pertinente e compatível em **características - o bem com características semelhantes ao objeto DESKTOPS**, a fim de demonstrar atuação na atividade no ramo de negócio.

20.3.5. **Atestado(s) de Capacidade Técnica**, demonstrando aptidão do licitante para o fornecimento de **50 (cinquenta) DESKTOPS**, e suas respectivas certificações relativos ao hardware, suporte técnico de no mínimo 12 meses e atualização durante o período mínimo de 12 (doze) meses.

20.3.6. O atestado deverá indicar dados da entidade emissora, pessoa jurídicas de direito público ou privado (razão social, CNPJ, endereço, telefone, e-mail, data de emissão) e dos signatários do documento (nome, matrícula (se for o caso), função, telefone, etc.), além da descrição do objeto e quantidade expressa em unidade ou valor, este último quando possível, e os prazos em que foram fornecidos.

20.3.7. Na ausência dos dados indicados, antecipa-se a diligência prevista na Lei Federal nº 14.133/21, para que sejam encaminhados em conjunto os documentos comprobatórios de fornecimentos, quais sejam, cópias de contratos, notas de empenho, acompanhados de editais de licitação, dentre outros. Caso não sejam encaminhados, o Agente de Contratação os solicitará no decorrer do certame para certificar a veracidade das informações e atendimento da finalidade do atestado.

20.3.8. Na ocorrência do percentual requerido para o quantitativo apresentar fração, considerasse-a o número inteiro imediatamente superior.

20.3.9. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

20.3.10. É de responsabilidade da licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

20.3.11. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

20.3.12. A verificação pelo Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

20.3.13. Após a entrega dos documentos de habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

20.3.14. **Justificativa quanto aos percentuais exigidos na qualificação técnica**

A parcela de maior relevância para o(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica foi definida com base na seguinte fundamentação técnica:

a) a contratação tem item único, portanto, não há como optar por outro;

b) a exigência de quantitativo mínimo de 50 (cinquenta) é moderada, proporcional e inferior ao limite legal de 50%;

c) há previsão legal de acordo com os arts. 17, § 6º, inciso III, e 42, inciso III da NLLC;

d) conformidade com a jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União:

- Acórdão nº 954/2013-Plenário, reconhece que a Administração pode exigir atestados de capacidade técnica desde que haja motivação, proporcionalidade e vinculação ao objeto, o que se verifica no presente instrumento e demais documentos do planejamento da contratação acostados aos autos;

- Súmula nº 275, autoriza a exigência de comprovação de capacidade técnico-operacional, vedadas exigências desarrazoadas ou que restrinjam indevidamente a competitividade, situação que não se configura no caso concreto.

- Acórdão nº 2622/2013-Plenário, reafirma que a Administração deve exigir qualificação técnica compatível com a complexidade e relevância do objeto, especialmente em contratações de TIC.

20.3.15. **Justificativa quanto às exigências de certificações dos equipamentos**

A unidade técnica optou por adotar para a aquisição pretendida, critérios reconhecidos de qualidade, durabilidade, eficiência energética e responsabilidade ambiental, com a exigência de certificações nas especificações dos Desktops. Tais exigências encontram respaldo na previsão legal, ou seja, nos arts. 17, § 6º, inciso III, e 42, inciso III da NLLC e no Acórdão nº 1091/2025-Plenário TCU, que reconhece como regular a exigência de certificações como critério de habilitação de licitante, emitidas por organismo acreditado, desde que sejam justificadas pela complexidade ou criticidade do objeto contratual. Assim, a COTIC argumentou no ETP que a exigência de certificações são essenciais para garantir estabilidade operacional, simplificação da manutenção, segurança e compatibilidade entre sistemas. A aquisição de equipamentos corporativos com certificações internacionais (ex: ENERGY STAR, EPEAT, RoHS), componentes originais do mesmo fabricante, e suporte oficial autorizado no Brasil serve como barreira técnica legítima contra fabricantes de baixa reputação e soluções montadas de forma não padronizada, sem comprometer a legalidade da licitação.

20.4. **RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do MF (CNPJ/MF);

b) Inscrição no cadastro de contribuintes **estadual e/ou municipal**, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual (art. 68, II da Lei nº 14.133/21);

- c) Certidão de regularidade perante a Fazenda Federal e regularidade relativa à Seguridade Social (art. 68, III da Lei nº 14.133/21 e art. 195, CF/1988);
- d) Certidão de regularidade perante a Fazenda Estadual (art. 68, III da Lei nº 14.133/21);
- e) Certidão de regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei (art. 68, III da Lei nº 14.133/21);
- f) Certidão de regularidade relativa ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei (art. 68, IV da Lei nº 14.133/21 e art. 195 §3º da CF/1988);
- g) Certidão de regularidade perante a Justiça do Trabalho (art. 68, V da Lei nº 14.133/21);
- h) Certidão negativa da Controladoria Geral do Estado de RO - Inexistência de proibição de contratar com a administração (art. 76, XIV do Decreto Estadual nº 28.874/24);
- i) Certidão Negativa Correccional da CGU - Entes Privados (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM);
- j) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis de Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa.

20.4.1. A apresentação de certidões positivas com efeito de negativa, serão aceitas nas mesmas condições, quanto a sua validade e efeitos, tendo em vista a sua emissão diante da exigência de débito confesso, parcelamento e em fase de adimplemento.

20.5. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRO

20.5.1. **Relação dos compromissos assumidos pela licitante** que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeiro, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados;

20.5.2. **Certidão Negativa de Recuperação Judicial** – Lei nº. 11.101/05 emitida pelo distribuidor da sede da licitante, expedida nos últimos 90 (noventa) dias, caso não conste o prazo de validade.

20.5.2.1. Na hipótese de apresentação de Certidão Positiva de recuperação judicial, o Agente de Contratação (Pregoeiro) verificará se a licitante teve seu plano de recuperação judicial homologado pelo juízo, conforme determina o art. 58 da Lei 11.101/2005.

20.5.2.2. Caso a empresa licitante não obteve acolhimento judicial do seu plano de recuperação judicial, a licitante será INABILITADA, uma vez que não há demonstração de viabilidade econômica.

20.5.3. **Balanço Patrimonial**, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, ou o Balanço de Abertura, caso a licitante tenha sido constituída em menos de um ano, para que se possa aferir se esta possui Patrimônio Líquido não inferior a 5% (cinco por cento) do valor estimado da contratação e Índices Liquidez Geral, Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral > que 1, a ser calculado pelo Agente de Contratação, pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$ILG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}$$

$$\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}$$

$$ISG = \frac{\text{Ativo Total}}$$

$$\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}$$

$$ILC = \frac{\text{Ativo Circulante}}$$

$$\text{Passivo Circulante}$$

20.5.3.1. A licitante deve comprovar a legalidade da documentação enviada para este fim, que deverá conter, no mínimo:

- a) a integralidade das contas que compõem o Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido e as contas de resultado, para os casos de apresentação de DRE, de forma que seja possível verificar os saldos apurados.
- b) comprovante de autenticação da escrituração contábil junto ao registro público

competente, que poderá ser substituído por Entrega da Escrituração Contábil Digital - ECD, gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, ou comprovante de publicação das demonstrações financeiras na forma determinada pelo art. 289 da Lei nº 6.404/1976.

c) o marco temporal para apresentação das demonstrações do último dia útil do mês de junho do ano seguinte ao ano-calendário a que se refere a escrituração, nos termos da IN RFB N. 2.142/23.

20.5.3.2. No caso do licitante classificado em mais de um item/lote, o aferimento do cumprimento da disposição acima levará em consideração a soma de todos os valores referencias.

20.5.3.3. Caso seja constatada a insuficiência de patrimônio líquido ou capital social para a integralidade dos itens/lotos em que o licitante estiver classificado, o Agente de Contratação (Pregoeiro) o convocará para que decida sobre a desistência do(s) item(ns)/lote(s) até o devido enquadramento a regra acima disposta.

20.5.3.4. As regras descritas nos dois últimos subitens deverão ser observadas em caso de ulterior classificação de licitante que já se consagrou classificado em outro item(ns)/lote(s).

20.5.3.5. O balanço patrimonial, DRE e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos (Lei nº 14.133/21, art. 69, §6º).

20.5.3.6. De acordo com o Acórdão 2265/2020-TCU-Plenário, cabe ao Agente de Contratação (Pregoeiro ou Comissão) realizar diligências para avaliar a real situação da capacidade econômico-financeiro da licitante.

20.5.4. Justificativa da exigência em relação à qualificação econômico-financeiro

20.5.4.1. A exigência da apresentação de Balanço Patrimonial com patrimônio líquido não inferior ao percentual de 5% do valor estimado da licitação e Índices de Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral igual maior que 1, é moderada, não restritivo e proporcional à complexidade do objeto a ser contratado, além de encontrar respaldo no § 4º do art. 69 da NLLC, que permite a fixação de limite de até 10%, possibilitando a participação de empresas de médio porte.

20.5.4.2. Quanto aos índices de liquidez e solvência maior que 1, indica que a empresa possui mais ativos do que passivos, o que mostra uma posição solvente. Nesse caso, o patrimônio líquido é positivo e, em princípio, a empresa é atrativa para investidores e instituições financeiras, pois demonstra uma gestão de recursos sólida e uma menor probabilidade de inadimplência a longo prazo, que é o que deseja essa administração. Assim, a equipe da contratação construiu a formulação econômico-financeiro ante a necessidade da Administração averiguar que a futura contratada terá condições operacionais por prazo suficiente para honrar seus compromissos durante a contratação sem depender da contraprestação pecuniária por parte da Administração Pública, para aquisição prévia de estoque, para suportar custos logísticos e operacionais iniciais, para possibilitar entregas parceladas ao longo da vigência da ata de registro de preços, o que exige robustez financeira para garantir o cumprimento das obrigações. Além disso, adotar índices menores que 1 não é o usual das contratações públicas e indicam que a futura contratada poderá não ter saúde financeira para honrar seus compromissos frente às obrigações contratuais.

20.5.4.3. A documentação exigida e o percentual adotado pela equipe de contratação é suficiente para demonstrar com acertado grau de confiança e transparência, a aptidão econômica da futura contratado, através de documentação indispensável ao seu reconhecimento, sem no entanto, restringir a competitividade do certame. Outrossim, embora no âmbito da Agência não haja normativo quanto às exigências de qualificação econômico-financeiro para suas contratações, a equipe de contratação, através da análise de outros editais de licitação no âmbito estadual do executivo e do TCU, verificou quais eram exigências econômico-financeiros contumazes para aquisições de materiais permanentes ou de consumo.

20.5.4.4. Lembrando, que o regramento do § 4º do art. 69 da Lei nº 14.133/21, em evidência, possibilitou à Administração a faculdade de estabelecer ou não no edital a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo, não sendo obrigatório optar por um índice no edital.

§ 4º A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e

serviços, **poderá** estabelecer no edital a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação. **(grifo nosso)**

20.5.4.5. Em recente julgado, o TCE/MG afirmou que a lei não veda, para fins de qualificação econômico-financeiro das licitantes, a apresentação de Índice de Liquidez Corrente (ILC) e Índice de Liquidez Geral (ILG) igual ou maior que 1,0 (um), cumulada com a comprovação de patrimônio líquido igual ou superior a 10% do valor estimado para a contratação (TCE-MG - DENÚNCIA: 1160568, Relator: CONS. SUBT. ADONIAS MONTEIRO, Data de Julgamento: 02/04/2024, PRIMEIRA CÂMARA, Data de publicação: 22/04/2024).

20.5.4.6. Em outro caso, o TCE/MG fixou prejulgamento de tese, com caráter normativo, por maioria, sobre a discricionariedade da Administração nas exigências de qualificação econômico-financeiro, e a definição de coeficientes e índices econômicos no edital (TCE-MG - CONSULTA: 1148573, Relator: CONS. SUBT. TELMO PASSARELI, Data de Julgamento: 12/06/2024, PLENO, Data de publicação: 25/06/2024).

20.5.4.7. Por sua vez, o TCU se posicionado em relação às exigências de qualificação econômico-financeiro através da:

a) Súmula TCU 289: A exigência de índices contábeis de capacidade financeira, a exemplo dos de liquidez, deve estar justificada no processo da licitação, conter parâmetros atualizados de mercado e atender às características do objeto licitado, sendo vedado o uso de índice cuja fórmula inclua rentabilidade ou lucratividade." ([Súmula 289 TCU](#));

b) Súmula 275 TCU: "Para fins de qualificação econômico-financeiro, a Administração pode exigir das licitantes, de forma não cumulativa, capital social mínimo, patrimônio líquido mínimo ou garantias que assegurem o adimplemento do contrato a ser celebrado, no caso de compras para entrega futura e de execução de obras e serviços." ([Súmula 275 TCU](#))

20.5.4.8. Quanto à exigência da relação de compromissos assumidos e a exigência da Certidão Negativa de Recuperação Judicial, entende-se que são necessária considerando o valor estimado da licitação,

20.5.4.9. Como percebe-se nas exigências da qualificação econômico-financeiro aqui tratadas em relação às exigências contábeis de capacidade financeira, são suficientes e necessárias para comprovar perante à Administração que a futura Contratada terá condições de honrar os compromissos da execução do contrato, em atendimento aos princípios eficiência, isonomia e seleção da proposta mais vantajosa.

20.5.5. **Justificativa da exigência da Certidão de Recuperação Judicial**

20.5.5.1. A administração entende que a apresentação da referida certidão é necessária uma vez que não impede a licitante de concorrer mesmo que a certidão esteja positivada, portanto, não restringe a licitação, e ao mesmo tempo ampara a Administração para, juntamente com a análise do balanço patrimonial, mitigar o risco de se contratar uma empresa que esteja insolvente ou em difícil situação financeira, considerando ainda que a presente contratação é para entrega futura, pois o Sistema de Registro de Preços é um conjunto de procedimentos para o registro formal de preços visando contratações futuras e eventuais, tanto para material permanente quanto para material de consumo.

20.5.5.2. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 11ª edição, 2024, as:

"características qualitativas são atributos que tornam a informação útil para os usuários e dão suporte ao cumprimento dos objetivos da informação contábil. São elas: a relevância, a representação fidedigna, a compreensibilidade, a tempestividade, a comparabilidade e a verificabilidade. As restrições inerentes à informação são a materialidade, o custo-benefício e o alcance do equilíbrio apropriado entre as características qualitativas. Cada uma das características qualitativas é integrada e funciona em conjunto com as outras. Entretanto, na prática, talvez não seja possível alcançar todas as características qualitativas e, nesse caso, um equilíbrio ou compensação entre algumas delas poderá ser necessário".

20.5.5.3. Assim, a fim de que a informação contábil atenda à característica qualitativa de comparabilidade assim como há regramento legal (art. 69, II da Lei nº 14.133/21) para tal exigência, a decisão da Administração de exigir a referida certidão tornará a análise comparativa, juntamente com os índices contábeis de capacidade econômico-financeiro, ideal para fins de averiguação de sua real

capacidade no de honrar os compromissos da execução do contrato.

20.6. DECLARAÇÕES:

20.6.1. A licitante deverá apresentar declaração de que **suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO.**

20.6.2. A licitante deverá apresentar ainda as seguintes declarações gerais de habilitação, que poderá ser consolidada em uma só, de que:

- a) atende aos requisitos de habilitação e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na formada lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021); não emprega menor de 18 anos, conforme disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- b) cumpre o estabelecido no Decreto 25.783/2021, ou seja, empregar pessoas privadas de liberdade, em regime semiaberto ou egressos do sistema prisional, no percentual mínimo de 2%;
- c) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social;
- d) irá executar o objeto da contratação em estrita observância dos ditames estabelecido pela Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), indicando o encarregado da credenciada responsável pela proteção de dados, nos termos do art. 41 da Lei Federal nº 13.709/18;
- e) tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

21. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

(Base Legal: art. 18, inciso IV, da Lei Federal 14.133/21).

A estimativa do valor da aquisição elaborada pela Coordenadoria de Pesquisa e Análise de Preços da SUPEL, conforme registrado no Quadro Comparativo de Preços acostado aos autos sob Id. 72485803 e Relatório Id. 72839508, perfaz o montante de **R\$ 4.472.500,00 (quatro milhões, quatrocentos e setenta e dois mil e quinhentos reais)** considerando o quantitativo estabelecido no objeto e na SAMS.

22. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Unidade Orçamentária: 19014

Programa de trabalho: 20.609.2095.1644 (Assegurar a aquisição de bens permanentes)

Fonte de recurso: 17590

Elemento de despesa: 4.4.90.52.35

23. DO FATURAMENTO E PAGAMENTO

23.1. O pagamento para o fornecimento será efetuado de forma INTEGRAL, mediante apresentação de Nota Fiscal Eletrônica, emitida pela Contratada, devidamente atestada pela Administração, observando as disposições do Capítulo X - Pagamento da Lei Federal nº 14.133/21.

23.2. Insta salientar que o pagamento seguirá conforme estipulado no art. 188 do Decreto Estadual nº 28.874/24, nestes termos:

Art. 188. As solicitações de pagamento deverão ser formalizadas pelo contratado por meio de pedido subscrito pelo seu representante legal, indicando o número do contrato administrativo e os dados para pagamento, instruído com os seguintes documentos:

- I - nota fiscal, fatura ou documento equivalente que ateste o cumprimento do objeto, indicando o valor e o período da prestação do serviço ou do fornecimento;
- II - certidão de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual;
- III - certidão de regularidade previdenciária e trabalhista, além dos documentos comprobatórios do cumprimento das respectivas obrigações nos termos do art. 24 deste Decreto, nos casos de contrato

de prestação de serviços contínuos com dedicação exclusiva (ou predominante) de mão de obra;
IV - comprovante de cumprimento de obrigações previdenciárias, nos casos de contratos de obra;
V - medição realizada pela fiscalização do contrato, nos casos de obra e serviços de engenharia, e de contratos submetidos ao referido regime de pagamento por medição;
VI - comprovante de atingimento de metas e respectivo impacto percentual no caso de remuneração variável;
VII - comprovante de percentual de economia produzida, nos casos de contratos de eficiência.
§ 1º Os documentos apresentados deverão ser atestados pela fiscalização do contrato que emitirá parecer conclusivo sobre a viabilidade do pagamento diante do cumprimento do objeto e efetiva correspondência com o valor cobrado, devendo ser autuado processo administrativo no qual serão incluídos cópia do contrato e eventuais termos aditivos, cópia da nota de empenho e mapa de controle de execução contratual.
§ 2º Atestado o cumprimento do objeto do contrato pela fiscalização e a correta instrução do processo, após autorização do ordenador, os autos deverão ser remetidos ao setor responsável pela liquidação da despesa e efetivação do pagamento.
§ 3º Em caso de não cumprimento do inciso II, o contratado deverá ser instado a se manifestar sobre a possibilidade de compensação do crédito com o débito existente, caso em que os autos deverão ser remetidos ao órgão fazendário para as providências cabíveis, com prévia oitiva da Procuradoria - Geral do Estado em caso de débito inscrito em dívida ativa.
§ 4º Em caso de não concordância com a compensação, imediatamente após o pagamento da contraprestação, os autos deverão ser remetidos à Procuradoria-Geral do Estado para adoção das providências cabíveis para recuperação do crédito estadual.
§ 5º Em caso de não cumprimento dos incisos III e IV, o pagamento deverá ser retido até a regularização, observadas as diretrizes fixadas neste Decreto.

23.3. Por conseguinte, a Nota Fiscal Eletrônica deverá ser emitida em favor da:

a) **FUNDO ESTADUAL DE SANIDADE ANIMAL - FESA**

b) CNPJ: **12.150.848/0001-86**

c) Endereço: Rua Padre Chiquinho, nº 913, bairro Pedrinhas, CEP 76.801-490, Porto Velho-RO

e) E-mail: contratos.idaron@gmail.com

23.3.1. No corpo da Nota Fiscal/Fatura deverá conter:

- a) A descrição detalhada do objeto conforme Termo de Contrato, se houver, ou Nota de Empenho;
- b) Valor unitário do objeto conforme Nota de Empenho;
- c) Identificação de Número do Processo e da Nota de empenho; e
- d) Identificação do Banco (código do Sistema de Pagamentos Brasileiro), da Agência Bancária, do Número da Conta Bancária, para fins de pagamento, bem com, das correções fiscais e contábeis, se for o caso.

23.4. O pagamento será efetuado conforme recebimento e atesto dos seguintes documentos:

a) Nota Fiscal devidamente atestadas pela Administração, conforme disposto no no art. 140, inciso II, alíneas "a" e "b" da Lei 14.133/2021;

b) Comprovação da entrega do item com o termo de recebimento assinado pela comissão designada em portaria;

O pagamento decorrente de contratações públicas será feito após a habilitação para pagamento, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, consoante o disposto no art. 190 do Decreto nº 28.874/24.

23.5. No caso das Notas Fiscais apresentarem erros ou dúvidas quanto à exatidão ou documentação, a Administração Pública poderá pagar apenas a parcela incontroversa no prazo fixado para pagamento, ressalvado o direito da empresa de representar para cobrança, as partes controvertidas com devidas justificativas, nestes casos, a Administração Pública terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento, para efetuar análise e pagamento devidamente atestadas pela Administração.

23.6. Na hipótese da Contratada não estar regular perante a Fazenda Estadual, o contratado será instado a se manifestar sobre a possibilidade de compensação do crédito com o débito existente, caso em que os autos serão remetidos ao órgão fazendário para as providências cabíveis, com prévia oitiva da

Procuradoria - Geral do Estado em caso de débito inscrito em dívida ativa. Em caso de não concordância com a compensação, imediatamente após o pagamento da contraprestação, os autos serão remetidos à Procuradoria-Geral do Estado para adoção das providências cabíveis para recuperação do crédito estadual.

23.7. Em caso de descumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias, o pagamento será retido até a regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

23.8. Não será efetuado qualquer pagamento, salvo as parcelas incontroversas, à Contratada enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

23.9. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

23.10. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susado para que a Contratada tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data de reapresentação do mesmo. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, a Administração, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-las, com a glosa da parte que considerar indevida.

23.11. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

23.12. A Administração não pagará nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, seja ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas no órgão.

23.13. Conforme a Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 2.145/2023, e com a Instrução Normativa nº 34/2023/SEFIN-COTES, será realizada a retenção na fonte do Imposto de Renda incidente sobre os valores pagos à Contratada, nos casos legalmente previstos, incluindo rendimentos oriundos de fornecimento de bens ou prestação de serviços.

24. DEVERES DO CONTRATADO:

(Base Legal: art. 6º, XXIII e art. 18 Lei Federal 14.133/21; 8º, II e 14, IN 05/2017/MPOG).

24.1. As obrigações da Contratada são as resultantes da aplicação da Lei nº. 14.133/2021, demais normas pertinentes, bem como, às previstas no Termo de Referência.

24.2. Efetuar a entrega dos equipamentos em perfeitas condições de uso e aplicabilidade, no prazo e locais indicados pela Agência IDARON, em estrita observância das especificações do TERMO DE REFERÊNCIA, acompanhado da respectiva fatura (Nota Fiscal) constando detalhadamente as especificações técnicas do produto;

24.3. Atender prontamente a quaisquer exigências da Agência IDARON, inerentes ao objeto da presente aquisição;

24.4. Comunicar à Agência IDARON, no prazo Máximo de 48 (quarenta e oito) horas que anteceda a data de entrega, apresentando os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

24.5. Manter, durante toda a execução da aquisição, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na aquisição;

24.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que esta obrigada, exceto nas condições autorizadas no TERMO DE REFERÊNCIA ou na minuta de contrato;

24.7. Assumir o ônus e responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, prestação da garantia e qualquer outra(s) contribuição(ões) tributaria(s), fiscal(is) e de logística que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

24.8. Arcar com todas as despesas, diretas e indiretas, decorrentes do cumprimento dos deveres assumidos;

24.9. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a serem vítimas os seus empregados quando em serviço, por tudo que as leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e demais exigências legais para o exercício das suas atividades.

24.10. Cumprir a legislação ambiental pertinente ao objeto da licitação nos desempenhos de suas atividades de rotinas.

24.11. Cumprir em sua totalidade as disposições constantes neste Termo de Referência e no edital da licitação.

24.12. A empresa Contratada deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação exigida na licitação, em atendimento ao art. 92, inciso XVI, da Lei nº 14.133/21 e Acordão 0964-14/12-P, relator Ministro Walton Alencar Rodrigues, TCU;

24.13. Aceitar nas mesmas condições contratuais, e mediante Termo Aditivo, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, decorrente de modificações de quantitativos ou projetos ou especificações, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratual atualizado, de acordo com o art. 125, da Lei nº 14.133/21, sendo os mesmos objeto de exame prévio da Procuradoria Geral do Estado – PGE;

24.14. Considerando o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal:

- a) **Apresentar a Declaração de Fato Superveniente.**
- b) **Apresentar a Declaração de ME/EPP.**
- c) **Apresentar a Declaração de Ciência do Edital.**
- d) **Apresentar a Declaração de Menor.**
- e) **Apresentar a Declaração Independente de Proposta.**
- f) **Apresentar a Declaração de Acessibilidade.**
- g) **Apresentar a Declaração de Cota de Aprendizagem.**
- h) **Apresentar a Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado.**

25. DEVERES DA CONTRATANTE:

25.1. São deveres da contratante:

25.1.1. Proporcionar todas as condições e facilidades para que o fornecedor possa cumprir com suas obrigações contratuais;

25.1.2. Receber definitivamente o(s) medicamento(s), disponibilizando local, data e horário;

25.1.3. Rejeitar os serviços executados que não atendam as especificações deste TERMO DE REFERÊNCIA;

25.1.4. Efetuar o(s) pagamento(s) da(s) Fatura(s) /Nota(s) Fiscal (is) da contratada, observando ainda as condições estabelecidas no edital deste certame licitatório;

- 25.1.5. Notificar a empresa, por escrito, sobre as imperfeições, atrasos, falhas ou irregularidades na execução dos serviços, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias e cabíveis;
- 25.1.6. Prestar as informações e/ou esclarecimentos que venham a serem solicitados pelos técnicos da contratada.
- 25.1.7. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor(es) devidamente designados;
- 25.1.8. Efetuar o pagamento no prazo previsto.

26. SUBCONTRATAÇÃO:

- 26.1. Fica vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, pela contratada à outra empresa, a cessão ou transferência total ou parcial do objeto licitado, nos termos do §2º, do art. 122, da [Lei Nº 14.133/2021](#).
- 26.2. A vedação à subcontratação fundamenta-se na necessidade de assegurar que a execução do objeto contratual seja realizada integralmente pela empresa contratada, garantindo o atendimento aos requisitos técnicos, a qualidade dos bens ofertados e a plena responsabilização pela execução do contrato, conforme autoriza a Lei nº 14.133/2021. Tal medida visa facilitar a fiscalização pela Administração, reduzir riscos decorrentes da fragmentação do objeto e evitar a transferência de responsabilidades a terceiros não submetidos ao certame, resguardando, assim, o interesse público e os princípios da legalidade, eficiência e segurança jurídica.

27. PROCEDIMENTO(S) DE FISCALIZAÇÃO:

- 27.1. A presença de fiscalização da CONTRATANTE não elide nem diminui a responsabilidade da CONTRATADA com suas obrigações contratuais.

28. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

(Base Legal: Art. 73; Título IV das irregularidades Capítulo I – Das Infrações e Sanções Administrativas Lei Federal 14.133/21; IN 05/2017/MPOG).

- 28.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:
- 28.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 28.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 28.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;
- 28.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 28.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 28.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 28.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 28.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- 28.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 28.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 28.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 28.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- 28.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 28.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência por dar causa à inexecução parcial do contrato deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 0,5% (zero vírgula cinco) a 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 19.1.1 a 19.1.12;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 19.1.2 a 19.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 19.1.8 a 19.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

28.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

28.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

28.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

28.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

28.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

28.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

28.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

28.5. A aplicação das sanções previstas neste Termo, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

28.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

28.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

28.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

28.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

28.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999. 15.11. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

28.11. À contratada que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir os preceitos legais dos incisos I a XII do art. 155 da Lei nº 14.133/21, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e comprovados, aplicar-se-ão, conforme a natureza e gravidade da falta cometida, sem prejuízo de outras sanções pertinentes à espécie, estará sujeito à aplicação de multa moratória/compensatória, tendo como percentual mínimo 1% e máximo, de até 30% do valor do contrato,

conforme tabela abaixo:

TABELA DE ÍNDICES DE MULTAS MORATÓRIA/COMPENSATÓRIA		
ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	MULTA
01	Dar causa à inexecução parcial do contrato;	1% por dia Até o limite de 30%
02	Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;	1% por dia Até o limite de 30%
03	Dar causa à inexecução total do contrato;	Até o limite de 30%
04	Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;	Até o limite de 30%
05	Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;	Até o limite de 30%
06	Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;	Até o limite de 30%
07	Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;	Até o limite de 30%
08	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;	Até o limite de 30%
09	Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;	Até o limite de 30%
10	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;	Até o limite de 30%
11	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Até o limite de 30%
12	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).	Até o limite de 30%

29. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

29.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições;

29.2. Fica a Detentora ciente que a publicidade da Ata de Registro de Preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação;

29.3. A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão a Lei Federal 14.133/21, demais normas complementares e disposições da Ata e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e especialmente aos casos omissos;

29.4. Será permitido somente aos órgãos e entidades do Estado de Rondônia, a adesão à Ata de Registro de Preços resultante deste certame;

29.5. O limite de quantitativo para adesão será gerido pela Superintendência Estadual de Licitações, e não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado, limitado a 50% (cinquenta por cento) para cada órgão não participante que realizar a adesão;

29.6. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente da adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;

29.7. Caberá ao órgão que se utilizar da ata, verificar a vantagem econômica da adesão;

29.8. Após publicidade da Ata de Registro de Preços, poderão ser firmados os Contratos dela decorrentes dentro do prazo de validade do Registro, cuja contratação será formalizada pelo Governo do Estado de Rondônia por meio de instrumento contratual, ou ainda, quando for o caso, pela emissão da nota de empenho, ordem de serviço ou outro instrumento similar;

29.9. A licitante que tenha seus preços registrados obrigar-se-á a cumprir todas as condições dispostas na Ata de Registro de Preços, aplicando-os ao quantitativo solicitado pela Administração;

29.10. O objeto da Ata de Registro de Preços será solicitado de acordo com a necessidade do Governo do Estado de Rondônia, e a execução será nas condições definidas neste Termo de Referência e na Ata de Registro de Preços.

30. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

30.1. A Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL, será o órgão responsável pelos atos de administração, controle e gerenciamento da Ata de Registro de Preços, conforme Decreto Estadual nº. 18.340 de 06/11/2013.

31. DO ÓRGÃO GERENCIADOR

31.1. Caberá ao órgão gerenciador, órgão competente para operacionalizar os procedimentos licitatórios no âmbito da Administração Pública, a prática de todos os atos de controle e administração do SRP, e ainda o seguinte:

I - realizar o procedimento de intenção de registro na forma do art. 124;

II - consolidar todas as informações relativas a estimativa individual e total de consumo encaminhadas pelos órgãos participantes para atender aos requisitos de padronização e racionalização;

III - elaborar o projeto básico ou termo de referência do registro de preços fruto da intenção;

IV - promover todos os atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório de intenção de registro de preços;

V - realizar levantamento de mercado e pesquisa de preço ampla e diversificada para elaboração da estimativa orçamentária, devendo zelar pela maior amplitude possível das fontes pesquisadas;

VI - confirmar junto aos órgãos participantes a sua concordância com o objeto a ser licitado, inclusive quanto aos quantitativos e projeto básico;

VII - realizar todo procedimento licitatório, bem como os atos dele decorrentes;

VIII - gerenciar a ata de registro de preços, providenciando a indicação, sempre que solicitado, dos fornecedores, para atendimento às necessidades da Administração, obedecendo a ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos pelos órgãos participantes;

IX - conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na ata de registro de preços;

X - analisar as solicitações de adesão formuladas pelos órgãos não participantes;

XI - zelar pela observância dos limites individual e global para adesão;

XII - divulgar o conteúdo do edital, da ata de registro de preços, os eventuais contratos e termos aditivos, na Imprensa Oficial, no sítio eletrônico do Estado e no Portal Nacional de Contratações Públicas, conforme as diretrizes da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

§ 1º A análise das solicitações de adesão deverá ser precedida de levantamento de mercado e pesquisa de preço para aferição do valor do objeto registrado com base no quantitativo resultante da adesão, apresentado por ato próprio da unidade aderente.

§ 2º A constatação de preço mais vantajoso em decorrência da pesquisa referida no parágrafo anterior, identificada e informada pela unidade de origem, acarretará a necessidade de repactuação do preço registrado.

§ 3º Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador não autorizará a adesão.

31.2. Da vedação da IRP

31.2.1. Não será adotada a Intenção de Registro de Preços (IRP), justificando-se nos termos do art. 117, § 2º, II do Decreto Estadual nº 28.874/24, em razão de que os procedimentos administrativos iniciaram em meados de 2025 e ainda não foram conclusos, portanto, abrir intenção de registro de preços para todos Órgãos ou Entidades da administração Pública significa atrasar ainda mais a licitação, porque, como tem sido visto na prática, os processos de IRP tem demorado muito além do previsto, com

sucessivas prorrogações de prazos. O intuito é que o objeto seja adquirido e distribuído em todas unidades descentralizadas da Agência dentro do exercício corrente considerando que os equipamentos são imprescindíveis para a continuidade dos serviços públicos prestados pela Agência IDARON à sociedade rondoniense além do que, em 2026, 400 computadores do parque computacional da Agência, adquiridos em 2023, também perderão sua garantia (estas de 36 meses) e a Agência não dispõe de contratação de manutenção preventiva e corretiva para esses equipamentos.

31.2.2. Além disso, o item 5.23 do TR prevê que o licitante vencedor deverá oferecer serviços de manutenção e assistência técnica dos equipamentos durante o período de garantia. A entrada de órgãos participantes com locais de entrega distintos poderia tornar o custo de mobilização técnica imensurável na fase de lances, que embutiriam custos de frete e armazenamento externo, gerando orçamentos superestimados (com margem de risco) e ferindo o princípio da seleção da proposta mais vantajosa.

31.2.3. *"Conforme defendido na doutrina especializada (ex: Ranieri, 2023) e corroborado por análises de mercado em soluções de TIC, a ampliação indiscriminada do quantitativo via IRP pode gerar o efeito de **escala inversa**, onde a redução de licitantes aptos a atender demandas nacionais massivas resulta em preços superiores aos obtidos em lotes dimensionados à capacidade do mercado regional/médio."* (Economia de escala nas compras públicas brasileiras: um paradigma a ser quebrado, [link](#))

31.2.4. Justifica-se, portanto, a necessidade administrativa quanto à dar celeridade à contratação do objeto em tela.

32. DA ADESAO

32.1. A utilização de ata de registro de preço por órgão não participante está sujeita à prévia autorização do órgão gerenciador.

§ 1º A autorização do órgão gerenciador deverá levar em consideração a observância dos limites individual e global previstos neste decreto, além da necessidade de garantia da capacidade de fornecimento e observância da economia de escala.

§ 2º O limite individual de cada órgão ou entidade não participante será de um aumento de 50% do quantitativo registrado, ressalvado o disposto no art. 86, § 7º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

§ 3º O conjunto de solicitações de adesão, independentemente do órgão ou entidade solicitante, não poderá exceder ao limite global de duas vezes o quantitativo registrado.

§ 4º A garantia da capacidade de fornecimento deverá ser demonstrada por meio de expressa autorização do fornecedor ou prestador de serviço registrado na qual esteja consignada o compromisso de não descontinuar ou prejudicar a concretização do quantitativo registrado a despeito da adesão solicitada.

§ 5º As solicitações de adesão deverão ser formalizadas por meio de requerimento específico instruído em processo administrativo próprio com os seguintes documentos:

I - documento que ateste a equivalência do objeto registrado com a necessidade administrativa do órgão não participante;

II - nota de reserva orçamentária do recurso necessário a fazer face à despesa decorrente da adesão;

III - demonstração da vantajosidade dos preços registrados por meio da realização de pesquisa de mercado com amplitude e diversidade de fontes;

IV - autorização expressa do órgão gerenciador;

V - autorização expressa do fornecedor ou prestador de serviço registrado nos moldes previstos no § 4º deste artigo.

§ 6º A solicitação de adesão deverá estabelecer de forma clara o quantitativo do objeto que se pretende contratar, com base em técnicas estimativas que considerarão, quando possível, o histórico de consumo e a perspectiva de aumento ou redução da demanda.

§ 7º Os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado de Rondônia poderão aderir à Ata de Registro de Preços - ARP dos órgãos e entidades da União, dos Estados-Membros e do Distrito Federal, desde que os preços sejam compatíveis com os praticados no mercado e seja demonstrada a

vantagem da adesão.

§ 8º É vedada a adesão à Atas de Registro de Preços gerenciadas por Municípios.

33. DO CADASTRO DE RESERVA

33.1. Após a definição do preço final do licitante vencedor, o agente da contratação deverá verificar com os demais licitantes se aceitam cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, para formação de cadastro de reserva, a ser incluído na respectiva ata na forma de anexo, respeitada a sequência da classificação do certame.

§ 1º O cadastro de reserva poderá ser utilizado nas seguintes hipóteses:

I - impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata;

II - descumprimento das condições da ata pelo compromitente;

III - recusa do vencedor em assinar a ata de registro de preços, o contrato ou o instrumento equivalente, dentro do prazo fixado no edital, sem prejuízo da aplicação de penalidades;

IV - liberação do compromisso por razões admitidas neste decreto.

§ 2º A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva será conferida quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.

§ 3º Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar assinar a ata de registro de preços nos termos do caput deste artigo, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação.

34. CONTRATO

34.1. O contrato será regido nos termos do art. 89, in verbis:

Art. 89. Os contratos de que trata esta Lei regular-se-ão pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, e a eles serão aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

§ 1º Todo contrato deverá mencionar os nomes das partes e os de seus representantes, a finalidade, o ato que autorizou sua lavratura, o número do processo da licitação ou da contratação direta e a sujeição dos contratantes às normas desta Lei e às cláusulas contratuais.

§ 2º Os contratos deverão estabelecer com clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, as obrigações e as responsabilidades das partes, em conformidade com os termos do edital de licitação e os da proposta vencedora ou com os termos do ato que autorizou a contratação direta e os da respectiva proposta.

Art. 90. A Administração convocará regularmente o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e nas condições estabelecidas no edital de licitação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei.

§ 1º O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

§ 2º Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

§ 3º Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

§ 4º Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do § 2º deste artigo, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

I- convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

II- adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

§ 5º A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.

§ 6º A regra do § 5º não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do inciso I do § 4º deste artigo.

§ 7º Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento em consequência de rescisão contratual, observados os mesmos critérios estabelecidos nos §§ 2º e 4º deste artigo.

Art. 91. Os contratos e seus aditamentos terão forma escrita e serão juntados ao processo que tiver dado origem à contratação, divulgados e mantidos à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

§ 1º Será admitida a manutenção em sigilo de contratos e de termos aditivos quando imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, nos termos da legislação que regula o acesso à informação.

§ 2º Contratos relativos a direitos reais sobre imóveis serão formalizados por escritura pública lavrada em notas de tabelião, cujo teor deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

§ 3º Será admitida a forma eletrônica na celebração de contratos e de termos aditivos, atendidas as exigências previstas em regulamento.

§ 4º Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

34.2. A contratada deverá assinar o contrato ou dar o recebimento na nota de empenho quando convocada a fazê-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis;

34.3. **Justificativa de 60 (sessenta) meses de prazo contratual**

Justifica-se que a unidade técnica da IDARON previu que os equipamentos deveriam ter garantia on-site de 60 (sessenta) meses, conforme especificações do item 1 do quadro do subitem 5.1 do TR. Assim, tal exigência de 60 (sessenta) meses de prazo contratual, por tratar-se de obrigações futuras, é vinculativa ao prazo da garantia, porque não há como dissociar um do outro.

34.4. **Da eventual extinção**

Caso a Pasta responsável pelo contrato opte por rescindir o contrato, na forma do art. 106, III e § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a decisão deverá ser embasada em análise que leve em consideração eventuais prejuízos a serem ressarcidos ao particular (art. 146, § 4º, do Decreto Estadual nº 28.874/2024).

35. **DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

35.1. **Da Validade da Ata de Registro de Preços**

35.1.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1(um) ano, contados a partir da publicação no Diário Oficial do Estado, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, mediante pesquisa de mercado que leve em consideração os parâmetros fixados no art. 51 do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

35.1.2. Na hipótese de prorrogação da ata de registro de preços, conforme posicionamento da Procuradoria (ID [0053945147](#)), os quantitativos registrados poderão ser renovados, desde que:

- a) o preço seja comprovadamente mais vantajoso;
- b) a possibilidade de renovação seja tratada na fase de planejamento da contratação (ETP);
- c) haja previsão expressa no edital e na ata de registro de preços;
- d) a prorrogação da ata de registro de preços ocorra dentro do prazo de sua vigência.

35.2. Da utilização da Ata de Registro de Preços por Órgão Não Participante

35.2.1. A adesão ao Registro de Preços fica condicionada ao atendimento das exigências dispostas no art. 124, § 1º ao § 8º do Decreto Estadual nº 28.874/2024, após autorização expressa do órgão gerenciador – **Superintendência Estadual de Compras e Licitações SUPEL**, através da Coordenadoria do Sistema de Registro de Preços, devendo o órgão gerenciador levar em consideração a observância dos limites individual e global previstos no dispositivo legal, além da necessidade de garantia da capacidade de fornecimento e observância da economia de escala.

35.2.2. **Conforme disposto no art. 121 do decreto estadual 28.874/2024, o limite individual da cada órgão ou entidade não participante será de um aumento de 50% do quantitativo registrado, ressalvado o disposto no art. 86, § 7º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.**

35.2.3. **O conjunto de solicitações de adesão, independente do órgão ou entidade solicitante, não poderá exceder ao limite global de duas vezes o quantitativo registrado, conforme § 3º do art. 124 do Decreto Estadual nº 28.874/24.**

35.2.4. A quantidade mínima para cada ordem de fornecimento para órgão/entidade não participante, será de 25% do quantitativo registrado, em atendimento à determinação do art. 121,III do Decreto Estadual nº 28.874/24. Em caso de quebra decimal em relação à quantidade do item, arredonda-se a quantidade "PARA MAIOR".

35.2.5. É facultada aos órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais a adesão a ata de registro de preços da Administração Pública Estadual.

35.2.6. A garantia da capacidade de fornecimento deverá ser demonstrada por meio de expressa autorização do fornecedor registrado na qual esteja consignada o compromisso de não descontinuar ou prejudicar a concretização do quantitativo registrado a despeito da adesão solicitada.

35.2.7. As solicitações de adesão deverão ser formalizadas por meio de requerimento específico instruído em processo administrativo próprio com documentos previstos no § 3º do art. 124 do Decreto Estadual nº 28.874/24.

35.3. Da revisão e cancelamento do Registro de Preços

35.3.1. Os preços registrados poderão ser revistos em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, observada a instrução processual respectiva, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, conforme disposto no art. 133 do Decreto Estadual nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024. Não cabe reajuste, repactuação ou reequilíbrio econômico em relação à ARP, uma vez que esses institutos estão relacionados à contratação (contrato administrativo em sentido amplo).

35.3.2. Os preços registrados serão mantidos inalterados por todo o período de vigência da Ata de Registro de Preços - ARP, admitida sua revisão para majorar ou minorar os preços registrados em casos excepcionais, nas hipóteses legais e considerando os preços vigentes de mercado.

35.3.3. A revisão de preços precederá de requerimento:

I - do detentor da ata, que deverá fazê-la antes do pedido de fornecimento e, instruindo seu pedido com documentação probatória de majoração de preço do mercado e a oneração de custos; ou

II - pelo órgão participante ou órgão interessado, comprovando por meio de pesquisas de preços que há minoração do valor originalmente registrado.

35.3.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador convocará o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado e, caso este não aceite a redução dos seus

preços aos valores praticados pelo mercado será liberado dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas, nos termos do art. 134, § 1º do Decreto Estadual nº 28.874/2024

35.3.5. Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital, nos termos do art. 135, § 2º do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

35.3.5.1. Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no art. 135, § 2º do Decreto Estadual nº 28.874/2024, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

35.3.6. Caso comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, poderá ser efetuada a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

35.3.6.1. O órgão gerenciador, em alternativa à atualização prevista no item 35.3.6, poderá liberar o fornecedor do compromisso sem aplicação de penalidades, convocando, posteriormente, os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

35.3.6.2. A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

35.3.7. O cancelamento do preço registrado, em conformidade com o artigo 136 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, poderá ocorrer por fato superveniente decorrente de caso fortuito ou força maior que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados, por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor.

35.3.7.1. O preço registrado, em atenção ao estabelecido pelo art. 136, inc. I a V do Decreto Estadual nº 28.874/2024, também poderá ser cancelado quando o fornecedor descumprir total ou parcialmente as condições previstas na Ata de Registro de Preços, não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, não aceitar reduzir o seu preço registrado na hipótese deste se tornar superior aqueles praticados no mercado ou sofrer sanção prevista na forma do Decreto Estadual nº 28.874/2024 em seu Capítulo VIII.

35.4. **Do Equilíbrio Econômico-Financeiro dos Contratos**

35.4.1. **Do reajuste**

35.4.1.1. O equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos é direito do contratado, sendo sua manutenção interesse público, conforme redação do *caput* do art. 150 do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

35.4.1.2. Para o reajustamento em sentido estrito aplicável a espécie de contrato de fornecimento, será adotado como referência o **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA** combinado, ou não, a outro índice específico de reajuste que observe o critério da especialidade e da setorialidade para o objeto contratual, conforme disposição do art. 150, § 1º c/c ao art. 156 do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

35.4.1.3. O pedido relacionado ao reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser apresentado pela contratada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do fato gerador de seu direito, a luz da disposição do art. 151 do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

35.4.1.4. Caso o pedido apontado no item anterior seja feito fora do prazo previsto, os efeitos financeiros serão contados a partir da data de recebimento do pedido pela contratante, sendo vedado ao ordenador de despesa conceder efeito retroativo aos efeitos financeiros, conforme disposição do art. 151, § 2º, do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

35.4.1.5. O prazo para resposta ao pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, será de até 15 dias úteis, a contar do recebimento da solicitação.

35.4.1.6. É nula de pleno direito qualquer estipulação de reajuste com periodicidade inferior a 1 (um) ano, a luz do entendimento do art. 154, § 5, do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

35.4.1.7. Os pedidos de reajustamento em sentido estrito, além da documentação específica relativa ao requerimento, deverão ser instruídos com:

I - requerimento expresso do contratado, contados da publicação do índice ajustado contratualmente, no caso de reajuste em sentido estrito, ou da entrada em vigor do acordo, convenção ou dissídio coletivo, no caso de repactuação;

II - análise técnica acerca da correção do requerimento do contratado, inclusive quanto aos cálculos, a ser realizada pela Pasta responsável pelo contrato;

III - documentação comprobatória da disponibilidade de recursos orçamentários previstos para fazer frente à despesa a ser assumida, como pedido de reserva ou documento equivalente, além da declaração da compatibilidade da despesa com a legislação orçamentária;

IV - autorização expressa por parte da autoridade máxima da Agência

35.4.1.8. Sem prejuízo do item anterior, o pedido de reajuste do contrato deverá ser devidamente fundamentado e instruído, com os seguintes documentos:

I - planilha de custos demonstrando a equação inicial do contrato, quando esta já não constar do processo licitatório; e

II - planilha de custos demonstrando a equação atual do contrato, a qual deverá demonstrar a variação do preço, levando em consideração o índice de reajuste pré-fixado no instrumento convocatório e no contrato.

35.4.1.9. Os reajustes a que o contratado fizer jus e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato, conforme disposição do Art. 153 do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

35.4.1.10. Quando, antes da data do reajustamento, já tiver ocorrido a revisão do contrato para a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, esta deverá ser levada em consideração quando da análise técnica acerca do reajuste, de modo a evitar a sobreposição indevida dos institutos, a luz da redação do Art. 154, § 4º, do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

35.4.1.11. Deverão ser excluídos do cálculo do efeito financeiro do reajustamento eventuais parcelas cuja execução ou fornecimento se encontrem atrasadas por culpa do contratado, a luz do entendimento do art. 154, § 5, do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

35.4.2. Da Revisão Contratual

35.4.2.1. Ao considerar a possibilidade de revisão contratual (revisão de preços ou recomposição), podendo se dar tanto a favor do contratado quanto da Administração contratante, é imperativo observar a apresentação da documentação relacionada no art. 164 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, de forma expressa.

35.4.2.2. A mera variação de preços ou flutuação cambial não é, por si só, suficiente para justificar a revisão contratual.

36. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL:

36.1. O Contrato terá vigência por 60 (sessenta) meses, a contar da data de sua assinatura, nos termos da Lei nº 14.133/21, respeitando-se os demais preceitos legais.

37. DA RESCISÃO CONTRATUAL:

37.1. A rescisão contratual poderá ter lugar de pleno direito se:

37.2. Durante a vigência do instrumento de contrato, a empresa CONTRATADA, sustar, interromper, deixar de entregar os itens/produtos solicitados pela CONTRATANTE, de acordo com o entendimento preconizado na Lei Federal 14.133/21, de 1º de abril de 2021.

37.3. Nos casos em que a empresa CONTRATADA receber da CONTRATANTE mais de 2 (duas) advertências formais, comunicando o não cumprimento da entrega dos materiais, sem justa causa,

ou prévia comunicação a administração;

37.4. A Administração utilizar-se-á da aplicação de juízo arbitral para dirimir conflitos relativos a direitos patrimoniais disponíveis, conforme disposto na Lei Estadual 4.007 e Lei n. 9.307, de 1996, alterada pela Lei Federal n. 13.129, de 2015. Tal medida visa o cumprimento ao Art. 11, do referido diploma legal.

38. DA ÉTICA, DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO:

38.1. Conforme prevê o art. 5º da Lei 14.133/21, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

39. PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS-ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE-EPP

39.1. A aplicação do Art. 8º do Decreto nº 21.675 de 03.03.2017, que reserva até 25% por item ou lote para a contratação de pequenas empresas, não é recomendada com base em considerações relacionadas à padronização, eficiência e otimização dos recursos na gestão da infraestrutura de T.I.

39.2. A estrita aplicação desse dispositivo resultaria na introdução de diferentes modelos e fabricantes de equipamentos, o que poderia acarretar potenciais impactos negativos. A diversidade de especificações técnicas dificultaria a padronização dos equipamentos, afetando a compatibilidade, interoperabilidade e a gestão simplificada dos sistemas. Além disso, administrar e manter um parque tecnológico com múltiplos modelos demandaria esforços adicionais, como treinamento, suporte técnico, logística e custos associados.

39.3. Considerando a natureza crítica dos sistemas e equipamentos de T.I., é crucial buscar a otimização dos recursos, garantindo eficiência e segurança na infraestrutura. Portanto, a não aplicação do dispositivo mencionado é justificada para manter a padronização, simplificar a gestão e otimizar os recursos disponíveis, assegurando uma governança adequada e o funcionamento adequado dos sistemas de T.I.

39.4. Ademais, o próprio caput do Art. 8º define que o dispositivo deve ser aplicado "desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo do objeto" o que, conforme pode ser depreendido do exposto, é exatamente o que ocorrerá no caso de sua aplicação plena.

39.5. Não obstante, é importante destacar que isso não impede que pequenas empresas participem e vençam a licitação, conforme estabelecido no §1º do Art. 8º do mesmo Decreto. Isso significa que as pequenas empresas têm a oportunidade de competir e serem contratadas dentro da cota principal, sem a necessidade de reservar uma cota específica para elas. Essa abordagem permite uma competição mais equilibrada e flexível, mantendo a eficiência e a otimização dos recursos.

40. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

40.1. A aquisição, do objeto, desta licitação, obedecerá aos critérios de sustentabilidade ambiental contidos no Art. 5º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG e no Art. 6º, do Decreto nº 21.264/2016, do Governo do Estado de Rondônia, no que couber.

40.2. A empresa a ser CONTRATADA deverá cumprir as orientações da Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, referente aos critérios de Sustentabilidade Ambiental, em seus Artigos 5º e 6º, no que couber bem como, o artigo 6º, inciso I do Decreto Estadual n. 21.264/2016.

41. DA ANÁLISE E GESTÃO DE RISCO

41.1. A lei de licitações e contratos administrativos confere especial importância à etapa de planejamento das contratações públicas. Orienta o gestor sobre os itens que devem analisar para assegurar uma licitação robusta. Neles se destaca a chamada "matriz/análise de riscos", instrumento relevante da etapa instrutória do processo de licitação.

41.2. Assim definida para os fins da Lei nº 14.133/2021 em seu art. 6º inciso XXVII traz que:

41.3. Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

XXVII – matriz de riscos: cláusula contratual definidora de riscos e de responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

a) listagem de possíveis eventos supervenientes à assinatura do contrato que possam causar impacto em seu equilíbrio econômico-financeiro e previsão de eventual necessidade de prorrogação de termo aditivo por ocasião de sua ocorrência;

b) no caso de obrigações de resultado, estabelecimento das frações do objeto com relação às quais haverá liberdade para os contratados inovarem em soluções metodológicas ou tecnológicas, em termos de modificação das soluções previamente delineadas no anteprojeto ou no projeto básico;

c) no caso de obrigações de meio, estabelecimento preciso das frações do objeto com relação às quais não haverá liberdade para os contratados inovarem em soluções metodológicas ou tecnológicas, devendo haver obrigação de aderência entre a execução e a solução predefinida no anteprojeto ou no projeto básico, consideradas as características do regime de execução no caso de obras e serviços de engenharia;

...

Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:

I - assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;

II - assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição;

III - evitar contratações com sobre-preço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos;

IV - incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.

Parágrafo único. A alta administração do órgão ou entidade é responsável pela governança das contratações e deve implementar processos e estruturas, inclusive de gestão de riscos e controles internos, para avaliar, direcionar e monitorar os processos licitatórios e os respectivos contratos, com o intuito de alcançar os objetivos estabelecidos no **caput** deste artigo, promover um ambiente íntegro e confiável, assegurar o alinhamento das contratações ao planejamento estratégico e às leis orçamentárias e promover eficiência, efetividade e eficácia em suas contratações.

...

Art. 169. As contratações públicas deverão submeter-se a práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo, inclusive mediante adoção de recursos de tecnologia da informação, e, além de estar subordinadas ao controle social, sujeitar-se-ão às seguintes linhas de defesa:

I - primeira linha de defesa, integrada por servidores e empregados públicos, agentes de licitação e autoridades que atuam na estrutura de governança do órgão ou entidade;

II - segunda linha de defesa, integrada pelas unidades de assessoramento jurídico e de controle interno do próprio órgão ou entidade;

III - terceira linha de defesa, integrada pelo órgão central de controle interno da Administração e pelo tribunal de contas.

§ 1º Na forma de regulamento, a implementação das práticas a que se refere o **caput** deste artigo será de responsabilidade da alta administração do órgão ou entidade e levará em consideração os custos e os benefícios decorrentes de sua implementação, optando-se pelas medidas que promovam relações íntegras e confiáveis, com segurança jurídica para todos os envolvidos, e que produzam o resultado mais vantajoso para a Administração, com eficiência, eficácia e efetividade nas contratações públicas.

§ 2º Para a realização de suas atividades, os órgãos de controle deverão ter acesso irrestrito aos documentos e às informações necessárias à realização dos trabalhos, inclusive aos documentos classificados pelo órgão ou entidade nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e o órgão de controle com o qual foi compartilhada eventual informação sigilosa tornar-se-á corresponsável pela manutenção do seu sigilo.

§ 3º Os integrantes das linhas de defesa a que se referem os incisos I, II e III do **caput** deste artigo observarão o seguinte:

I - quando constatarem simples impropriedade formal, adotarão medidas para o seu saneamento e para a mitigação de riscos de sua nova ocorrência, preferencialmente com o aperfeiçoamento dos controles preventivos e com a capacitação dos agentes públicos responsáveis;

II - quando constatarem irregularidade que configure dano à Administração, sem prejuízo das medidas previstas no inciso I deste § 3º, adotarão as providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, observadas a segregação de funções e a necessidade de individualização das condutas, bem como remeterão ao Ministério Público competente cópias dos documentos cabíveis para a apuração dos ilícitos de sua competência.

41.4. Nesses termos, o Mapa de Risco 41 (0058503021).

42. DAS CONDIÇÕES GERAIS

42.1. A CONTRATADA se compromete a cumprir a execução do Contrato de acordo com as normas mais elevadas de competência e integridade ética e profissional.

42.2. O cancelamento da Nota de Empenho poderá ter lugar, de pleno direito se a empresa não atender as solicitações dentro dos prazos estipulados, bem como a entrega de produtos fora das especificações exigidas, e, caso isto ocorra, poderá ser convocada a segunda empresa colocada no certame licitatório para efetuar a entrega dos produtos, em iguais condições do primeiro colocado, e assim sucessivamente por ordem de classificação; ou ainda procedendo a Administração ao cancelamento do certame, caso prejudicada a finalidade pública da contratação quanto ao prazo e evolução mercadológica.

42.3. As omissões, dúvidas e casos não previstos neste instrumento, serão resolvidos e decididos aplicando as regras contratuais e a Lei Federal nº 14.133/21.

42.4. Não constituirão faltas contratuais os atrasos das partes contratantes no cumprimento de suas obrigações, quando decorrentes de força maior ou caso fortuito, como previsto no Art. 393 do Código Civil, desde que oportunamente comunicados e comprovados. Ocorrida tal hipótese, conceder-se-á à parte inadimplente, prorrogação de prazo necessário ao cumprimento da obrigação;

42.5. Se, de acordo com o procedimento administrativo, ficar comprovado que um funcionário da Contratada, ou quem atue em seu lugar, incorreu em práticas corruptas, a Administração poderá declarar a contratada e/ou seus funcionários diretamente envolvidos em práticas corruptas inelegíveis, temporária ou permanentemente, para participar de futuras licitações ou contratos.

42.6. Na ausência de prazos definidos neste instrumento, salvo justificativa da Administração, entenda-se 05 (cinco) dias úteis para atuação dos agentes envolvidos, em consonância com a Lei 9.784/99.

43. DOS ANEXOS

43.1. Fazem parte indissociável deste Termo de Referência:

- a) **ANEXO I - Minuta de Contrato (69976519); e**
- b) **ANEXO II - SAMS (73103334).**

Porto Velho/RO, 09 de junho de 2026.

Elaboração:

SANDRA REGINA MILANI CHAGAS

Equipe de Contratações - Portaria nº 177, de 05 de março de 2026

FELIPE CÂMARA
Equipe de Contratações - Portaria nº 177, de 05 de março de 2026

APROVO o presente Termo de Referência e Anexos, declaro e dou fé às laudas.

JULIO CESAR ROCHA PERES

Ordenador de Despesas
Presidente FESA/IDARON



Documento assinado eletronicamente por **Sandra Regina Milani Chagas, Administrador(a)**, em 09/06/2026, às 12:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Camara do Vale Bezerra, Coordenador(a)**, em 09/06/2026, às 12:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **JULIO CESAR ROCHA PERES, Presidente**, em 09/06/2026, às 13:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **73103200** e o código CRC **E1A02B3D**.

Referência: Caso responda este Termo de Referência, indicar expressamente o Processo nº 0015.002712/2025-61

SEI nº 73103200



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia - IDARON
Divisão de Aquisição e Contratação - IDARON-DIAC

SAMS

Órgão Requisitante: Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia – IDARON e Fundo Estadual de Sanidade Animal - FESA

Nº. Processo: 0015.002712/2025-61

Fonte de Recurso: 17590 Rec. Diret. Arrec. Entidade **Programa Atividade:** 20.609.2095.1276

Elemento de Despesa: 4.4.90.52.35

Exposição de Motivo: Registro de Preço para futura e eventual aquisição de Desktops, conforme estudo técnico preliminar e adendo com as especificações, justificativas e quantitativos anexados ao presente processo.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	<p>1. Processador: Intel com lançamento em 2024 ou superior, tecnologia vPro, no mínimo 14 núcleos físicos, 20 threads, e 24MB de cache.</p> <p>2. Memória RAM: No mínimo 16GB DDR5, com ao menos 1 slot livre para expansão até 64GB.</p> <p>3. Armazenamento: SSD NVMe M.2 PCIe com 256GB ou superior, padrão OPAL 2.0, TLC ou MLC, com velocidade de leitura mínima de 3.300 Mbps e escrita de 2.500 Mbps; 1 slot livre para expansão com SSD ou HDD SATA 3.</p> <p>4. Placa-mãe: deve ser do mesmo fabricante do computador ou construído sob sua especificação exclusiva; compatível com 2 discos NVMe; Chipset Intel Q670 ou equivalente/superior; suporte à tecnologia vPro.</p> <p>5. Conectores mínimos: - Traseira: 3 USB 3.2+, 3 saídas de vídeo</p>				

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	<p>(HDMI/DisplayPort) com uso simultâneo;</p> <p>- Frontal: 2 USB 3.2+ (incluindo 1 tipo C), 1 P2 áudio combo;</p> <p>- Rede: RJ45 Gigabit Ethernet com suporte a vPro.</p> <p>6. BIOS/UEFI: Desenvolvida pelo mesmo fabricante ou sob sua especificação; Compatível com Intel vPro; Em conformidade com NIST 800-147, com suporte a criptografia, verificação de integridade, proteção contra alterações não autorizadas e recurso de recuperação nativo via internet (sem mídia externa).</p> <p>7. Placa de vídeo: integrada com suporte simultâneo a 3 monitores (sem espelhamento, sem adaptadores externos); pelo menos 1 HDMI e 1 DisplayPort; resolução mínima 1920x1080 a 60Hz.</p> <p>8. Formato e gabinete: Micro Form Factor (MFF), volume máximo 1,5L, em aço ou liga metálica, com sistema Tool Less, alto-falante interno, cor preta ou cinza, uso horizontal ou vertical.</p> <p>9. Fonte: Bivolt automática, tomada padrão NBR 14136.</p> <p>10. Periféricos e acessórios: - Teclado ABNT2 USB, com teclas multimídia, do mesmo fabricante; - Mouse óptico USB (mín. 1000 dpi), do mesmo fabricante; - Mousepad com apoio em gel; - Cabos e acessórios necessários ao funcionamento incluídos.</p> <p>11. Linha corporativa e certificações: - Linha corporativa homologada para uso empresarial;</p> <p>11.1 Certificações exigidas: - ISO 9001, ISO 14001; - ENERGY STAR®, EPEAT Silver ou superior; - RoHS, SCCM certificado, RBA Members, TCG Members; - Garantia de disponibilidade de peças por ao menos 5 anos;</p> <p>12. Garantia e suporte</p>	unid	500		

ITEM	técnico: ESPECIFICAÇÃO: Mínimo de 60 meses on-site;	UNID	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	Atendimento realizado pelo fabricante ou assistência autorizada com vínculo formal; Atendimento em Porto Velho/RO obrigatório.				
Carimbo do CNPJ/CPF-ME:	Local:	Responsável pela cotação da Empresa:	USO EXCLUSIVO DA FESA/IDARON	Valor da Proposta	
	Data:	Fone:		Validade Proposta:	
	Banco: Agência: C/C:	Assinatura:		Prazo de Entrega do Bem:	
OBS:	As empresas vencedoras deverão apresentar no ato da entrega do objeto, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, os seguintes documentos: a) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; b) Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT); d) Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda Estadual; e) Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda Municipal.				

Julio Cesar Rocha Peres

Mat. 3000447**

Presidente FESA/IDARON



Documento assinado eletronicamente por **Sandra Regina Milani Chagas, Administrador(a)**, em 09/06/2026, às 12:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **JULIO CESAR ROCHA PERES, Presidente**, em 09/06/2026, às 13:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Camara do Vale Bezerra, Coordenador(a)**, em 09/06/2026, às 13:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **73103334** e o código CRC **68D63F7F**.

Referência: Caso responda este(a) SAMS, indicar expressamente o Processo nº 0015.002712/2025-61

SEI nº 73103334

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.(A)	EMP 1	EMP 2	EMP 3	PREÇO MÍNIMO (D)	PREÇO MÉDIO (E)	PREÇO MEDIANO (F)	DESVIO PADRÃO	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO	PARAMETRO UTILIZADO (MÍNIMO/MÉDIO)	SUBTOTAL GERAL [F + G]
1	1. Processador: Intel com lançamento em 2024 ou superior, tecnologia vPro, no mínimo 14 núcleos físicos, 20 threads, e 24MB de cache.2. Memória RAM: No mínimo 16GB DDR5, com ao menos 1 slot livre para expansão até 64GB.3. Armazenamento: SSD NVMe M.2 PCIe com 256GB ou superior, padrão OPAL 2.0, TLC ou MLC, com velocidade de leitura mínima de 3.300 Mbps e escrita de 2.500 Mbps; 1 slot livre para expansão com SSD ou HDD SATA 3.4. Placa-mãe: deve ser do mesmo fabricante do computador ou construído sob sua especificação exclusiva; compatível com 2 discos NVMe; Chipset Intel Q670 ou equivalente/superior; suporte à tecnologia vPro.5	unid	500	8.830,00	9.571,00	8.434,00	8.434,00	R\$ 8.945,00	8.830,00	577,16	6,45%	MÉDIO	R\$ 4.472.500,00
							VALOR TOTAL						R\$ 4.472.500,00
<div><div>LEGENDA: NC = Não encontrado</div><div>NOTA EXPLICATIVA: IDENTIFICAÇÃO DAS COTAÇÕES</div></div> <div><div>EMP1 EMP2 EMP3 EMP4 EMP5 EMP6</div><div>BANCO DE PREÇOS DOMÍNIO AMPLO DOMÍNIO AMPLO</div></div>													
1) As descrições foram reduzidas neste quadro comparativo, porém se encontra completas no termo de referência ().													



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia - IDARON
Coordenadoria de Tecnologia de Informação e Comunicação - IDARON-COTIC

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Objeto: Registro de Preço para futura aquisição de Computadores Desktop

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (ART. 34, INCISO I)

A presente contratação visa atender à necessidade institucional da Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia – IDARON, com recursos do FUNDO ESTADUAL DE SANIDADE ANIMAL - FESA, quanto à aquisição de ferramenta de tecnologia informatizada, essencial para assegurar a continuidade e a eficiência dos serviços administrativos e técnicos prestados pela autarquia.

A solução proposta tem como objetivos principais:

- **substituir as ferramentas tecnológicas atualmente em uso**, que se encontram sem garantia de suporte técnico, com obsolescência tecnológica identificada ou com defeitos irreparáveis, comprometendo a estabilidade e a confiabilidade das atividades operacionais; e
- **expandir o parque tecnológico da Agência**, diante do crescimento das demandas institucionais e da necessidade de ampliar o atendimento a novos usuários e frentes de trabalho, em consonância com o plano de modernização da infraestrutura de tecnologia da informação.

Diversos setores são impactados diretamente:

- **Setores Administrativos:** dependem de soluções informatizadas atualizadas e funcionais para executar rotinas críticas, como gestão de recursos humanos, contabilidade, contratos, execução orçamentária e financeira, controle de pagamentos, entre outros.
- **Setor de Tecnologia da Informação (TI):** é responsável pela gestão e manutenção do parque computacional, bem como pelo desenvolvimento e suporte contínuo dos sistemas internos utilizados pela Agência. A nova contratação deve promover maior compatibilidade com os recursos existentes e permitir avanços em desempenho, segurança e escalabilidade.
- **Técnicos e fiscais agropecuários:** são usuários diretos dos sistemas da Agência em atividades finalísticas como emissão de documentos sanitários, fiscalização e atendimento ao público, exigindo acesso constante e confiável a ferramentas informatizadas modernas.
- **Produtores rurais e demais usuários externos:** são beneficiários indiretos da modernização, pois a qualidade e agilidade do serviço prestado pela IDARON dependem diretamente da eficiência e estabilidade da infraestrutura tecnológica utilizada internamente.

A contratação está contemplada no Plano Anual de Contratações da IDARON, conforme planejamento institucional, e atende às diretrizes de melhoria contínua da administração pública, tendo como base a Lei 14133 de 01 de abril de 2021 e o Decreto Estadual 28874 de 25 de janeiro de 2024.

2. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (ART. 34, INCISO II)

A contratação visa atender às necessidades operacionais da Agência IDARON, com recursos oriundos do FESA/RO, por meio da disponibilização de estações de trabalho com desempenho compatível com as atividades administrativas e finalísticas da autarquia, assegurando confiabilidade, compatibilidade com os sistemas internos e aderência à infraestrutura tecnológica já implantada.

Os requisitos mínimos estabelecidos, independentemente da forma de atendimento da demanda (compra,

locação, outsourcing, etc.), são:

1. Requisitos Técnicos:

- Capacidade de processamento compatível com multitarefas, aplicações em rede e sistemas institucionais;
- Memória RAM mínima de 16 GB, com possibilidade de expansão;
- Armazenamento interno mínimo de 240 GB;
- Compatibilidade com ferramentas de gerenciamento remoto atualmente utilizadas pela autarquia;
- Componentes principais (placa-mãe, gabinete, fonte) integrados e do mesmo fabricante, com certificação de eficiência energética;
- Inclusão de periféricos básicos (teclado padrão ABNT2, mouse óptico e cabo), permitindo operação imediata.

2. Requisitos Operacionais e de Suporte:

- Atendimento técnico especializado, com manutenção no local (on-site);
- Cobertura de suporte e reposição de peças durante o período de garantia;
- Integração plena com a rede lógica e os sistemas operacionais da instituição.

Considerando o histórico institucional da IDARON, que atualmente possui mais de mil estações de trabalho adquiridas em ciclos anteriores com padrão de qualidade corporativo, os requisitos aqui descritos visam garantir a continuidade da padronização do parque computacional, a integridade da gestão de ativos de TI e a eficiência operacional da equipe técnica.

Além disso, os equipamentos deverão atender a critérios reconhecidos de qualidade, durabilidade, eficiência energética e responsabilidade ambiental, podendo ser exigidas certificações internacionalmente aceitas, conforme será detalhado no Termo de Referência. Tais exigências visam evitar a aquisição de equipamentos de baixa confiabilidade, cuja adoção comprometeria a continuidade dos serviços prestados pela autarquia.

A análise das soluções disponíveis no mercado e a justificativa técnica e econômica da escolha da alternativa mais vantajosa constarão no item seguinte deste Estudo Técnico Preliminar.

3. LEVANTAMENTO DE MERCADO (ART. 34, INCISO III)

Foi realizado levantamento de mercado com o objetivo de identificar as soluções tecnológicas atualmente disponíveis que atendam aos requisitos operacionais da Agência IDARON. A seguir, apresenta-se a análise das principais alternativas e a justificativa técnica e econômica da solução mais vantajosa.

a) Indicação das soluções oferecidas pelo mercado

Foram identificadas as seguintes alternativas:

Estações de trabalho corporativas com suporte técnico no local (on-site) – equipamentos voltados ao mercado institucional, com garantia estendida, recursos de gerenciamento remoto e maior durabilidade;

Equipamentos domésticos de baixo custo (home/office) – voltados ao consumidor final, com garantias reduzidas, desempenho limitado e ausência de estrutura de suporte técnico no local;

Workstations de alto desempenho – máquinas robustas, voltadas para aplicações como modelagem 3D, análises de big data ou engenharia pesada, com custo significativamente elevado;

Thin clients com processamento em nuvem – exigem infraestrutura de virtualização, alto investimento inicial e mudança completa na arquitetura de TI da instituição;

Locação de equipamentos – modalidade alternativa, porém com valores mensais elevados para equipamentos corporativos de alta durabilidade, além de riscos contratuais relacionados à manutenção, cobertura de danos e logística.

b) Comparação das alternativas disponíveis

Alternativa	Vantagens	Desvantagens
Aquisição - Linha corporativa com suporte on-site	Confiabilidade, durabilidade, gerenciamento remoto, padronização	Custo intermediário
Aquisição - Equipamentos domésticos (home/office)	Custo inicial reduzido	Baixa durabilidade, suporte limitado, incompatível com gestão centralizada

Aquisição - Workstations	Alto desempenho	Custo muito elevado e desnecessário à maioria das rotinas da autarquia. Um processo específico está em andamento para essa aquisição.
Aquisição - Thin clients	Consumo de energia reduzido, centralização	Exige infraestrutura de virtualização, investimento alto, dependência de rede
Locação	Substituição rápida, manutenção incluída	Custo mensal elevado, riscos contratuais, dependência externa

c) Justificativa técnica e econômica da escolha

Dentre as opções avaliadas, a **aquisição de estações de trabalho** corporativas mostrou-se a solução mais adequada às necessidades da IDARON, considerando os seguintes fatores:

1. Compatibilidade com a infraestrutura de gerenciamento remoto (Intel EMA)

Atualmente, a IDARON possui 1.085 equipamentos compatíveis com a tecnologia Intel vPro, gerenciados de forma centralizada por meio da plataforma Intel EMA (figura 1 abaixo). Esta plataforma permite ações como desligamento remoto, atualização de BIOS, inventário e suporte à distância. Essa funcionalidade é especialmente importante pois cerca de 80% das estações de trabalho da Idaron estão em prédios descentralizados (interior), enquanto a equipe de T.I., que é bastante reduzida e fica centralizada em Porto Velho, na Sede. Assim, a plataforma auxilia no suporte e manutenção dessas estações. A adoção de equipamentos incompatíveis com vPro exigiria a substituição da solução de gerenciamento, com impacto financeiro, técnico e operacional relevante. A continuidade do padrão vPro é, portanto, tecnicamente essencial.

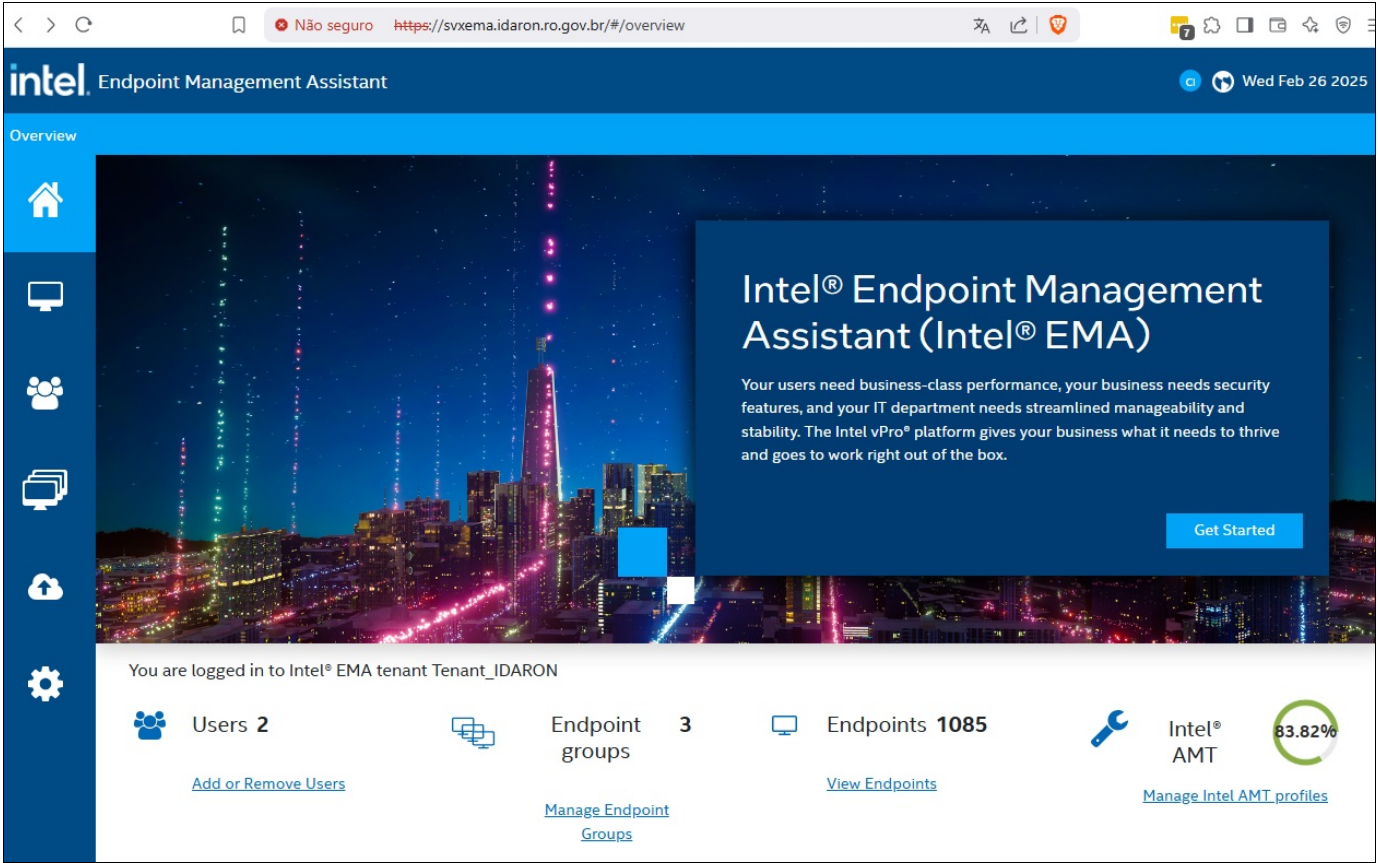


Figura 1: Dashboard do ambiente Intel EMA exibindo as estações de trabalho gerenciadas

2. Justificativa para a garantia estendida de 60 meses on-site

A experiência da IDARON mostra que a maioria das falhas ocorre no 4º e 5º anos de uso dos equipamentos. Dados históricos (2019 a 2024, referente a 486 estações adquiridas com essas características em 2019) evidenciam crescimento no número de chamados após o 3º ano (Relatório em anexo 0061084713). Em contrapartida, a adoção de garantia estendida elimina a necessidade de contratos de manutenção corretiva, elimina a necessidade de aquisição e estoque de peças com grande fator de obsolescência para reposição (processador, memória e placa-mãe), reduz a ociosidade por falhas e coincide com o ciclo de depreciação contábil do bem (5 anos), conforme boas práticas de gestão de ativos públicos. A contratação com garantia estendida tem sido, inclusive, a prática adotada pela IDARON desde 2017, com sucesso comprovado, alguns exemplo, são os seguintes:

Processo	Bem	Período de Garantia
0015.278735/2018-15	Impressoras Laser	36 meses
0015.326630/2018-80	Scanner de Mesa	36 meses
0015.389624/2018-33	Computadores Desktop	60 meses
0015.207088/2019-48	Computadores Desktop	60 meses
0015.046397/2020-79	Solução de Backup	60 meses
0015.102691/2020-78	Servidores Hyperconvergentes	36 meses
01-1914.00013-0000/2017 (Processo Físico) e 0015.521847/2021-05	Servidores Hyperconvergentes e Expansão de Garantia/Suporte	36 + 24 meses
0015.073704/2022-56	Notebooks	36 meses

3. Padronização e exclusão de fabricantes genéricos

A padronização do parque computacional é essencial para garantir estabilidade operacional, simplificação da manutenção, segurança e compatibilidade entre sistemas. A aquisição de equipamentos corporativos com certificações internacionais (ex: ENERGY STAR, EPEAT, RoHS), componentes originais do mesmo fabricante, e suporte oficial autorizado no Brasil serve como barreira técnica legítima contra fabricantes de baixa reputação e soluções montadas de forma não padronizada, sem comprometer a legalidade da licitação.

4. Análise econômica e custo-benefício

Embora o custo inicial das estações corporativas seja superior ao de equipamentos domésticos, o custo total de propriedade (TCO) é menor, considerando:

- Menor taxa de falhas;
- Suporte técnico eficiente;
- Menor tempo de inatividade;
- Eliminação de contratos paralelos de manutenção;
- Longevidade compatível com o ciclo de depreciação.

5. Razoabilidade na comparação com outras soluções

As alternativas de thin clients e locação foram avaliadas e descartadas com base:

No custo total elevado para atender a uma estrutura distribuída em dezenas de municípios;

Na dependência de redes locais estáveis (inviável em várias unidades);

E na incompatibilidade com os sistemas internos que exigem processamento local, sendo essa menos expressiva, porém ainda existente.

A opção pela aquisição de estações de trabalho da linha corporativa com garantia de 60 meses on-site, suporte autorizado, compatibilidade com Intel EMA e padrão técnico consolidado, representa a solução mais vantajosa sob os aspectos técnicos, operacionais e econômicos, atendendo aos princípios da eficiência, padronização, economicidade e sustentabilidade (art. 5º da Lei nº 14.133/2021, art. 11 da IN nº 94/2022 e art. 34, III do Decreto Estadual nº 28.874/2024).

d) Exemplos de equipamentos analisados no levantamento de mercado

Como parte do levantamento técnico e econômico que embasa a escolha da solução, foram identificados equipamentos ofertados por fabricantes consolidados no segmento corporativo, cujas características atendem aos requisitos mínimos definidos neste ETP. Esses modelos são utilizados como referência de mercado, e não como exigência específica, servindo exclusivamente para ilustrar a viabilidade técnica e os parâmetros de qualidade esperados. Dentre os equipamentos analisados, destacam-se Lenovo M70q GEN5, Dell Optiplex 7020, HP 800 G9 Mini.

Ressalta-se que, nos termos do art. 34, inciso III, do Decreto Estadual nº 28.874/2024, o presente levantamento de mercado contemplou a análise das principais alternativas disponíveis para atendimento da demanda, incluindo aquisição, locação, soluções baseadas em virtualização e demais arranjos possíveis, tendo sido consideradas, ainda, contratações similares realizadas por outros órgãos públicos. As alternativas foram avaliadas sob os aspectos técnicos, operacionais e econômicos, sendo selecionada a solução mais vantajosa à Administração, conforme justificativas apresentadas.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (ART. 34, INCISO IV)

A solução definida com base no levantamento de mercado e na análise técnica realizada consiste na aquisição

de estações de trabalho corporativas (computadores desktop), com periféricos essenciais (teclado, mouse e cabos), destinadas à substituição gradativa dos equipamentos obsoletos ou sem garantia atualmente em uso na Agência IDARON.

Trata-se de solução consolidada, aderente às necessidades da autarquia, com vantagens operacionais, logísticas, financeiras e de suporte técnico. A adoção dessa solução assegura a continuidade das atividades finalísticas e administrativas da instituição, com foco em desempenho, compatibilidade, padronização e economicidade.

A seguir, detalham-se os principais elementos que compõem a solução proposta:

a) Padrão técnico e operacional

As estações de trabalho deverão pertencer à linha corporativa do fabricante, com robustez e durabilidade compatíveis com o uso contínuo em ambientes institucionais. Os equipamentos deverão possuir:

- Configuração mínima compatível com multitarefas, aplicações web e sistemas internos;
- Compatibilidade com o ambiente de gerenciamento remoto da IDARON, baseado na plataforma Intel EMA, que exige suporte à tecnologia Intel vPro;
- Certificação de eficiência energética e responsabilidade ambiental;
- Gabinetes do tipo Small Form Factor (SFF) ou Mini Form Factor (MFF), visando economia de espaço e facilidade de manutenção.

b) Periféricos e acessórios

Cada unidade deverá ser entregue com os seguintes itens inclusos:

- Teclado padrão ABNT2 (USB);
- Mouse óptico com conexão USB;
- Cabo de alimentação e conectividade compatível;
- Manual do equipamento (físico ou digital).

Observa-se que a presente contratação não inclui monitores, uma vez que o parque atual da IDARON já está adequadamente suprido por meio de aquisições recentes. Foram adquiridas:

- 486 monitores em 2019, juntamente com estações de trabalho da mesma geração;
- 60 monitores em 2020, também vinculados a renovações pontuais de equipamentos;
- 400 monitores em 2023, juntamente com estações de trabalho adquiridas naquele ano;
- E, mais recentemente, 320 monitores em 2024, destinados à utilização como segunda tela em ambientes administrativos e técnicos.

Considerando que monitores, diferentemente de computadores, não sofrem degradação significativa de desempenho ao longo do tempo e apresentam menor incidência de falhas de hardware, a infraestrutura atual se mostra suficiente para suportar a substituição dos gabinetes prevista nesta contratação. Assim, não há necessidade técnica ou econômica de aquisição de novos monitores neste momento, e o objeto da contratação restringe-se aos gabinetes (estações de trabalho) e periféricos de entrada (teclado e mouse).

c) Garantia e manutenção

Todos os equipamentos deverão possuir garantia mínima de 60 (sessenta) meses com atendimento técnico on-site, prestado diretamente pelo fabricante ou por assistência técnica oficialmente autorizada. O suporte deverá abranger:

- Substituição de peças defeituosas (incluindo placa-mãe, fonte, memória, teclado, mouse);
- Atendimento local (na unidade da IDARON) em prazo previamente definido no edital;
- Suporte para eventuais atualizações de firmware/BIOS e assistência na manutenção preventiva ou corretiva durante o período de garantia.

A exigência de garantia estendida justifica-se pela experiência institucional anterior, que demonstrou elevação significativa nas falhas de hardware a partir do 4º ano de uso, coincidindo com o ciclo de depreciação contábil do bem.

Além disso, ressalta-se uma experiência institucional relevante com computadores da marca Dell adquiridos em 2019, durante a vigência da garantia de 60 meses. Em diversos desses equipamentos, foi observado um problema crítico após a realização de atualizações de firmware, especialmente da BIOS, por meio dos próprios utilitários oficiais disponibilizados pelo fabricante (como o Dell Support Assist). Tais atualizações, realizadas conforme orientações padrão e sem qualquer intervenção indevida, resultaram em falhas irreversíveis, tornando os equipamentos completamente inutilizáveis — condição tecnicamente conhecida como “brick”, termo usado na área de tecnologia para descrever quando um dispositivo deixa de funcionar de forma definitiva, assemelhando-se a um “tijolo” (sem capacidade de inicialização, uso ou recuperação convencional).

Durante o período de garantia, o fabricante realizava a substituição das placas-mãe afetadas sem custos. No entanto, após o término da cobertura contratual, a situação se repetiu em oito estações de trabalho, sendo cinco após atualização de BIOS e três após outras atualizações, totalizando a perda definitiva dos equipamentos. A equipe técnica da IDARON formalizou contato com o fabricante, relatando o ocorrido e solicitando suporte ou orientação para solução, mas não obteve qualquer retorno.

Esse histórico demonstra a importância de, sempre que possível, prever cláusulas contratuais que obriguem o fabricante a se responsabilizar também por falhas causadas por seus próprios sistemas de atualização, mesmo após o término da garantia formal, ou ao menos exigir medidas preventivas, como a suspensão da distribuição de atualizações problemáticas ou a emissão de alertas técnicos. Tal providência contribuiria para proteger a Administração Pública de prejuízos oriundos de falhas cuja origem está, claramente, no controle do fornecedor.

d) Escalabilidade e compatibilidade

A contratação será realizada por meio de Ata de Registro de Preços, permitindo a aquisição escalonada conforme as necessidades ao longo da vigência da ata. A solução garante:

- Substituição gradual dos equipamentos antigos;
- Previsibilidade orçamentária;
- Redução de riscos operacionais;
- Possibilidade de atender também demandas futuras (ex: novos postos de trabalho).

Todos os equipamentos deverão ser compatíveis com os sistemas operacionais, aplicativos e rede lógica atualmente utilizados pela IDARON.

e) Sustentabilidade

A solução prevê a aquisição de equipamentos com certificações de sustentabilidade reconhecidas internacionalmente, como:

- ENERGY STAR® – eficiência energética;
- EPEAT® Bronze ou superior – avaliação do ciclo de vida ambiental;
- RoHS – restrição ao uso de substâncias perigosas.

Tais exigências visam reduzir o consumo de energia, estender a vida útil dos equipamentos e minimizar impactos ambientais relacionados ao descarte e reposição prematura, bem como riscos relacionados a utilização dos equipamentos.

f) Justificativa da solução consolidada

A proposta garante aderência aos princípios da eficiência, economicidade, continuidade dos serviços públicos e padronização tecnológica, conforme art. 5º da Lei nº 14.133/2021. A contratação de equipamentos compatíveis com o parque atual assegura melhor aproveitamento de recursos humanos e materiais, reduz tempo de inatividade e fortalece a governança de TI da autarquia.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS (ART. 34, INCISO V)

A estimativa das quantidades a serem contratadas foi calculada com base no histórico de falhas registradas nos computadores adquiridos entre 2018 e 2019, os quais já não possuem mais garantia vigente, e na necessidade projetada de substituição desses equipamentos ao longo do próximo ano.

Como já aventado, a IDARON possui um parque computacional de 916 computadores Desktop, sendo que 516 foram adquiridos entre 2019 e 2020 e já estão fora da garantia. Durante os cinco anos de vigência da garantia desses equipamentos, foram registrados os seguintes números de chamados técnicos:

- 2019 - 3 chamados
- 2020 - 5 chamados
- 2021 - 25 chamados
- 2022 - 35 chamados
- 2023 - 28 chamados
- 2024 - 44 chamados

Observa-se que o número de chamados aumentou progressivamente ao longo dos anos, atingindo seu pico no último ano de garantia (2024). Esse comportamento reforça a tendência de que a falha de hardware se torna mais frequente no final do ciclo de vida útil do equipamento, principalmente em relação a problemas na placa-mãe.

Em 2025, com o término da garantia, já foram substituídos 8 computadores devido a falha de hardware irreparável, sendo que essas máquinas foram remanejadas de outras unidades ou substituídas temporariamente por notebooks.

Com base no histórico de chamados técnicos e considerando que, no último ano de garantia, foram registradas 44 ocorrências, estima-se que entre 40% e 50% (206 a 258) dos 516 computadores atualmente sem cobertura contratual possam apresentar falhas ao longo do próximo ano.

A taxa de falhas projetada (40% a 50%) foi estimada com base na progressão histórica dos chamados técnicos ao longo do ciclo de vida dos equipamentos, especialmente no último ano de garantia (44 ocorrências), sendo adotado critério conservador para dimensionamento da demanda.

Diante desse cenário, foi estabelecida a previsão inicial de até 240 unidades para atendimento da demanda no período ordinário da Ata de Registro de Preços (ARP).

Adicionalmente, considerando a possibilidade de prorrogação da vigência da ARP, bem como a necessidade de atendimento de demandas futuras e a adoção de margem de segurança para mitigação de riscos operacionais, **o quantitativo total a ser registrado foi definido em 500 unidades**, correspondente ao dobro da estimativa inicial (480 unidades) acrescido de ajuste de arredondamento e segurança.

1. Histórico de Compras e Política de Substituição

Até 2018, a IDARON adotava uma política de aquisição esporádica de computadores, complementada pela compra de peças avulsas (placa-mãe, processadores, memórias, etc.) para remontagem de máquinas danificadas. Isso resultava em computadores desfigurados e que ficavam em uso por até uma década, sendo recondicionado constantemente até que não fosse mais possível.

Em 2019, a prática foi alterada, passando a priorizar a aquisição de garantia estendida em vez da compra de peças para manutenção interna. Considerando a defasagem do parque na ocasião, foi realizado um processo de renovação total dos computadores, finalizado em 2023, garantindo que 100% dos equipamentos fossem substituídos dentro de um planejamento estruturado.

Atualmente, o planejamento realizado prevê que equipamentos com mais de 5 anos de uso que apresentem defeitos de hardware devem ser substituídos, e não mais consertados. Como essa é a primeira vez que o órgão enfrenta um ciclo de renovação por esgotamento da vida útil dos equipamentos, não há experiência anterior consolidada para referência, reforçando a necessidade de uma estimativa conservadora na previsão de compras.

Para fins de histórico, as aquisições de Computadores Desktops realizadas desde a mudança de filosofia em 2019, foi a seguinte:

2019: aquisição de 200 Unidades (0015.389624/2018-33)

2019: aquisição de 286 Unidades (0015.207088/2019-48).

2020: aquisição de 30 Unidades (0015.105177/2020-94)

2023: aquisição de 400 Unidades (0015.272272/2021-83)

2. Orçamento Estimado e Capacidade Financeira

A aquisição dos computadores já está prevista no Plano Plurianual, com uma estimativa de R\$ 7.000,00 por unidade e um total previsto para até 240 unidades, a serem adquiridas em 2026 e até 240 unidades a serem adquiridas em 2027, conforme a necessidade.

O histórico de preços de compras anteriores mostra:

2019: 200 Unidades ao preço unitário de R\$ 4.380,00, com garantia de 60 meses (0015.389624/2018-33)

2019: 286 Unidades ao preço unitário de R\$ 4.380,00, com garantia de 60 meses (0015.207088/2019-48).

2020: 30 Unidades (equipamentos de alto desempenho) ao preço unitário de R\$ 8.433,73, com garantia de 36 meses (0015.105177/2020-94)

2023: 400 Unidades ao preço unitário de R\$ 6.003,00, com garantia de 36 meses (0015.272272/2021-83)

Embora esses valores possam servir como referência, eles não podem ser utilizados para formação de preço médio, devido ao lapso temporal entre as compras e variações do mercado de tecnologia.

Como a substituição dos equipamentos ocorrerá sob demanda, não se espera a necessidade de aquisição imediata de grandes volumes. A previsão inicial é a compra de 50 computadores, que serão utilizados para substituir equipamentos que já apresentaram falhas e cobrir novas demandas que possam surgir ao longo do ano.

Ressalta-se que a definição dos quantitativos e da estimativa de valor da contratação foi fundamentada em dados históricos da própria Administração, especialmente o número de equipamentos sem garantia, o histórico de chamados técnicos e a projeção de falhas ao final do ciclo de vida dos ativos, bem como em contratações públicas similares, devidamente referenciadas no item 6.

As premissas adotadas, os parâmetros utilizados e as fontes de consulta encontram-se explicitados ao longo

deste Estudo Técnico Preliminar, garantindo a rastreabilidade e a transparência das estimativas, em conformidade com o art. 34, incisos V e VII, do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

3. Método de Consumo e Utilização Provável

A contratação será realizada por meio de Ata de Registro de Preços (ARP), permitindo a aquisição gradual dos equipamentos conforme a necessidade real.

3.1 Previsão inicial

Compra de 50 unidades para atender às falhas já registradas e às novas demandas que surgirem em 2025, caso o processo finalize ainda em 2025.

3.2 Previsão ao longo do período da ARP

Caso a taxa de falhas aumente durante a validade da ARP, há um saldo de até 240 unidades disponíveis na ata para reposição futura.

3.3 Previsão para 2026

Em 2026, os 400 computadores adquiridos em 2023 também perderão sua garantia (estas de 36 meses). Dependendo da viabilidade de extensão da garantia ou da impossibilidade de manutenção, pode ser necessário utilizar o saldo remanescente da ata para substituição gradual desses equipamentos ou, mesmo, registrar uma nova ARP.

A manutenção da ARP ativa até 2026 garante que a IDARON possa solicitar novas unidades conforme necessário, sem necessidade de processos emergenciais ou novos certames licitatórios, assegurando previsibilidade e continuidade operacional.

3.4 Quantitativo a ser registrado

Por fim, considerando a autorização legal (art. 84 da lei 14.133/2021), na possibilidade de prorrogar a validade da ARP por mais um ano além do período padrão (o que será buscado no andamento do processo), para garantir a economicidade e eficiência administrativa, será inserido na presente ARP o quantitativo de equipamentos previstos no PPA para aquisição em 2026 além de uma margem de arredondamento. Dessa forma, o total a ser registrado na presente **ARP passará a ser de 500 unidades**, permanecendo o total a ser adquirido conforme detalhamento no presente documento.

É importante observar que o quantitativo total a ser registrado não constitui obrigatoriedade de aquisição. As aquisições efetivas dependerão da demanda real ao longo de 2025 (caso o processo finalize ainda esse ano), de 2026 e 2027 (caso seja possível renovação da ARP).

A Unidade Técnica entende que a metodologia adotada é suficiente para embasar os quantitativos estimados, apresentando grau adequado de objetividade, transparência e fundamentação, em conformidade com o art. 34, incisos V e VII, do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (ART. 34, INCISO VI)

Considerando que os equipamentos em estudo são da linha corporativa, a consulta de preços públicos fica prejudicada, visto que os fabricantes não os divulgam em seus sites em virtude do alto nível de customização para esse tipo de equipamento, assim, as melhores formas de conseguir preços para compras dessa natureza é solicitando diretamente aos fabricantes/fornecedores ou buscando compras assemelhadas em outros órgãos, sendo essa última opção o que fizemos, conforme abaixo:

Fabricante/Modelo	Local	Valor	
Lenovo GEN5 M70q	PE 90025/2024 (SRP 23/2024 de 11/2024 - Item 01) TRT4	R\$ 4.345,00	https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras/acompanhamento-compra?compra=08001405900252024
Lenovo GEN5 M70q	PE 32/2024 (SRP 131/2024 de 27/12/2024) TJMT	R\$ 4.814,00	https://transparencia.tjmt.jus.br/Contrato/Y1c0M2s2TjN4SS8vWjk3RkxTaFFCUT09
Dell 7020	PE 90025/2024 (SRP 23/2024 de 11/2024 - Item 02) TRT4	R\$ 4.700,00	https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras/acompanhamento-compra?compra=08001405900252024

Dell 7020	PE 90025/2024 (SRP 23/2024 de 11/2024 - Item 03) TRT4	R\$ 6.300,00	https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras/acompanhamento-compra?compra=08001405900252024
Lenovo ThinkStation P360*	PE 16/2023 (SRP 21/2023 de 18/10/2023 - Item 04) TRT23	R\$ 7.479,00	https://portal.trt23.jus.br/portal/sites/portal/files/groups/contratos/contratos/2023/004_-_documento_-_arp_n._21-2023_assinado_pelas_partes.pdf

* Item com especificação ligeiramente superior, devido a dificuldade de localizar objetos idênticos.

Considerando os valores acima, o preço médio do equipamento objeto desse processo estaria em torno de R\$ 5.527,60 (cinco mil quinhentos e vinte e sete reais e sessenta centavos). O valor total, para as 500 unidades da ARP, estaria em torno de **R\$ 2.763.800,00 (dois milhões setecentos e sessenta e três mil reais)**, conforme demonstração abaixo:

$$(P1 + P2 + P3 + P4 + P5) / 5 = PM$$

$$(4.345 + 4.814 + 4.700 + 6.300 + 7.479) / 5 = \text{R\$ } 5.527,60$$

$$PM * 500 = \text{TOTAL}$$

$$\text{R\$ } 5.527,60 * 500 = \text{R\$ } 2.763.800,00$$

Os valores utilizados como referência encontram-se devidamente fundamentados em contratações públicas similares, cujos documentos de origem estão acessíveis por meio dos links constantes na tabela acima, possibilitando a verificação integral das condições de contratação, especificações técnicas e preços praticados, em atendimento ao requisito de transparência e rastreabilidade da estimativa.

Não obstante, no momento adequado, a Superintendência de Licitações (SUPEL) realizará a pesquisa de preços em bancos de preços públicos (cujo acesso necessita de licença que não possuímos) e eventualmente solicitando a fornecedores/fabricantes no fito de formar preço médio mais assertivo, sendo os valores acima apenas estimativas aproximadas.

Ressalta-se que a presente estimativa possui caráter preliminar, sendo adequada ao nível de detalhamento exigido para o Estudo Técnico Preliminar, conforme Orientação Administrativa nº 09 da PGE. A pesquisa de preços será oportunamente complementada na fase de elaboração do Termo de Referência, mediante utilização de bases especializadas, consultas a fornecedores e demais metodologias previstas na legislação.

Ressalta-se, ainda, que a estimativa da contratação considerou todos os custos necessários à execução do objeto, incluindo fornecimento dos equipamentos, garantia, suporte técnico, logística e demais encargos inerentes, incluindo custos indiretos e acessórios que possam impactar a adequada formação do preço estimado.

A metodologia adotada mostra-se adequada ao nível de detalhamento do ETP, sendo complementada na fase do TR, conforme art. 23 da Lei 14.133/2021 e art. 51 do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

7. JUSTIFICATIVAS DE PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (ART. 34, INCISO VII)

A possibilidade de parcelamento da contratação foi analisada sob duas perspectivas distintas: (i) a divisão técnica e operacional da solução contratada, conforme exigência do art. 34, VII do Decreto Estadual nº 28.874/2024; e (ii) a aplicação da reserva de cota de 25% para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME/EPP), nos termos do art. 8º do Decreto Estadual nº 21.675/2017, regulamentador da LC nº 123/2006.

1. Não parcelamento técnico da solução (estrutura funcional da contratação)

A solução prevista consiste na aquisição padronizada de estações de trabalho corporativas, compostas por gabinete, teclado e mouse. Trata-se de um conjunto funcional integrado, cuja separação em subitens ou lotes distintos resultaria em:

Incompatibilidades técnicas e divergências de padrão entre unidades, com prejuízo à gestão centralizada da infraestrutura de TI;

Riscos de variação nos procedimentos de suporte e garantia, dificultando o atendimento técnico;

Perda de economia de escala, já que aquisições fragmentadas tendem a gerar preços menos vantajosos;

Maior complexidade logística na distribuição, instalação e substituição de equipamentos.

Portanto, a contratação será feita de forma única e indivisível, sem fracionamento do objeto em lotes técnicos, considerando a necessidade de padronização, estabilidade operacional e economicidade global da solução.

2. Não aplicação da reserva de 25% para ME/EPP (parcelamento jurídico por cota)

A aplicação da reserva de cota para ME/EPP também foi cuidadosamente analisada pela equipe técnica, conforme previsto no art. 8º do Decreto Estadual nº 21.675/2017.

Embora o objeto — aquisição de computadores — possa ser formalmente considerado divisível, tecnicamente não é recomendável aplicar a reserva de cota neste caso, pelos seguintes motivos:

- A divisão do fornecimento entre empresas distintas compromete a padronização do parque computacional, resultando em pluralidade de modelos, fabricantes e padrões de manutenção;

- Histórico negativo da IDARON na única vez em que houve aplicação da reserva para ME/EPP em compra de TI (2017), com resultados inferiores em desempenho, logística e atendimento técnico;

A fragmentação do fornecimento resultaria em:

- Contratos de garantia com prazos e condições diferentes;

- Prazos de entrega e suporte técnico assimétricos;

- Aumento da carga de trabalho da equipe interna de TI para gerir múltiplos contratos e fornecedores.

Além disso, a divisão artificial do volume para atender à cota de 25% resultaria em quebra da economia de escala, o que poderia encarecer a contratação global.

3. Direcionamento para o Termo de Referência

Embora a decisão jurídica final quanto à aplicação ou não da reserva para ME/EPP deva constar formalmente no Termo de Referência, o presente Estudo Técnico Preliminar já antecipa, com base técnica, a inviabilidade do parcelamento funcional e da aplicação da reserva de cota, nos termos legais e institucionais.

Assim, a contratação será realizada como item único e indivisível, com fornecimento integral por um único fornecedor, conforme os fundamentos apresentados.

8. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (ART. 34, INCISO VIII)

Não há contratações correlatas ou interdependentes à presente demanda, visto se tratar de eventual substituição de equipamentos já existentes.

Registra-se que, para fins de atendimento ao art. 34, incisos V e VII, do Decreto Estadual nº 28.874/2024, foi realizada análise quanto à eventual interdependência com outras contratações, não sendo identificadas contratações correlatas aptas a gerar ganhos de escala relevantes, considerando que o objeto se destina à substituição gradual de equipamentos do parque computacional, com requisitos específicos de padronização e compatibilidade com a infraestrutura tecnológica existente.

9. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PAC (ART. 34, INCISO IX)

A presente aquisição está devidamente prevista no PPA 2024-2027, bem como no Plano Anual de Contratações – PAC 2026 do FESA/RO:

Documento
PCA 2026 0015.016152/2025-21 - Portaria nº 248 (70547047)
PPA 2024-2027 0015.004603/2023-16
Planejamento Estratégico 2023-2027 0015.012210/2023-86 (Manter de forma atualizada a tecnologia da informação)

A inclusão da demanda no PCA reforça o compromisso da Administração com o planejamento prévio, a racionalização do gasto público e a previsibilidade das ações de contratação, em conformidade com o art. 40 da Lei nº 14.133/2021 e com o art. 34, inciso IX do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

10. RESULTADOS PRETENDIDOS (ART. 34, INCISO X)

A presente contratação busca garantir a continuidade e a eficiência operacional da IDARON, por meio da substituição gradual dos computadores obsoletos e sem garantia vigente, assegurando que os servidores tenham equipamentos adequados para a execução de suas atividades.

Os resultados esperados com a contratação são os seguintes:

a) Melhor Aproveitamento dos Recursos Humanos

A aquisição de novos computadores evita que servidores fiquem sem equipamento de trabalho devido a falhas irreparáveis, garantindo produtividade contínua e agilidade na prestação dos serviços públicos.

A padronização do parque computacional reduz tempo gasto com suporte técnico e manutenção, permitindo que a equipe de TI se concentre em atividades estratégicas, como aprimoramento de sistemas e segurança da informação.

Evita o uso de soluções improvisadas, como remanejamento de equipamentos entre unidades ou utilização de notebooks em substituição temporária, o que compromete a eficiência e a ergonomia do ambiente de trabalho.

b) Melhor Aproveitamento dos Recursos Materiais

A padronização dos equipamentos facilita a implantação e a gestão da infraestrutura de TI, garantindo compatibilidade com os sistemas utilizados na autarquia.

A adoção de computadores com processadores Intel vPro mantém a compatibilidade com a solução de gerenciamento remoto Intel EMA, eliminando a necessidade de investimentos adicionais em novas tecnologias de suporte e administração de ativos de TI.

A aquisição de computadores com garantia de 60 meses on-site elimina a necessidade de manter estoque de peças de reposição, reduzindo custos operacionais e aumentando a eficiência no suporte técnico.

A exigência de equipamentos certificados em eficiência energética reduz o consumo elétrico da autarquia, contribuindo para a sustentabilidade e diminuindo despesas com energia.

c) Melhor Aproveitamento dos Recursos Financeiros e Economicidade

A contratação via Ata de Registro de Preços permite que a substituição dos computadores ocorra de forma gradual e conforme a necessidade real, evitando gastos desnecessários e melhorando a gestão orçamentária.

A manutenção de uma ARP ativa por até dois (02) anos garante que a IDARON possa adquirir novos equipamentos sem a necessidade de processos emergenciais, reduzindo riscos de compras a preços elevados devido à urgência.

A garantia estendida substitui a necessidade de contratação de serviços de manutenção corretiva, o que representa uma redução significativa de custos a longo prazo.

O modelo de aquisição centralizado evita a fragmentação de contratos e compras esporádicas, que poderiam gerar preços mais altos devido à perda de economia de escala.

d) Impacto na Prestação dos Serviços Públicos

Equipamentos modernos garantem maior eficiência no processamento de dados, permitindo que os servidores desempenhem suas funções com agilidade e confiabilidade.

A existência de equipamentos para substituição daqueles que forem sendo avariados e estiverem sem garantia reduz o tempo de paradas não planejadas, que poderiam impactar diretamente o atendimento ao público e as atividades de fiscalização agropecuária desempenhadas pela IDARON.

A uniformidade da infraestrutura de TI melhora a segurança digital e a compatibilidade com sistemas institucionais, garantindo maior estabilidade e desempenho dos serviços.

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL (ART. 34, INCISO XI)

Não há providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, visto se tratar da eventual substituição de equipamentos já existentes.

12. RISCOS E IMPACTOS AMBIENTAIS MEDIDAS MITIGADORAS (ART. 34, INCISO XII)

A aquisição de computadores envolve impactos ambientais ao longo de todo o seu ciclo de vida, incluindo produção, consumo de energia, descarte e reciclagem. Para minimizar esses impactos, serão adotadas medidas mitigadoras, tanto na especificação do objeto quanto na destinação final dos equipamentos obsoletos.

1. Requisitos de Baixo Consumo de Energia

Os equipamentos adquiridos deverão atender aos padrões internacionais de eficiência energética, reduzindo o consumo elétrico e contribuindo para a sustentabilidade ambiental e econômica da IDARON. Dessa forma, serão exigidas certificações como:

- **ENERGY STAR®** – Certificação internacional que atesta que os dispositivos possuem eficiência energética superior à média do mercado.

- **EPEAT®** (Electronic Product Environmental Assessment Tool) – Certificação que avalia impactos ambientais ao longo do ciclo de vida do equipamento.

- **RoHS** (Restriction of Hazardous Substances) – Normativa europeia (observada pela grande maioria dos fabricantes) que restringe o uso de substâncias perigosas, como chumbo e mercúrio, na fabricação dos componentes eletrônicos.

A adoção desses critérios garante que os computadores tenham maior eficiência no consumo elétrico, reduzindo a demanda por energia e contribuindo para a economia de recursos financeiros da autarquia, além de garantir que sua fabricação obedece aos mais atuais requisitos ambientais, contribuindo para a preservação do meio ambiente e para assegurar a integridade física dos usuários.

2. Descarte Responsável

A substituição dos computadores obsoletos gerará resíduos eletrônicos, que devem ser descartados corretamente para evitar impactos ambientais negativos. Para isso:

- Os equipamentos em condições de uso poderão ser redistribuídos internamente, remanejando-os para setores que demandam menor capacidade de processamento;

- Os computadores que não puderem ser reutilizados seguirão para desfazimento via leilão público ou doação, conforme legislação vigente;

- Caso algum equipamento não seja passível de reaproveitamento, deverá ser encaminhado a empresas certificadas para a reciclagem de resíduos eletrônicos, evitando o descarte inadequado em aterros sanitários. O referido procedimento será tratado por equipe interna devidamente instituída para esse fim.

3. Redução de Impactos no Ciclo de Vida dos Equipamentos

A exigência de garantia de 60 meses on-site contribui diretamente para a sustentabilidade, pois:

- Amplia a vida útil dos equipamentos, reduzindo a necessidade de substituições frequentes e, consequentemente, a geração de resíduos eletrônicos;

- Evita a necessidade de estoques de peças de reposição, reduzindo o consumo de materiais e a logística associada ao transporte e armazenamento desses componentes;

- Reduz a pegada de carbono associada ao descarte prematuro de hardware, garantindo que os computadores sejam utilizados durante todo seu ciclo de vida útil previsto.

4. Impacto Positivo na Gestão Sustentável da TI

A aquisição dos novos computadores permitirá que a IDARON mantenha um parque computacional mais eficiente e sustentável, com equipamentos:

- Menos propensos a falhas, reduzindo descartes prematuros;

- Mais eficientes no consumo de energia, reduzindo custos operacionais;

- Com descarte controlado, minimizando impactos ambientais.

13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO (ART. 34, INCISO XIII)

A **contratação dos computadores Desktop por meio de Ata de Registro de Preços é viável** e necessária para garantir a continuidade das atividades da IDARON. Com 516 equipamentos sem garantia e o aumento das falhas de hardware, a substituição gradual é essencial para evitar impactos operacionais.

A solução escolhida, **com garantia de 60 meses on-site**, assegura suporte técnico especializado, reduz custos com manutenção corretiva e mantém a padronização do parque computacional, garantindo eficiência na gestão da TI, conforme experiência comprovada de aquisições anteriores.

A contratação é tecnicamente viável, pois os equipamentos atenderão aos padrões exigidos, e economicamente justificável, pois a ARP permite aquisição conforme necessidade, otimizando o uso dos recursos públicos.

Diante disso, recomenda-se o prosseguimento da contratação, seguindo para a elaboração do Termo de Referência e demais documentos pertinentes.

14. JUSTIFICATIVA PARA EXCLUSÃO DE PARTICIPAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS NA LICITAÇÃO (ART. 34, INCISO XIV)

Dado que o objeto da contratação envolve a aquisição de computadores Desktop com suporte técnico especializado, a participação de pessoas físicas na licitação deve ser excluída, com base nos seguintes fatores:

1. Exigência de estrutura empresarial

O fornecimento dos equipamentos requer capacidade logística e financeira, incluindo aquisição, transporte e entrega em locais determinados pela IDARON.

Pessoas físicas não possuem essa estrutura, o que inviabiliza sua participação.

2. Garantia e suporte técnico exigidos

O contrato exige 60 meses de garantia on-site, com atendimento especializado.

Apenas empresas devidamente constituídas possuem acordos com fabricantes para fornecer essa garantia, impossibilitando que uma pessoa física cumpra essa exigência.

3. Necessidade de emissão de nota fiscal

A legislação exige que os bens adquiridos sejam devidamente documentados, o que só é possível mediante a emissão de nota fiscal por empresa formalmente constituída (CNPJ ativo).

Pessoas físicas não podem emitir nota fiscal de venda de produtos de forma recorrente, o que impede seu enquadramento na licitação.

4. Regularidade fiscal e trabalhista

Empresas devem atender a obrigações fiscais e previdenciárias, garantindo segurança jurídica e evitando riscos para a Administração Pública.

Pessoas físicas não possuem as mesmas obrigações e garantias trabalhistas, o que pode comprometer a conformidade do contrato.

Porto Velho, data e hora do sistema.

Elaboração

FELIPE CÂMARA DO VALE BEZERRA

Analista de T.I. COTIC/IDARON

Revisão e Validação

GEFERSON ORLEI SCHOCK LUGTENBURG

Analista de T.I. COTIC/IDARON

JESSICA SOUZA MENDONÇA

Assessora COTIC/IDARON



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Camara do Vale Bezerra**, **Coordenador(a)**, em 10/04/2026, às 12:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **JESSICA SOUZA MENDONCA**, **Assessor(a)**, em 10/04/2026, às 13:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **70397585** e o código CRC **EBA5988F**.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia - IDARON

MAPA DE RISCO

1 - Mapa de riscos identificados para a presente contratação

Este documento apresenta a análise dos riscos relacionados à contratação para aquisição de computadores desktop, conforme previsto nos art. 36 e 37 Decreto Estadual nº 28.874/2024, e em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021.

A análise tem como objetivo **identificar, classificar e tratar os riscos potenciais** que possam comprometer a eficácia da contratação e a execução do objeto, permitindo ações preventivas e corretivas, bem como um melhor acompanhamento da execução contratual.

ID	Risco	Fase	P	I	Nível (PxI)	Dano	Tratamento	Ação Preventiva	Responsável
R01	Especificações técnicas inadequadas ou imprecisas	Planejamento da Contratação	5	15	75	Equipamentos subdimensionados ou com recursos desnecessários	M	Especificar corretamente os equipamentos, certificando de que o solicitado é o necessário	Equipe de Técnica
R02	Quantificação insuficiente	Planejamento da Contratação	5	10	50	Necessidade futura não atendida, levando a compras emergenciais.	E	Quantificar cuidadosamente o total de equipamentos necessários e adicionar uma margem de segurança ao gerar a ARP.	Equipe de Técnica
R03	Excesso de especificação técnica do equipamento	Planejamento da Contratação	5	10	50	Redução da competitividade, impugnações e recursos levando ao atraso do certame	M	Especificar os equipamentos de forma equilibrada e buscar exemplos de outros certames que tiveram sucesso.	Equipe de Técnica
R04	Incompatibilidade com a Infraestrutura de Gerenciamento Existente	Planejamento da Contratação	5	15	75	Os equipamentos necessitariam de nova infraestrutura de gerenciamento, acarretando em custos extras.	M	Especificar os equipamentos com os requisitos necessários, justificando-os de modo que não sofra impugnações ou revisões.	Equipe de Técnica

R05	Insuficiência de especificação técnica do equipamento	Planejamento da Contratação	10	15	150	Recebimento de equipamentos com qualidade e características inferiores às necessárias.	M	Especificar os equipamentos de forma equilibrada e buscar exemplos de outros certames que tiveram sucesso.	Equipe de Técnica
R06	Ausência de critérios objetivos de aceitação da proposta	Elaboração do TR/Edital	10	15	150	Dificuldade de análise das propostas, potencializando falhas.	M	Inserir critérios claros de aceitação da proposta no TR e Edital, incluindo certidões e documentações técnicas.	Equipe de Compras e Equipe de Técnica
R07	Exigências incompatíveis com a realidade do mercado	Elaboração do TR/Edital	10	15	150	Redução da competitividade e risco de fracasso ou deserto.	M	Especificar os equipamentos e exigências do edital de forma equilibrada e buscar exemplos de outros certames que tiveram sucesso.	Equipe de Compras e Equipe de Técnica
R08	Erro na estimativa de preços	Elaboração do TR/Edital	15	15	225	Se o erro for para baixo, inviabiliza a oferta de itens que atendam às especificações, levando ao risco de fracasso ou deserto	M	Avaliar o levantamento de preços previamente, antes do processo seguir para a próxima fase.	Equipe de Compras e Equipe de Técnica
R09	Fornecedores que apresentam documentação inconsistente	Seleção de Fornecedor	15	10	150	A análise resta prejudicada, sendo necessário realizar diligência, se o caso permitir, atrasando o processo	M	Inserir de forma clara a documentação necessária para participação no certame	Setor de Compras
R10	Ofertas de equipamentos que não atendem integralmente ao edital	Seleção de Fornecedor	15	15	225	Risco de fracasso ou deserto.	M	Especificar os equipamentos e exigências do edital de forma equilibrada e buscar exemplos de outros certames que tiveram sucesso.	Equipe de Técnica
R11	Impugnações ou recursos	Seleção de Fornecedor	10	10	100	Demora na conclusão do certame	M	Especificar os equipamentos e exigências do edital de forma clara, equilibrada e justificada.	Equipe de Compras e Equipe de Técnica

R12	Insuficiência orçamentária ou financeira	Efetivação do contrato	10	15	150	Impossibilidade de finalização da contratação	M	Manter comunicação com os departamentos envolvidos para garantir que orçamento e financeiro estejam preparados para a contratação	Equipe Técnica, Equipe de Planejamento e Equipe Financeira.
R13	Falha Originadas por Atualizações do próprio fabricante	Execução Contratual	10	15	150	Inutilização do equipamento por falha de BIOS/firmware oficial, após o fim da garantia	M	Incluir no TR cláusula de responsabilidade do fabricante por falhas provocadas por software ou firmware próprio, com obrigação de emitir boletins ou orientação técnica para mitigação; exigir canal permanente de suporte técnico.	Equipe Técnica, Equipe de Planejamento da Contratação, Jurídico e Compras

2 - Metodologia

A análise seguiu a metodologia preconizada em manuais da CGU, TCU, adotando os seguintes parâmetros:

Probabilidade (P): escala de 5 (baixa), 10 (média), 15 (alta);

Impacto (I): escala de 5 (baixo), 10 (médio), 15 (alto);

Nível de Risco (P x I): resultado da multiplicação entre probabilidade e impacto;

Tratamento: Prevenir, Mitigar, Transferir ou Aceitar.

3 - Matriz Probabilidade x Impacto

(P)	15	75	150	225
	10	50	100	150
	5	25	50	75
		5	10	15
	(I)			

Para cada risco identificado, deve ser dado um dos seguintes tratamentos:

Prevenir ou Evitar (E): Significa eliminar a causa raiz do risco, implementando ações para levar a probabilidade de risco a zero;

Reduzir ou Mitigar (M): Busca reduzir a probabilidade de ocorrência ou o impacto de um risco a um nível abaixo do limite aceitável.

Transferir ou Compartilhar (T): Significa transferir para outrem a responsabilidade caso aquele risco se concretize. Comumente realizada através de seguros. Não elimina e nem diminui o risco, apenas discute quem ficará com o ônus caso ele ocorra.

Aceitar ou Tolerar (A): Utilizado quando a probabilidade de ocorrência e impacto são baixos ou quando nada se pode fazer. Comumente inclui plano de contingência caso o risco ocorra.

O tratamento e a ação preventiva correspondentes constam da tabela 1 (Mapa de riscos identificados.) As ações foram tomadas visando mitigar a os riscos elencados.

Porto Velho, 21 de março de 2025.

FELIPE CÂMARA DO VALE BEZERRA

Analista de T.I. COTIC/IDARON



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Camara do Vale Bezerra**, **Coordenador(a)**, em 16/06/2025, às 15:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0058503021** e o código CRC **A482F579**.

Referência: Caso responda este(a) Mapa de Risco, indicar expressamente o Processo nº 0015.002712/2025-61

SEI nº 0058503021